

Adiante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Junho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1121 • Director: Carlos Brito

40 Horas
Jornada
da CGTP
de 5 a 9 de Junho

Pág. 11

Carlos Carvalhas nas Jornadas Parlamentares do PCP

Derrotar o PSD



Mudar nas palavras e nos actos

Págs. 20 e 21

Encontros Distritais da

CDU



Jornada de Propaganda

Págs. 4, 5, 22 e 23

Parlamento
Europeu

Pág. 13

**Operação
cosmética
de
Maastricht**

GRÜNIC Lixo em Bragança

Centrais

**Um, dois,
três, quatro**

• Artigo de
José Casanova

Pág. 18



Realizaram-se as Jornadas Parlamentares do PCP

RESUMO

24
Quarta-feira

Realiza-se um colóquio sobre «Raízes da Intersindical e luta anti-fascista», integrado nas iniciativas comemorativas dos 25 anos da CGTP-IN ■ A GNR negocia com as «milícias populares» de Serém de Cima uma trégua no exercício da sua «justiça» contra vendedores e consumidores de droga ■ É revelado que o desemprego aumentou dez por cento no primeiro trimestre do ano ■ A Comissão de Transparência encerra o debate sobre o controlo dos rendimentos dos titulares de cargos públicos e políticos ■ Inicia-se em Lisboa o V Congresso da Fenprof ■ O Comité Científico Internacional, criado para aconselhar o Governo na questão do Cão, adia a emissão de um parecer para Outubro ■ Representantes do Sinn Féin e do Governo de Londres prosseguem, em Belfast, um diálogo sobre o desarmamento no Ulster ■ O Conselho de Segurança russo coloca novas condições para a adesão à Parceria pela Paz da NATO, entre elas o alargamento da organização ■ A Presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, recusa a publicação das reformas constitucionais aprovadas pelo Parlamento.

25
Quinta-feira

No Parlamento, o PCP acusa o Governo de ser o responsável pelo crescimento do desemprego em Portugal e de mentir quando anuncia planos de incentivos à criação de empregos ■ Um raide aéreo da NATO destrói um depósito de munições dos sérvios bósnios ■ A Síria e Israel confirmam que o acordo de princípio foi alcançado ■ A explosão de uma bomba no feudo islamita de Bachdjarah, nos arredores da Argel, causa 37 feridos ■ A ronda de paz para o conflito tchetcheno é interrompida, sem que haja progressos significativos ■ O antigo primeiro-ministro francês Michel Rocard pede a Chirac que renuncie definitivamente aos ensaios nucleares.

26
Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa na apresentação da lista da CDU às eleições legislativas pelo círculo de Lisboa ■ Os eurodeputados comunistas denunciam uma tentativa de «manipulação» da UE, com vista à revisão do Tratado de Maastricht ■ Populares da freguesia de Vilar do Paraíso, em Gaia, saem à rua para dar caça aos toxicodependentes, perante a passividade da GNR ■ Depois da Aliança Atlântica lançar o seu décimo ataque contra os sérvios bósnios, estes tomam como reféns observadores da ONU ■ A Justiça italiana ordena a detenção de um director de uma das empresas do grupo Berlusconi ■ Os Tigres de Libertação do Eelam Tamil matam 42 aldeões, no Sri Lanka.

27
Sábado

Carlos Carvalhas desloca-se à Moita, onde participa no encontro da CDU do distrito de Setúbal ■ Dois «capacetes azuis» franceses morrem, na sequência de violentos combates travados entre a ONU e sérvios da Bósnia, pelo controlo de um posto de observação em Sarajevo ■ Yasser Arafat encontra-se, em Marrocos, com o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros.

28
Domingo

O secretário-geral do PCP visita a Feira Agro-pecuária do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém ■ As eleições municipais e autonómicas espanholas são ganhas pelo Partido Popular. A coligação Esquerda Unida alcança 12 por cento das preferências eleitorais ■ O helicóptero em que seguia o ministro dos Negócios Estrangeiros de Sarajevo é abatido ■ Shimon Peres reconhece explicitamente que os Golã são «território sírio» ■ A aviação russa prossegue o bombardeamento das posições tchetchenas, de forma a empurrar os rebeldes para as montanhas do sul da república ■ Tropas cingalesas recapturam uma base militar que tinha sido tomada pelos rebeldes «Tigres» ■ Um sismo de 7,5 graus na escala de Richter abala a ilha russa de Sacalina, provocando 2 mil mortes.

29
Segunda-feira

Iniciam-se as Jornadas Parlamentares do PCP ■ Os ministros europeus da Segurança Social debatem, em Lisboa, a protecção social dos «dependentes» ■ A Grã-Bertanha, a França e os Estados Unidos enviam mais tropas para a Bósnia, de forma a reforçar o dispositivo de segurança da ONU ■ A Rússia decide apoiar o programa individual de cooperação militar com a NATO, no âmbito da Parceria para a Paz ■ A polícia jordana intervém, em Omã, num protesto contra a decisão do Governo de proibir uma conferência que se opõe à normalização de laços com Israel ■ Israel anuncia que vai aumentar os encontros com a OLP.

30
Terça-feira

No último dia das jornadas parlamentares, o PCP anuncia que vai propor o agendamento de um projecto de lei para reduzir a 40 horas semanais o horário máximo de trabalho ■ Apenas com o comprometimento do PSD, a comissão parlamentar aprova os cinco diplomas do «pacote da transparência» ■ O PSD revela que as suas listas de candidatos às legislativas serão divulgadas apenas a 14 de Julho ■ Na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, Portugal defende uma solução diplomática para o conflito na Bósnia.

EDITORIAL

Honrar os compromissos

Ao efectuarem as suas últimas Jornadas Parlamentares da presente legislatura, declaradamente não para aprovar novas iniciativas, visto que a Assembleia está a encerrar as portas, mas para fazer balanço e prestação de contas do trabalho realizado, os deputados comunistas deram mais uma vez o exemplo da seriedade dos métodos por que se pautam, da transparência com que actuam e do respeito que lhes merecem os eleitores, o povo e o país.

Frutificasse o exemplo destas Jornadas na conduta de outros grupos parlamentares e partidos e a crise de credibilidade que atinge a generalidade dos titulares de cargos políticos seria sem dúvida atenuada.

As Jornadas comunistas são, no entanto, o corolário de toda uma actividade, não só da presente legislatura, mas de uma conduta e de uma tradição que se distingue por honrar os compromissos com o povo e os eleitores e que foi inaugurada no plano parlamentar há já 20 anos (que amanhã se prefazem), em 2 de Junho de 1975, quando a Assembleia Constituinte teve a sua sessão inaugural.

Muito adequadamente, Carlos Carvalhas salientou, ao discursar, na segunda-feira, no castelo de S. Jorge: «Esta é também uma boa altura de prestarmos contas, perante a opinião pública, do nosso trabalho na Assembleia da República, de mostrarmos com factos, com dados objectivos e com clareza que honramos os nossos compromissos com o eleitorado, que demos voz aos desprotegidos e aos injustiçados e que tudo fizemos contra as posições do poder absoluto.»

Anote-se porém que só se atreve a prestar contas quem é de boas contas.

Os trabalhos das Jornadas, e especialmente a intervenção de Octávio Teixeira, fizeram tanto a prova das boas contas dos comunistas, como das trapacas dos seus principais adversários parlamentares.

Lembrando as posições dos diferentes partidos em relação ao Tratado de Maastricht e aos Acordos de Schengen, o líder parlamentar comunista observou, contundente: «Só por oportunismo se pode entender que o eng. Guterres se declare agora «europreocupado» e que o dr. Manuel Monteiro se manifeste contra os Acordos de Schengen quando todos os diplomas legais com eles relacionados, em Abril de 1992 e em Fevereiro de 1995, mereceram o voto favorável do CDS/PP.»

Em matéria de trapacear o povo e o eleitorado ninguém leva, no entanto, a

palma ao PSD e a Cavaco Silva, isto naturalmente pelas suas responsabilidades no Governo, mas também pela abundância das promessas mentirosas em que se comprometeram para o conquistar.

Assume foros de verdadeiro escândalo o não cumprimento por parte do Governo da promessa da redução da semana máxima de trabalho para 40 horas, que devia ter entrado em vigor em Janeiro de 1995, segundo um calendário de redução progressiva da concreta responsabilidade governamental.

De que é que valem as promessas eleitorais do PSD?

A «semana de luta» desencadeada pela CGTP-IN, para ser concretizada entre 5 e 9 de Junho, tem o grande mérito de constituir um passo decisivo para pôr termo à mais longa semana de trabalho de todos os países da União Europeia, que é a que se verifica no nosso país, e ao mesmo tempo pôr em

As Jornadas comunistas são, no entanto, o corolário de toda uma actividade, não só da presente legislatura, mas de uma conduta e de uma tradição que se distingue por honrar os compromissos com o povo e os eleitores e que foi inaugurada no plano parlamentar há já 20 anos (que amanhã se prefazem), em 2 de Junho de 1975, quando a Assembleia Constituinte teve a sua sessão inaugural.

grande evidência a desonestidade do PSD e do seu Governo em matérias tão vitais para a vida dos trabalhadores e para o próprio problema do desemprego.

A lista dos compromissos desonrados envolve, porém, muitas outras matérias da maior importância, como foi lembrado nas Jornadas Parlamentares do PCP, tais como em relação ao emprego, em que era prometida «a manutenção de um alto nível de emprego», à corrupção, onde era prometida a «intensificação do combate», à regionalização, onde era prometida «a criação das regiões administrativas», isto para só citarmos alguns flagrantes de uma lista interminável.

Há, no entanto, promessas que o Governo do PSD se propõe «honrar» até ao último ponto ou até ultrapassá-lo. É o caso das privatizações, tendo já sido anunciada uma lista de mais 9 ou 10 privatizações a fazer até ao Verão e onde se incluem a Quimigal, a Portucel, a antiga EDP, a Siderurgia, a Tabaqueira e a última fase da Petrogal.

É o cumprimento do lema profundo de toda a política laranja: «para o capital, tudo!»

Há que admitir também que o PS esteja, pelo menos, ao corrente dos planos de novas privatizações a avaliar pela surpreendente aprovação dada por Guterres à privatização dos Estaleiros de Viana de Castelo, antes da administração a ter anunciado.

Há outra maneira de não honrar compromissos que é fugir a assumi-los de uma forma concreta e controlável e em vez disso semear vagas e bonitas promessas a propósito de quase tudo, como anda a fazer a caravana da auto-apelidada «nova maioria».

O país pôde apreciar, no último jornal da SIC, da passada terça-feira, o embaraço e as dificuldades de «um candidato a primeiro-ministro» em concretizar as suas promessas para a Saúde, quando António Guterres, depois de visitar o Hospital de Coimbra, e interrogado pela imprensa acerca das suas propostas, não foi capaz de calcular o que representa em dinheiro 6 por cento do PIB (a meta prometida) e numa grande confusão acabou por reduzir este a um quinto do seu real valor.

Custos do eleitoralismo desenfreado!

O mais notório é que os dias vão passando e o PS não se mostra capaz de apresentar uma política verdadeiramente alternativa da que tem sido seguida pelos governos do PSD; pelo contrário, sempre que aprofunda as suas propostas, seja em relação à integração europeia, seja em relação às privatizações, seja em relação aos salários e pensões, para só citar estas, ressalta de modo flagrante a sua convergência com a política de direita.

É isto que o eleitorado de esquerda não pode perdoar, nem perder de vista.

Entretanto, o PCP e a CDU vão aprofundando a proposta de uma nova política, baseada em valores e opções de esquerda, e que ganha uma crescente credibilidade pela resposta concreta que apresenta para os problemas e por partir de quem comprovadamente sabe honrar os compromissos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^a-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DEL TAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Imprensa
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Mais papistas que o Papa

O PCP tem preconizado insistentemente (e a CDU adoptou a mesma posição no seu 1º Manifesto de 1995) o aumento dos salários e das pensões e reformas tanto por exigências inadiáveis de justiça social, como pelos efeitos que teria na procura interna, dinamizando o investimento, a produção e o emprego e impulsionando a retoma que tarda em se verificar.

Alguns observadores atentos, sem qualquer compromisso com os comunistas mas convergindo com eles neste ponto, têm atribuído o atraso e a inconsistência da retoma no nosso país precisamente à retracção e à fragilidade da procura interna.

Apesar disto, a questão é soberanamente ignorada pelo PSD e o PP(CDS), o que não admira muito dada a sua vinculação aos interesses patronais, mas também pelo PS, o que já é mais surpreendente pela sua alegada posição interclassista.

Aqui esclarecemos e combatemos, na devida altura, a doutrina expandida no texto propagandístico do PS, conhecido por «contrato de legislatura» na matéria relativa aos salários e pensões. Convém, no entanto, recordá-la:

— Quanto aos salários, o «contrato» advo-

ga aumentos «próximos» do crescimento da produtividade, isto é, a doutrina que o Governo do PSD está a seguir para provocar a sua degradação real;

— Quanto às reformas e pensões, a doutrina do «contrato» não é melhor, limitando-se ao vago reconhecimento de que devem ser melhoradas, mas sem nenhum compromisso concreto.

Mas ainda pior que o «contrato» é a «caravana» de Guterres, presentemente em curso, que tem habilidosamente afastado e silenciado qualquer abordagem séria da questão do aumento de salários e pensões.

Entretanto, o novo governo da direita francesa formado no seguimento da eleição de Jacques Chirac, anunciou no acto de investidura algumas muito tímidas medidas que contrastam flagrantemente com as pomposas promessas demagógicas de «ruptura», feitas pelo novo presidente durante a campanha eleitoral.

Trata-se de um aumento de 5 por cento do salário mínimo nacional e de algumas medidas de acompanhamento do desemprego, logo contrabalançadas pelo anúncio de drásticas reduções dos défices públicos, que não deixarão de ter consequências sociais.

O «Humanité» ridiculariza a «ruptura» e salienta que «a mudança é só de vocabulário».

Pois apesar disso, um conhecido comentador económico do PS correu alarmadíssimo aos microfones da rádio onde opera todas as manhãs, para se insurgir contra aquele aumento salarial e as outras medidas de semelhante natureza adoptadas pelos franceses.

Não se limitou a combatê-las. Profetizou as piores desgraças para o franco e as maiores ameaças para a economia francesa e foi mesmo ao ponto de agitar o mau humor com que tais medidas seriam recebidas pelos senhores de Frankfurt, isto é, os banqueiros alemães. Que instintozinho de obediência!

A crónica chamava-se «analogias» e concluía que se todos aqueles males podem acontecer à economia portuguesa se enveredasse pelos aumentos salariais.

Isto é ainda mais do que a pretensão de ser gestor do capitalismo!

E depois não querem que se diga que são mais papistas que o Papa.

■ Carlos Brito

O verdadeiro contrato

PONTO UM: o senhor António Champalimaud foi recebido na passada sexta-feira no Palácio de Belém, onde foi manifestar o seu «reconhecimento» ao Presidente da República pela promulgação do decreto-lei que lhe permitiu fazer o negócio do Totta. O carácter inédito da iniciativa permitiria extensas reflexões. Mas anote-se apenas que esta manifestação pública de «reconhecimento» de Champalimaud diz alguma coisa sobre a muito especial natureza do referido diploma legal. Sob pena de grave injustiça e manifesta discriminação, aguarda-se agora que o conhecido empresário peça audiências ao Ministro das Finanças e ao Primeiro-Ministro para lhes manifestar a sua gratidão por terem elaborado e aprovado aquele decreto-lei que, respeitando certamente o sagrado princípio do carácter obrigatoriamente abstracto das leis, tem entretanto a particularidade de toda a gente saber que foi propositadamente feito para servir os interesses do senhor Champalimaud.

PONTO DOIS: o senhor António Champalimaud está porém dispensado de pedir uma audiência ao Eng. António Guterres para lhe exprimir o seu «reconhecimento» pelo claro apoio e magnífica compreensão que o PS tem dado em geral ao processo de reconstituição das oligarquias financeiras e em particular do império Champalimaud. Com efeito, essa dívida ficou instantaneamente saldada quando, à saída de Belém, manifestou a sua profunda tranquilidade perante a eventualidade de um Governo PS, solidamente fundada na ideia de que os partidos socialistas já não são o que foram no passado.

PONTO TRÊS: algumas boas almas julgaram que aquela cena de «amor com amor se paga» protagonizada na Madeira por Jaime Gama (engolindo o défice democrático - sem comas!) e por Alberto João Jardim (acenando com o apoio dos deputados do PSD/Madeira a um eventual governo minoritário do PS) não passava a marca dos tacticismos des-

tinados a enervar o PSD nacional. Enganaram-se, porque o assunto é mesmo a sério, como acaba de confessar o deputado socialista Eurico de Figueiredo na sua última crónica no «Expresso». Gozando com os que gritam «Mas que horror!, o PS entendido com Alberto João Jardim», Eurico de Figueiredo, misturando alhos com bogalhos, escreve que «só se surpreende com esta aproximação quem não acredita na regionalização do país. Ou tem pesadelos bósnijs!», explicando depois que «o PS quer aprofundar e completar o processo de regionalização do país. O PSD, não. Mas o PSD da Madeira e dos Açores estão, nesta matéria, próximos do PS» e essa «é uma forte razão para se entenderem».

PONTO QUATRO: fala-se numa aceleração até Agosto do processo de privatizações, abrangendo importantes empresas industriais. É uma boa notícia para o PS, merecedora de ser celebrada com champanhe no Largo do Rato, uma vez que o seu porta-voz para a Indústria tinha declarado («Independente», de 3.2.95) que «as privatizações têm sido feitas a um ritmo inaceitável» e que «é um caso patético que, dez anos passados, o PS vá receber no sector industrial quase todas as empresas por privatizar».

Não é certamente necessário meter explicador para se perceber que nestes e noutros pontos é que está o verdadeiro «contrato de legislatura» do PS: os mandantes e beneficiários da política de direita receberiam o supremo prémio da sua continuação e as vítimas da política de direita teriam garantida a continuação das suas ofensas e golpes, recebendo quando muito, como substancial consolação, carradas de discursos sobre o «diálogo», a «partilha do poder» e a «nova forma de fazer política».

■ Vítor Dias

O Congresso dos Professores

Lisboa foi palco, na última semana, de um acontecimento sindical e político a vários títulos muito significativo: o V Congresso Nacional dos Professores.

Desde logo, porque a FENPROF e os Sindicatos que a integram, com os seus milhares de associados, a sua intensa actividade e o seu carácter profundamente unitário, constituem a mais representativa e influente organização dos docentes portugueses e uma das mais dinâmicas e prestigiadas estruturas do movimento sindical no nosso país.

Depois porque os trabalhos do Congresso Nacional dos Profes-

sos deixaram marcadas, de forma particularmente impressiva, a tónica reivindicativa, a profundidade da reflexão crítica na abordagem dos problemas profissionais e da política educativa e o profundo sentido unitário que impregna a actividade da FENPROF.

Foram disto testemunho: as orientações aprovadas pelos cerca de mil delegados e que constam do Plano de Acção para o triénio 1995/1998 e do Tema de Estudo que fundamentou o emblemático lema do Congresso - Profissão valorizada/Escola Pública de Qualidade; a eleição por expressiva maioria de uma renovada equipa dirigente; e a intervenção de abertura do Congresso, em que o Secretário-Geral da Federa-

ção reclamou a urgente inversão do rumo educativo do país e assumiu o sentido de uma dinâmica sindical que conjugue a atenção aos problemas profissionais, com a viragem para fora e o redobrado empenho dos docentes na luta por uma escola pública de qualidade para todos os portugueses.

Para trás ficaram os projectos daqueles que apostavam na «demonstração» da existência de uma crise no sindicalismo docente e na FENPROF.

O facto de António Teodoro não ter querido participar no Congresso Nacional dos Professores a pretexto das «sérias preocupações quanto aos rumos do sindicalismo docente

representado pela FENPROF...» (quando «essa razão», por ele transmitida à comunicação social, deveria levar não à fuga ao normal confronto democrático das opiniões mas à obrigatória presença nele), constitui afinal o reconhecimento do isolamento das posições do sector em que se insere e da derrota de velhos planos e concebidas ambições.

E ficou a ilustrar que «a renovação necessária do sindicalismo docente» que, na esteira das «teses» do professor Boaventura Santos, António Teodoro sustentou há duas semanas num artigo inserto no «Público», é afinal um «sindicalismo docente»... mas sem professores.

■ Edgar Correia

EUA

A contra-reforma avança

N a cruzada dos primeiros 100 dias para impor o seu programa do «Contrato com a América», Newton Gingrich e os seus pares conservadores da Câmara de Representantes lançaram uma primeira ofensiva, conseguindo fazer aprovar um pacote de medidas de (contra) reformas do sistema de segurança social - o pouco que resta ainda do «welfare state» com que o New Deal de Roosevelt procurou

obviar aos desastrosos efeitos sociais da Grande Depressão dos anos 30. Entre outras medidas, a Câmara retira os subsídios às mães solteiras menores de 18 anos, corta o auxílio às crianças deficientes, limita os almoços gratuitos às crianças nas escolas, etc., etc. Será o fim de cerca de 40 programas assistenciais para «poupar» 66 mil milhões de dólares em 5 anos. Os republicanos são ardorosos campeões de redução dos impostos dos rendimentos mais elevados. Tratam assim de desmantelar antecipadamente os programas sociais que beneficiam os pobres, para poder pagar o desejado alívio dos impostos aos ricos.

S e na Câmara os republicanos dizem «mata», no Senado os seus colegas dizem «esfola». Propuseram agora um ambicioso plano para «poupar» 961 mil milhões de dólares nos próximos 6 anos, através da eliminação das subvenções federais em todos os sectores sociais, desde os transportes à cultura, à arte, aos parques nacionais, passando pela liquidação de iniciativas como a ajuda aos estudantes e outros. Só na assistência médica (Medicaid) aos idosos e pobres contam «poupar» 256 mil milhões... Uma verdadeira fúria neo-malthusiana.

Uma das razões mais insistentemente alegada pelos republicanos para tão drásticos cortes nas despesas públicas de natureza social redistributiva - que não aos gastos com a contínua sofisticação armamentista e na inflação da vertente repressiva interna - é a necessidade de reduzir o défice orçamental para alcançar um superavit lá para o ano 2002. É sabido que o défice orçamental dos EUA é imenso. Como é a sua dívida externa. Como o é o endividamento generalizado dos seus estados, cidades, empresas, cidadãos. Endividamento este promovido por 10 anos de reaganismo para sustentar artificialmente a economia. A nova contra-reforma dos conservadores é filha directa, contudo, do neoliberalismo do seu ídolo Reagan. Os resultados económico-sociais não irão ser diferentes - apenas mais dramáticos ainda. A polarização brutal da riqueza e da miséria continuará a acentuar-se. Oficialmente, já há mais de 15% de pobres. E 1% dos mais ricos apossam-se de 40% de todo o património. Os 20% superiores têm 80% da riqueza, enquanto os restantes 80% só têm 20%. Certamente por isso a criminalidade continua a bater todos os recordes e a recente retoma económica revela-se insegura e prenuncia uma nova crise já para 1997. Por esta via, os EUA serão cada vez mais um gigante com pés de barro.

Clamando por «menos Estado» (recorrendo a uma brutal campanha ideológica de que dão esclarecedora conta Serge Halimi e Marie-France Toinet, no *Le Monde Diplomatique* de Maio, com raízes reaccionárias no fundo cultural puritano, clerical-racista, da sua história), os republicanos socorrem-se afinal do Estado para impor o império da sua vontade. Contradição insanável entre a propaganda ideológica e a prática política. Contradição típica nos EUA, como entre nós, como em todo o mundo onde se desenvolvem as concepções e práticas ditas do neoliberalismo. Que a vida demonstra a quem servem e a quem prejudicam - isto é, a sua real natureza de classe.

■ Carlos Aboim Inglez

CDU no Distrito de Santarém

Decorreu no passado sábado, dia 27 de Maio, na Casa do Campino em Santarém, o Encontro Distrital da CDU sobre as Eleições Legislativas, com o objectivo de aprofundar a discussão e recolher contributos para o programa eleitoral regional, a intervenção e a estratégia eleitoral para o Distrito.

O Encontro, com várias dezenas de participantes oriundos dos vários concelhos do Distrito, dirigido por **António José Ganhão**, Mandatário Distrital, sublinhou como grandes objectivos distritais da CDU no plano político o aumento da votação da CDU e a eleição do segundo deputado, enquanto no plano programático, à luz dos objectivos nacionais já definidos e de forma a dar-lhes expressão regional, considerou-se dar prioridade às seguintes questões:

– Regionalização, Regularização do Vale do Tejo e do Sorraia;

– Acessibilidade, Emprego, Segurança, uma política de desenvolvimento integrado para o distrito de Santarém.

As intervenções de encerramento foram proferidas por **Madeira Lopes**, da Intervenção Democrática, **Manuela Cunha**, do Partido Ecologista «Os Verdes», **Luísa Mesquita**, cabeça-de-lista da CDU às eleições legislativas, e **Luís Sá**, da Comissão Política do Comité Central do PCP, tendo este último sublinhado «o que está em jogo nas próximas eleições não é a alternância entre o Governo do PSD e um governo PS, para no fundamental prosseguir a mesma

política, mas a derrota do Governo/PSD e da política de direita e uma efectiva alteração da política no sentido favorável aos trabalhadores e ao povo português, só possível com uma forte votação na CDU».

Assim, pela afirmação das propostas para **Uma Nova Política**, sustentadas em opções e valores de esquerda, a CDU constitui a alternativa e o voto útil nas próximas eleições.

Na sua declaração, **Luísa Mesquita**, cabeça-de-lista da CDU por Santarém, afirmou:

«Estamos a chegar ao fim do nosso espaço de encontro distrital e dois traços pertinentes caracterizaram as intervenções.

«Por um lado, a análise da situação social no país e obviamente no distrito, cuja extensão e gravidade dos problemas em muitas áreas e sectores criam incertezas quer relativa-

mente ao presente, quer relativamente ao futuro.

«Por outro, uma grande confiança na capacidade e no empenhamento de todos aqueles que integram ou venham a integrar o espaço de diálogo da Coligação Democrática Unitária.

«Relativamente ao primeiro vector, é evidente, mesmo num simples retrato a preto e branco, o fracasso da política de direita do PSD sozinho, ou, num passado recente, de um PSD coadjuvado pelo Partido Socialista ou pelo CDS, agora PP.

«Relativamente ao segundo vector, amigos e camaradas, foi evidente o reconhecimento de que a CDU constitui a única força plural, unitária e de esquerda firmemente disposta a derrotar não só as forças da direita mas também a sua política, independentemente de quem a protagoniza.»

Almoço-convívio lança campanha em Mação

Com a presença entusiástica de cerca de 100 pessoas, realizou-se, em Mação, distrito de Santarém, um almoço de confraternização promovido pela CDU do Concelho. As intervenções, a cargo de **Eugénio Pisco**, membro do CC e do executivo da DORSA do PCP, **Jorge Ferreira**, membro suplente do CC e responsável

pela Organização de Mação, e **João Pequito**, 1º candidato da CDU à Câmara Municipal de Mação em 1993, abordaram diversos problemas do Concelho no actual quadro político, tendo em vista as próximas eleições legislativas.

Na mesa que presidiu ao excelente convívio encontravam-se, também, o arquitecto



Fernando Torres, da Intervenção Democrática, e 1º candidato à Assembleia Municipal nas autárquicas de 1993, **Maria Isa-**

bel Gaspar, operária e cabeça de lista à Freguesia de Mação nas últimas eleições, e **Manuel Gueifão**, sindicalista.

Apresentação em Aveiro

Realizou-se no sábado, dia 27 de Maio, em Aveiro, um Encontro Distrital da CDU que juntou mais de uma centena de activistas da coligação, que tinha como objectivos anunciados a preparação das eleições legislativas de 1 de Outubro e o anúncio do cabeça de lista no círculo de Aveiro.

Na mesa estavam representadas diversas componentes da Coligação, nela participando **João José Ferreira**, do Partido Ecologista «Os Verdes», **dr. Fernando Peixinho**, independente, membro da Associação Cívica Intervenção Democrática, e pelo PCP **Maria Manuela Silva**, **Joaquim Almeida da Silva** e **António Salavessa**, membros do Comité Central e da DORAV do Partido. **A Sérgio Teixeira**, da Comissão Política do CC do PCP, pertenceu a representação da Direcção do PCP nesta iniciativa.

Coube a **António Salavessa**, durante a intervenção de abertura dos trabalhos, proceder ao anúncio da decisão da DORAV do PCP relativamente ao primeiro candidato da lista da CDU no Distrito, que será **Maria Manuela Silva**, ali presente, professora, activista sin-

dical e de outros movimentos sociais e dirigente distrital do PCP. A divulgação desta escolha e a própria candidatura foram calorosamente saudadas por todos os participantes no Encontro.

Maria Manuela Silva discursou logo de seguida, tendo referido que «o debate sincero, aberto, desprovido de qualquer cargo emocional e que conduziu à indicação desta candidatura, marca a diferença do PCP em relação a outros partidos políticos. São conhecidos os jogos de bastidores, ou tráfico de influências, que atravessam a vida de outros partidos, cujos candidatos a candidatos aparecem na vida política, procuram demonstrar um protagonismo que de facto não têm, só para ser cabeça de lista, ou ficar em lugar elegível».

Sérgio Teixeira encerrou a sessão afirmando:

«O que o País precisa e o distrito necessita é de uma política de esquerda (nas palavras e nos actos) que vá ao encontro das mais sentidas aspirações de quem mais sente no plano social, económico, político, cultural e do ambiente.

«Esta nova política não é possível com aqueles que em questões de fundo são semelhantes, como é o caso do PSD e do PS. Ao afirmarmos esta evidência não estamos a ser sectários ou a definir o PS como inimigo principal, estamos, sim, a falar verdade ao povo, prevenindo o futuro e

que a história recente o confirma.»

Maria Manuela Antunes da Silva, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Aveiro, tem 47 anos, é professora, licenciada em História — pós-graduada em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro. É Coordenadora Distrital (Aveiro/Norte) do Sindicato dos Professores do Norte e membro do Conselho Nacional da FENPROF e também membro da Direcção e do Conselho Nacional do MDM. É membro do Comité Central do PCP e da DORAV do PCP.



Câmara PS da Covilhã destrói pendões da CDU

A Câmara Municipal da Covilhã retirou mais de uma centena de Pendões da CDU, com os dizeres «Quem Trabalha Merece o Melhor» que esta Coligação havia colocado recentemente em locais públicos da cidade.

A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP manifestou o seu público protesto «por esta atitude ilegal e prepotente da maioria socialista na Câmara Municipal da Covilhã, consi-

derando ainda que este acto é injustificado para quem enche a boca de democracia, mas que depois impede as outras forças políticas de chegarem com a sua mensagem ao conhecimento das populações.»

A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP exige explicações da Câmara Municipal, «reservando-se o direito de agir judicialmente caso as explicações não sejam satisfatórias».

CDU critica gestão PS de Matosinhos

A CDU apresentou anteontem, em Conferência de Imprensa, uma apreciação crítica da gestão PS no município de Matosinhos

Embora salientando «alguns aspectos positivos que vêm ao encontro de opiniões e reclamações que a CDU desde há muitos anos vinha avançando, como seja a revitalização da Rua de Brito Capelo, a criação do pelouro da Juventude e do respectivo Conselho Consultivo, assim como uma política de investimentos significativos na área do saneamento básico», a CDU considera que há igualmente «aspectos bastante negativos que não podemos deixar de referir», como é o caso da «execução orçamental que em termos de despesas de capital ficou-se pelos 64%. O desvio negativo de 36% resulta de uma execução de apenas 80% na receita (apesar de quase 700 mil contos de contracção de empréstimos não previstos), mas resulta também de pouco rigor na previsão orçamental e ainda de demasiada facilidade e desrespeito pelas orientações inicialmente estabelecidas no Plano de Actividades», salienta a CDU.

Outra questão tem a ver com o **Plano de Reversão de Matosinhos-Sul**. «Até ao momento, a Assembleia Municipal desconhece o respectivo Plano e a Câmara

está a autorizar, segundo se diz, a título precário, investimentos privados de dezenas de milhares de contos, que podem vir a constituir factos consumados e que serão claramente negativos para a análise e posterior aprovação de um Plano que se deseja que venha a contribuir para melhorar a qualidade de vida dos matosinhenses e o desenvolvimento da cidade e do concelho», acusa a CDU.

Alvo das críticas da CDU em relação a Matosinhos foi também a privatização da recolha do lixo. E esclarece:

«Foi recentemente aprovado, com a frontal oposição da CDU, a concessão da recolha do lixo e varredura em toda a área que se localiza a nascente da linha férrea Porto/Póvoa. Desde sempre temos afirmado que uma empresa está vocacionada para dar lucro e não prestar um serviço público. A privatização da recolha do lixo, conduzirá a prazo, à colocação de pessoal do município no desemprego, para além de não dar garantias de melhor preço e muito menos de melhor serviço.»

E sublinha a CDU: «A privatização é uma "doença" que está a "atacar" em várias autarquias do país, designadamente do PS e do PSD, e os vários exemplos que são conhecidos não conduziram a uma melhor prestação de serviço às populações e, pelo contrário, provocaram a criação de novas taxas ou o agravamento das taxas existentes. Em Matosinhos, depois da privatização do Parque de Campismo de Angeiras e do tratamento de jardins, a "doença" chegou agora à recolha do lixo e varredura. Para onde vamos?»

Distrito de Leiria define objectivos

Com cerca de 200 participantes, realizou-se no passado sábado, em Caldas da Rainha, o Encontro Regional da CDU com a presença de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do Comité Central do PCP, que fez a intervenção de encerramento do Encontro.

A abrir os trabalhos do Encontro, José Augusto Esteves, cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Leiria, fez a análise da situação do distrito e da grave crise que os principais sectores atravessam e das graves consequências daí resultantes, como o desemprego que alastra no distrito, em resultado da política de direita e da governação do PSD há 16 anos no poder, primeiro com o CDS, depois com o PS e nos últimos 10 anos sozinho.

«Regista-se uma grave crise na agricultura, com acentuado declínio de vastas zonas do mundo rural, nas pescas, com a progressiva e drástica redução da frota pesqueira do distrito. Estagnação e regressão na indústria, com o definhamento de importantes sectores tradicionais da indústria», assinalou-se no Encontro.

Com mais de 20 intervenções de participantes dos diversos concelhos do distrito, apontou-se como objectivo fundamental o reforço da votação da CDU e a eleição de um deputado pelo distrito de Leiria, «objectivo que está ao alcance da CDU, tendo em conta a tendência eleitoral verificada em eleições anteriores, designadamente as autárquicas de 1993, e essencial à defesa dos interesses regionais em contraponto com a apagada intervenção dos deputados da maioria e do PS na última legislatura», conclui esta reunião Distrital da CDU.

«Afastar o PSD do governo e colocar a direita em minoria é condição essencial à formação de um novo governo com uma nova política democrática e de esquerda», afirmou-se também.

Para tal, «não basta que o PSD seja derrotado e que depois tudo fique na mesma», como sublinhou Jerónimo de Sousa na sua intervenção a encerrar o Encontro. «O reforço eleitoral da CDU é necessário e indispensável. Por isso, o voto da CDU é sempre um voto útil e conta para uma nova política que constitua não uma mera alternância de poder, mas uma verdadeira alternativa política à política do PSD», sublinhou-se.

A finalizar o Encontro, foram avançadas importantes realizações no âmbito das actividades da CDU no distrito de Leiria: em 2, 3 e 4 de Junho, Jornada Nacional de Propaganda; em 11 de Junho, às 13 horas, Sardinhada com Festa-Convívio no Parque de Merendas da Praia da Vieira, com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP; na 3ª semana de Junho, Jornadas Legislativas no Distrito.

Candidatos em Bragança

Num Encontro com a Comunicação Social realizado no Centro Cultural de Bragança, Auditório Paulo Quintela, a CDU anunciou o Cabeça de Lista pelo Círculo de Bragança e o Mandatário Distrital, o sociólogo António Morais.

José Brinquete, responsável da DORBA, apresentou o cabeça de lista, António Morais, sociólogo, 46 anos de idade, técnico superior do Parque Natural de Montesinho, e as razões da escolha do candidato, referindo «a escolha do cabeça de lista da CDU, como de resto a elaboração do conjunto da lista, é sempre, entre nós, um processo de alargada auscultação e discussão no seio dos principais organismos do Partido e com os aliados que conosco participam na CDU», sublinhando mais adiante que «António Morais é um destacado dirigente regional do PCP e tem um profundo conhecimento político, económico, social e cultural do Distrito; assim, a CDU apresenta ao eleitorado do Nordeste um candidato capaz de levar à Assembleia da República os principais problemas da Região».

O Mandatário Distrital será Maria do Loreto, engenheira silvicultora, investigadora e professora da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.

No Encontro Distrital da CDU, a realizar a 11 de Junho de 1995, na cidade de Mirandela, será divulgada a lista completa da CDU pelo Círculo Eleitoral de Bragança.

Depois, o candidato e cabeça de lista da CDU por Bragança, António Morais, fez a sua primeira declaração política na qual afirma: «Ser candidato a deputado pelo Círculo de Bragança, constitui, para mim, um motivo da maior relevância, na medida em que exige o meu empenhamento devotado em defesa dos interesses da nossa região», e sublinha: «Entendo este empenhamento não como mero acto ocasional de promoção pessoal, mas tão-só, a possibilidade de exercer a minha cidadania em coerência de valores partilhados com milhares de outros cidadãos da CDU.»

Sexta, sábado e domingo Jornada de propaganda da CDU

Para além de muitas outras iniciativas que ao longo da semana irão ter lugar no âmbito do esforço de esclarecimento promovido pela CDU, a Jornada de Propaganda que irá mobilizar, em todo o país, muitos milhares de activistas desenrola-se durante os três dias do fim-de-semana - 2, 3 e 4 de Junho, a começar, portanto, amanhã.

Damos hoje conta apenas das iniciativas programadas em vários distritos e que nos foram chegando à Redacção. Outras poderão encontrar-se destacadas - (pág. 27) Agenda.

Braga

Dia 2 - das 12 às 14 horas, distribuição de documentos nas empresas Grundig, Orfama e Maconde. Reuniões CDU, às 21,30, em S. Martinho de Dume, com Jorge Matos, e em S. Paio d'Antas, com António Lopes.

Dia 3 - das 12 às 14 horas, distribuição nas empresas Coelima e Lameirinhas, de Guimarães; na Riopelle, de Famalicão. Às 14 horas, visita de António Lopes e outros candidatos à Freguesia de Guardizela, Guimarães. Às 16 horas, Encontro sobre a situação no Ensino, no Hotel Fundador, em Guimarães, com os candidatos António Lopes e Ana Amélia, sindicalistas e deputados. Jantar-convívio em Guardizela, às 20 horas. Reuniões e sessões com candidatos: às 15 horas, em Barcelinhos, Lagoa e Tenões; às 21,30, em Delães e Antas (Famalicão) e em Carapeços (Barcelos).

Dia 4 - Visitas e distribuição de documentos nos bairros de Gondar e Salgueiral-Creixomil (Guimarães).

Porto

Dia 2 - Distribuição na Praça da Liberdade, a partir das 18h, com a participação de João Amaral e de outros candidatos. Às 21,30 debate sobre Política Educativa no Hotel Tuella com João Amaral.

Dia 3 - Distribuição nos mercados de S. Sebastião, S. Victor, Rio Tinto, Maia, Areosa, Matosinhos e Gaia e nas feiras de S. Pedro da Cova, Vila das Aves, Trofa, Paredes, Vandoma, Aldoar. Distribuição em diversas Praças e estações da CP. Porta-a-porta em bairros, cooperativas e zonas de todo o distrito. Festa-convívio da CDU no Bonfim.

Dia 4 - Porta-a-porta em diversos bairros e zonas.

Aveiro

Dia 2 - Distribuição nas principais empresas do distrito - Vista Alegre, Renault, Califa, Toyota e Philips. Em Aveiro e Espinho, distribuições nas estações da CP.

Dia 3 - Distribuição nas principais sedes de concelho - Aveiro, Águeda, Espinho, Ovar, etc. Bancas de rua nos centros urbanos. O cabeça de lista vai estar na Feira da Arrifana, acompanhado por activistas da CDU. À tarde, distribuição de propaganda pelos bairros.

Coimbra

Dia 2 - Iniciativas junto de empresas de Coimbra - Rifer, Sociedade de Porcelanas, Matugal e Telecom; banca na Beira Rio ao fim da tarde. Convívio em Montemor-o-Velho. Distribuição em Condeixa, às 9,30.

Dia 3 - Banca na Praça 8 de Maio; convívio CDU em Eiras, às 12,30. Distribuição na Feira Norton de Matos, Coimbra; convívio CDU em Condeixa e em S. João do Campo.

Dia 4 - Minicaravana em Montemor-o-Velho. Almoço CDU no Casal da Misarela.

Santarém

Dia 2 - Distribuição de propaganda no mercado semanal de Tomar, às 9,30; na Estação do Entroncamento, às 17. Reunião da CDU, às 21,30, em Salvaterra de Magos.

Dia 3 - Distribuição de propaganda, às 8,45, no mercado e feira semanal do Entroncamento.

Dia 4 - Distribuição de propaganda no mercado mensal de Almeirim e no mercado de Constância. Estão previstas outras acções durante a semana para empresas, zonas industriais e para o mercado do Cartaxo, no dia 12.

Lisboa

Amadora

Dia 2 - Acção na zona das empresas da Venda Nova.

Dia 3 - Acções nos mercados e na Feira da Brandoa.

Dia 4 - Acção no mercado das Venteira e visita de deputado ao Bairro de Santa Filomena.

Oeiras

Dia 2 - Sessão de esclarecimento em Paço d'Arcos; participação em acções junto de empresas; bancas junto às estações de Algés e Oeiras.

Dia 3 - Acções nos mercados e porta-a-porta.

Dia 4 - Visitas a bairros.

Torres Vedras - Distribuição nos mercados e porta-a-porta.

Mafra - Acção na Feira da Malveira, com eleitos locais

Vila Franca de Xira

Dia 2 - Contactos e distribuição nas estações de Vila Franca e Póvoa e nas escolas de Vila Franca e Alverca.

Dia 3 - Visitas de eleitos em Vila Franca, pintura mural por jovens e contactos no mercado de Alhandra.

Dia 4 - Convívio na Póvoa de Santa Iria com Álvaro Cunhal.

Loures

Dia 2 - Sessão com reformados no Centro de Dia de Loures, às 15 horas.

Dia 3 - Às 9,30, distribuição e contactos nos mercados de Odivelas, Loures, Póvoa de Santo Adrião, Moscavide, Sacavém, Pontinha, Camarate e S. João da Talha, com eleitos locais e membros da Concelhia. Às 16 horas, debate sobre Juventude e Desporto, em St. Antão, Tojal, com Carlos Luz e Bernardino Soares. Às 17, visita a bairros de génese ilegal, na Pontinha, com Alexandrino Saldanha e F. Amaral, seguindo-se, às 20 horas, um jantar de apoiantes, no restaurante O Moínho. Às 21,30, sessão sobre Emprego e Segurança Social, em Sta Iria, com Maria do Carmo Tavares.

Dia 4 - Almoço CDU, no restaurante Olho do Cuco, em Caneças.

Cascais

Dia 3 - Distribuição no mercado de Tires. Porta-a-porta na Freguesia de S. Domingos de Rana, nos bairros da Tojeira e 25 de Abril.

Dia 4 - Distribuição no mercado de S. Domingos.

Sintra

Dia 2 - Nas freguesias de Queluz, Rio de Mouro, Algueirão e Cacém. Distribuição nas estações e nas empresas Melka (Cacém), na zona industrial do Alto da Belavista e na de Mem Martins.

Dia 3 - Visita aos mercados e distribuição de documentos nas Freguesias de Queluz, Rio de Mouro e Algueirão e no mercado de Fanares.

Dia 4 - Visita aos mercados de Aqualva e Cacém. O candidato Lino Paulo visita a Praia Grande, às 10 horas, e a Feira de S. João das Lampas, às 15.

Lisboa-Cidade

Dia 2 - Concentração na Baixa, com a participação de Carlos Carvalhas; à noite, espectáculo em Belém, com a presença de vereadores de Lisboa e candidatos.

Dia 3 - Zona Oriental - jornadas em Arroios, S. João e Alto Pina e nos mercados do Chile e Saldanha; contactos com a população de S. Vicente e Olivais; sardinhada nos Olivais, às 13 horas. Na Zona Norte - jornadas em Benfica, Fátima, S. João de Brito, S. Domingos de Benfica, Lumiar e Charneca. Zona Centro - Encontro no Largo do Chafariz de Dentro, no mercado e subida ao Castelo de S. Jorge. Zona Ocidental - às 10 horas, contactos junto ao CT de Alcântara, distribuição nos mercados da Ajuda e Santo Condestável, contactos na Madragoa. Às 15, no Casalinho da Ajuda, no CT dos Prazeres, no CT de Santo Condestável (Meia Laranja, Maria Pia, Quinta das Mercês, Sete Moínhos) e no Jardim da Estrela.

Dia 4 - Contactos com a participação de eleitos e candidatos na Feira das Galinheiras, na Feira do Relógio, em Belém, em Campolide e na Freguesia da Ajuda.

Portalegre

Dia 2 - Distribuição de propaganda nas ruas de Elvas e Nisa.

Dia 3 - Distribuição em Campo Maior, no mercado de Ponte de Sor, nas ruas de Avis a seguir à Assembleia de Organização do PCP.

Dia 4 - Encontro Distrital da CDU em Portalegre, com apresentação da lista de candidatos.

Évora

Dia 2 - Distribuição de propaganda na cidade, à saída do Hospital, à saída das empresas e na Praça do Giraldo. Em Brotas, porta-a-porta às 18 horas e sessão às 21. Em Aguiar, porta-a-porta às 19,30 e encontro de jovens às 21, com Estêvão Pereira e Lurdes Ginete. Distribuição de propaganda à porta das empresas de Vendas Novas. Distribuição de propaganda em

Viana do Alentejo e Aguiar

Dia 3 - Encontro distrital da CDU, no Garcia de Resende, com Domingos Abrantes; apresentação da lista de candidatos, às 15 horas. Acção de propaganda em Évora, nos mercados, de manhã. Em Mora, propaganda no mercado e almoço CDU em Pavia. Em Vendas Novas, Festa da Juventude CDU, às 21 horas. Acções de propaganda nos mercados de Arraiolos e Estremoz. Acção de propaganda em Montemor e em Redondo.

Dia 4 - Acções de propaganda no mercado de Borba, nas Freguesias rurais de Évora, no mercado de Portel e em Viana do Alentejo. Almoço em Pavia. Distribuição em todo o concelho de Alandroal.

Beja

Dia 2 - Por todo o distrito - reuniões de reformados, porta-a-portas, distribuição de propaganda nos mercados.

Faro

Dia 2 - Debate sobre «Juventude, Toxic dependência e Doenças Sexualmente Transmissíveis» com Carlos Luís Figueira e os médicos Álvaro Pereira, Lurdes Guerreiro e João Goulão no salão da COOBITAL, às 21,30.

Distribuição de propaganda em empresas de Portimão. Em Faro, banca na baixa da cidade e debate com a juventude.

Dia 3 - Distribuição de propaganda nos mercados, bancas, contactos em freguesias. Em Faro, Lagos (Odeáxere e S. Sebastião), Portimão (Alvor e Mexilhoeira Grande), em Aljezur, Rogil e Odeceixe, em Vila do Bispo e Sagres, nos concelhos de Lagoa, Loulé e S. Brás.

Dia 4 - Visita às freguesias rurais de Faro e convívio. Distribuição em Lagos (Bensafim, Barão, S. João e Luz).

Setúbal

Alcácer - Dia 3, almoço no Torrão e baile no Barrancão.

Almada - Dia 3, às 9,30, visita de Octávio Teixeira ao centro da cidade. Desfile e animação de rua e praia, em Almada e Costa da Caparica, dias 3 e 4. Concerto na SFUAP promovido pela JCP, dia 3, à noite.

Barreiro - Dia 2, sessão em Palhais. Dia 3, às 16 horas, Encontro CDU, com a participação de Octávio Teixeira.

Montijo - «Convívio Alentejano», dias 3 e 4.

Seixal - Visitas a colectividades, encontros com dirigentes associativos. Dia 3, no Independente Futebol Clube de Arrentela, às 21,30, debate sobre Toxic dependência. Visita de Carlos Carvalhas ao Seixal, dia 4.

Sines e Santiago - Visita de Álvaro Cunhal (detalhes na pág. 29)

Setúbal-Cidade - Dia 4, caravana automóvel a partir das 10 horas. Pic-nic na Gâmbia, às 13 horas. Convívio promovido pela JCP no Edifício Arrábida, dia 3, às 22 horas.





Um momento do encontro na ADAB

Carlos Carvalhas com agricultores de Braga

Para avaliar a extensão dos prejuízos causados pelas geadas de Abril, o secretário-geral do PCP deslocou-se na semana passada ao distrito de Braga, onde contactou agricultores e organizações da lavoura. Carlos Carvalhas visitou algumas explorações agrícolas no concelho de Amares, um dos que, juntamente com Cabeceiras e Celorico de Basto, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, mais castigado foi pelas últimas geadas.

Acompanhado por António Lopes, da Comissão Política do Partido e cabeça-de-lista da CDU no distrito, e por outros candidatos da CDU e dirigentes comunistas, Carlos Carvalhas foi recebido, dia 23 de Maio, pela direcção da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga, onde ouviu uma exposição sobre a situação da lavoura. Os dirigentes da ADAB falaram sobre os prejuízos das geadas, bem como sobre o abandono a que estão votados os pequenos e médios agricultores.

Foi especialmente focado o caso dos pequenos produtores de leite, que há oito anos não vêem aumentado o preço à produção; isto, somado a problemas como os da classificação do leite e o encerramento dos postos de recolha, está a fazer com que os produtores que ainda resistem percam muito dinheiro. Muitos estão já a desfazer-se do gado, enquanto o País perde quotas no mercado comunitário e está a ser invadido por leite espanhol e francês.

Foram referidos os problemas dos produtores de carne, forçados a desfazer-se das rezes com prejuízo, a recorrer a matadouros privados ou ao abate clandestino, com perigos para a saúde pública, devido ao desaparecimento dos matadouros municipais e à centralização forçada do abate nos supermatadouros (como o de Entre-Douro-e-Minho, situado numa freguesia de Famalicão, que custou mais de um milhão de contos e agora caminha para a falência).

A surdez e indiferença das entidades oficiais, desde o

Governo Civil à DREDM e ao Ministério da Agricultura, foram duramente verberadas pelos dirigentes da associação, que mais uma vez se queixaram da falta de um seguro agrícola que sirva os agricultores, da falta de apoios, dos altos preços dos factores e dos baixos preços à produção. Foi recordada, como expressão do grande descontentamento gerado por esta situação, a grande concentração e manifestação que reuniu recentemente, em Braga, cerca de um milhar de agricultores, vindos de diversos concelhos do distrito.

A passagem por Amares permitiu constatar a grande perda da produção do vinho verde e os prejuízos noutras produções. A visita e encontro com a direcção da Cooperativa Agrícola de Amares (Copaca), com mais de um milhar de associados, confirmou a gravidade da situação: os prejuízos já recenseados, num levantamento ainda incompleto e que pecará por defeito, somam quase 200 mil contos (dos quais, cerca de 160 mil referem-se à perda de 930 mil litros de vinho).

A região está a sofrer outros prejuízos, designadamente na produção de laranja (cuja comercialização foi afectada ou praticamente liquidada por uma decisão de desclassificação do concelho como zona de laranja) e de milho (pago na produção a preços extremamente baixos).

Solidariedade na prática

Carlos Carvalhas, recebido nesta sua deslocação ao distrito de Braga com visível interesse e expectativa, lembrou a solidariedade de sempre do PCP para com os pequenos e médios agricultores, deu conta de várias iniciativas concretas dos deputados comunistas na AR e no PE, e deixou expressa a total disponibilidade do Partido para intervir sobre todos os problemas expostos.

Comentando a actuação, no Parlamento Europeu, dos deputados portugueses dos

outros partidos, o secretário-geral do PCP lamentou que tenham ali uma actuação diferente daquilo que aqui querem fazer crer aos eleitores e que, por regra, optem pela capitulação e pela subordinação dos interesses nacionais face aos dos grandes grupos da agro-indústria transnacional.

Acerca da intervenção concreta do PCP em defesa da agricultura e dos agricultores, Carlos Carvalhas referiu o caso do projecto de seguro agrícola, apresentado na AR há 2 anos pelo grupo parlamentar comunista, nessa altura rejeitado pelo PSD e agora, em vésperas de eleições e depois de grandes prejuízos, o ministro da Agricultura pediu para... estudar.

Grupo Parlamentar comunista visitou o distrito do Porto

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, composta pelos deputados Octávio Teixeira, João Amaral, Luís Sá e Luís Peixoto, visitou o Porto nos dias 22 e 23 de Maio, tendo estabelecido contactos em diversas áreas, como a Saúde, a Educação, a Segurança Social, as indústrias têxtil e metalúrgica.

A visita começou pela Eurofer, empresa de fundição das maiores do País, que já empregou 1800 trabalhadores e agora mantém 800 postos de trabalho, com o risco de sofrer nova redução. Continuando a laborar através de um plano de recuperação negociado com os credores em Março do ano passado, esta empresa ainda não recebeu um tostão do PEDIP ou do Fundo Social Europeu. Octávio Teixeira comentaria, na conferência de imprensa realizada mais tarde no CT, da Boavista, tratar-se de mais um exemplo dos graves problemas causados pela política cambial do escudo forte, elevadas taxas de juro e de falta de apoios de fundos comunitários, aplicados de forma incorrecta, frequentemente

gerando situações de corrupção e tráfico de influências. O encontro com os trabalhadores do Centro Regional da Segurança Social permitiu conhecer melhor as condições de trabalho ali existentes, verdadeiramente à beira da ruptura. Num quadro de pessoal que foi reduzido nos últimos anos em 600 pessoas, a sobreocupação actual chega ao ponto de obrigar muitos funcionários a levar trabalho para casa, ao mesmo tempo que é declarado um quadro de 500 pessoas disponíveis. Agravando esta situação, numerosos trabalhadores estão há 20 anos sem progressão na carreira profissional. Os problemas da área da Saúde foram analisados em entrevistas com o Sindicato dos Médicos do Norte, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e a Administração Regional de Saúde. Foram salientadas as insuficiências na rede de cuidados médicos primários, a falta de ocupação de vagas nos Centros de Saúde no distrito do Porto, o elevado número de cidadãos sem médico de família.

«Turismo na Terceira Idade» para 4 reformados em cada mil

Acerca do anúncio do programa Turismo na Terceira Idade, feito na semana passada pelo primeiro-ministro, o Gabinete de Imprensa do Partido divulgou sexta-feira o comentário que aqui reproduzimos.

«1º - Esta medida não pode deixar de ser vivamente posta em contraste com a política de pensões de miséria que o Governo do PSD tem vindo a seguir há muitos anos em relação à grande maioria dos reformados e pensionistas.

Recorde-se que 60 por cento dos pensionistas portugueses estão actualmente condenados a sobreviver com um rendimento mensal inferior a 20 contos por mês, e outros 30 por cento não atingem sequer os 28 contos.

E recorde-se que o primeiro-ministro que enche a boca, agora, com a necessidade da "solidariedade activa com a população idosa", é exactamente o mesmo que há 6 meses teve a desfaçatez de proceder a actualizações de apenas 30 escudos por dia na pensão social e de 47

escudos por dia nas pensões mínimas do regime geral.

2º - Neste quadro, é evidente que só vai poder candidatar-se à comparticipação de despesas para o gozo de um período de férias na época baixa um sector relativamente reduzido de reformados e pensionistas, que auferem pensões significativamente mais elevadas que as mínimas ou, então, que dispõem de outras fontes de rendimento.

3º - Acresce ainda o facto desta medida não ir abranger mais de 4 em cada mil reformados ou pensionistas na próxima época baixa, o que ilustra bem o carácter fundamentalmente demagógico e eleitoralista dos propósitos do Governo do PSD.»



Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

Um momento do encontro na ADAB

2ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP

Os intelectuais e a esperança comunista

A Faculdade de Belas-Artes de Lisboa vai ser o local para, no sábado e domingo, se realizar a 2ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa do PCP onde serão discutidos problemas que vão desde a intervenção política deste sector à caracterização da noção de «intelectual», a organização e direcção desta frente de trabalho, a luta por uma nova política ou, como se diz numa das partes do enunciado do projecto de Resolução Política que vai ser discutido pelos participantes, «o projecto e a esperança comunista». Matérias muito vastas e que motivam, apenas em jeito de apresentação, uma pequena conversa com quatro elementos do Sector: Manuel Gusmão, Filipe Dinis, Elvira Nereu e Helena Medina. Uma conversa que, por imposição do espaço limitado por esta página de jornal, se limita praticamente a abordar a questão das alterações que se projectam na organização do sector. Um mundo de assuntos ficou por falar, mas sábado e domingo muita coisa será dita...

Esta é a 2ª Assembleia do Sector Intelectual e gostávamos de saber o que é que se passou desde a 1ª Assembleia até hoje.

Elvira Nereu - Nós fizemos a primeira Assembleia do Sector em 1982 e realizamos agora a 2ª Assembleia. Durante este período há como um interregno do nosso trabalho na concepção e perspectiva de Sector Intelectual. Considerámos ao longo deste tempo ser prioritário desenvolver um trabalho mais autónomo por sectores, com os seus organismos de direcção próprios que têm organizado assembleias próprias. Claro que houve algum trabalho de coordenação mas demos prioridade ao aprofundamento de políticas sectoriais e ao agarrar dos problemas profissionais e sociais.

Nesta fase de trabalho considerámos que tendo sido importante esta perspectiva, tendo havido em alguns sectores avanços, ela é simultaneamente insuficiente.

Uma concepção mais ampla e abrangente, que tenha em conta a própria evolução desta camada, dentro da sua heterogeneidade mas com pontos comuns e importantes, faz com que seja agora necessário aprofundar o nosso trabalho na perspectiva de globalizar a acção do Partido com os intelectuais.

Mas a divisão por sectores mantém-se.

EN - Sim. Consideramos que terá até de se reforçar o seu trabalho e as próprias direcções.

De qualquer modo, de 1982 até hoje contam-se uma série de anos. Não houve trabalho de direcção no entretanto?

EN - Havia coordenação regular, não na perspectiva de ser um organismo de direcção, mas houve coordenação, fundamentalmente para manter as suas ligações às estruturas do Partido, nomeadamente à estrutura regional. Durante este período realizaram-se também múltiplas iniciativas dos subsectores, não só Assembleias que elegiam os seus organismos, e muitas iniciativas do Partido onde essas estruturas se integravam. Por outro lado, realizámos regularmente plenários conjuntos.

Helena Medina - Considerámos ser indispensável um aprofundamento do estudo da evolução e da situação dos intelectuais, saber com rigor qual o universo de intervenção, o que é necessário definir como objectivos prioritários de intervenção política e dinamizar todo um debate político e ideológico no conjunto da organização.

Considerámos também ser indispensável criar os instrumentos imprescindíveis para a intervenção política, ideológica, sindical e cultural.

IIª Assembleia do sector intelectual de Lisboa do PCP



Para isso são necessários organismos capazes de terem uma visão de conjunto e com capacidade para tomar medidas

que permitam dirigir o nosso trabalho nas direcções que forem consideradas fundamentais.

Por exemplo, no nosso projecto de Resolução Política que vai ser discutido pela Assembleia, consideramos fundamental desenvolver trabalho do Partido junto das novas gerações intelectuais e nas Universidades. Precisamos então de tomar medidas para constituir um organismo para esta problemática, precisamos de destacar quadros para realizar esse trabalho, etc. Tal é possível com uma visão conjunta do trabalho intelectual.

Uma outra questão diz respeito à necessidade imperiosa de criarmos novos instrumentos de intervenção, seja no campo sindical ou social, onde existem situações muito diferenciadas.

Por exemplo, entre os professores temos uma inter-

Na área cultural a crise existente faz com que muito do que antes pensávamos estar a funcionar bem tenha perdido adequação às realidades existentes.

O que o Sector Intelectual e cada organização desta área terão a fazer é que se retomem linhas de trabalho onde existem potencialidades e onde não existam que se vá por outro lado.

É útil para esta área que o Partido aumente a sua influência. É mais do que útil aos professores e ao Ensino que o Partido seja influente. Não é manifestamente útil para ninguém que o Partido tenha menos influência na área cultural, até porque é a única força política que tem uma perspectiva efectivamente democratizadora em relação à área cultural.

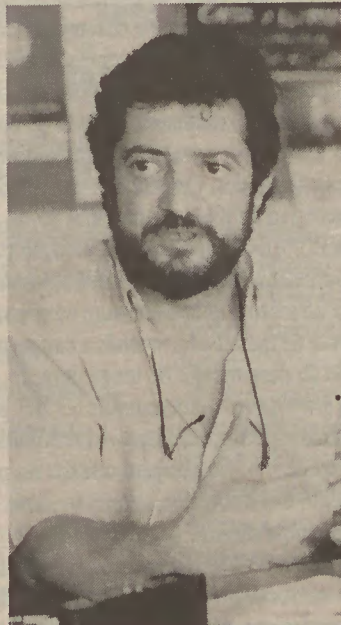
No texto do projecto de Resolução fala-se da tradição do Partido no seu trabalho com intelectuais mas simultaneamente tenta-se fazer

opinião, não só jornalistas, mas também empresários, por exemplo.

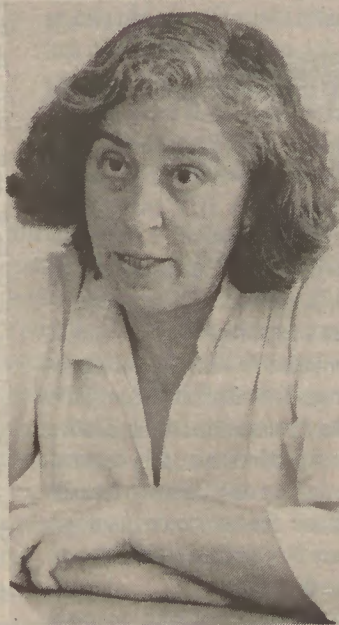
Por outro lado há essa camada cujo número de profissões aumenta e cujo peso total numericamente também aumenta e que se vai ao mesmo tempo assalariando e diferenciando internamente. Há muitas diferenças em termos de remuneração, estatuto hierárquico, funções, podem ser assalariados ou participar no capital de uma empresa, etc.

Uma dos dados apontados no vosso projecto de Resolução Política é que a maioria dos intelectuais do Partido não milita neste sector.

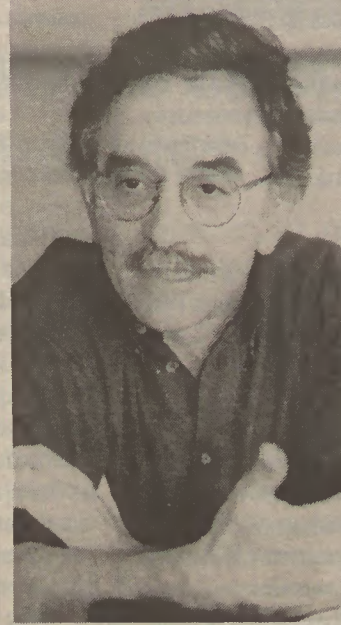
HM - E nós considerámos que «assim está bem». Na ORL o Sector Intelectual organiza 37 por cento dos intelectuais da região mas achamos que os outros intelectuais que estão noutros sectores têm um papel muito importante em áreas como a intervenção autárquica, na inter-



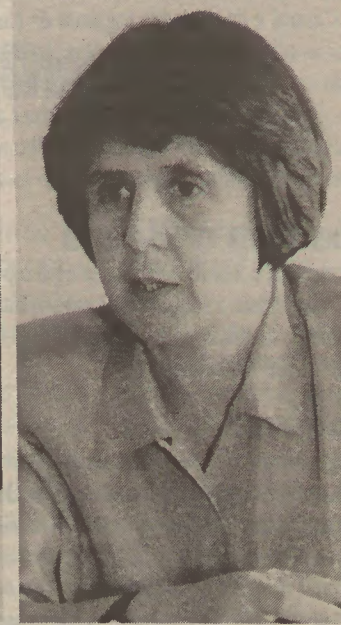
Manuel Gusmão



Elvira Nereu



Filipe Dinis



Helena Medina

venção sindical muito significativa, mas em certos subsectores de Artes e Letras, ou em quadros técnicos (por exemplo, engenheiros), temos, por razões diversas, uma intervenção muito menor. Há que criar mecanismos que ultrapassem esses problemas.

Poderão dar um exemplo de áreas onde a actuação do Partido está em discussão no sentido de a melhorar?

Filipe Dinis - Nas grandes estruturas associativas de intelectuais que existem em Lisboa há uma presença marcante do Partido. Será bom que o Partido se empenhe na construção de instrumentos de intervenção autónoma de sectores profissionais onde existem movimentos em várias direcções e situações de mudança. Por exemplo, Ordens que coexistem com Sindicatos. Há associações que passaram a Ordens. São sinais de um processo que está a decorrer.

uma melhor definição do próprio estatuto do intelectual e das condições actuais da sua ligação ao Partido.

Manuel Gusmão - O que nos leva a ter um certo cuidado na definição da noção de intelectual tem a ver com o facto de a camada social heterogénea dos intelectuais ter-se desenvolvido muito numericamente e isso levou a transformações internas e naquilo que nós pensamos serem os intelectuais.

Em segundo lugar, mesmo na nossa organização, há ainda camaradas que pensam que os intelectuais são aqueles que exclusivamente intervêm com visibilidade maior na cultura, no debate das ideias, como se fossem uma espécie de elite ideológica-cultural ou ideológica-política.

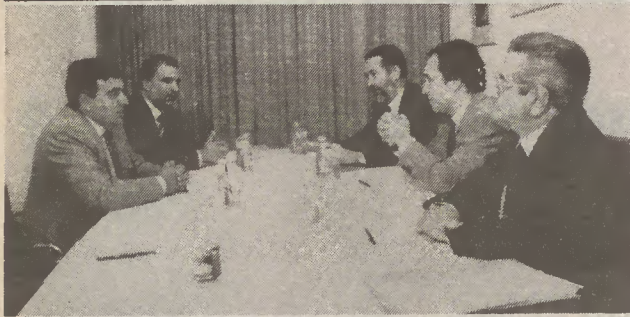
Por um lado, os intelectuais hoje são uma camada social muito mais ampla do que esses e ao mesmo tempo esses já não são hoje especificamente intelectuais. Podemos ter como fazedor de

venção sindical, na vida organizada do Partido, etc.

De qualquer modo esta realidade vai-nos obrigar a um trabalho de natureza diversa. A situação exige que se trabalhe simultaneamente em várias frentes e que haja com a Direcção Regional uma melhor articulação.

Temos três experiências muito positivas nesta área, onde se juntam quadros e militantes de diversos organismos: a existência de uma Comissão Distrital para as questões dos Quadros Técnicos, avançámos agora para a constituição de uma Comissão Distrital para as questões da Cultura e há já uma tradição de um trabalho ligado entre as organizações dos professores e as organizações concelhias do Partido com a constituição de muitas estruturas de coordenação dessa actividade.

Este será um dos temas de discussão que vamos fazer nesta Assembleia.



Jovens agricultores

Carlos Carvalhas recebeu no passado dia 25 uma delegação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal. Acompanharam o secretário-geral do PCP os camaradas Agostinho Lopes, da Comissão Política, e Carlos Amaro, da comissão para as questões da Agricultura junto do Comité Central. No encontro com os dirigentes da AJAP foi feita a análise da conjuntura política agrícola e dos problemas dos jovens agricultores, nomeadamente os que derivaram das recentes intempéries.

Na sexta-feira, uma delegação da Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa foi recebida, também no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, pelos camaradas Joaquim Judas e Jaime Félix, ambos do Comité Central do Partido.

Socialismo e mercado

O sector intelectual de Coimbra do PCP promoveu, dia 26, um debate sobre socialismo e mercado, na Casa Municipal da Cultura, que contou com a participação dos professores Avelãs Nunes, Sousa Andrade e Jaime Ferreira, da Universidade de Coimbra, Sérgio Ribeiro, do ISEG e deputado do PCP no Parlamento Europeu, e Ramo López Suevos, da Universidade de Santiago de Compostela e autor do livro «Socialismo e mercado», recentemente publicado em Portugal.

Partindo duma análise que atribui ao exagerado peso da estatização e da colectivização grande parte da responsabilidade pelo fracasso das economias do Leste europeu, foram postas à discussão as ideias de que a economia socialista deve assentar numa articulação entre um sector económico estatal e iniciativas cooperativas e privadas, na pequena e média produção e distribuição, controladas pelo poder político, de forma a não gerarem perversões capitalistas e devendo tal controlo processar-se de modo a permitir uma participação democrática dos cidadãos. Numa sala cheia, numerosas intervenções chamaram a atenção para o processo de crescente consumo de recursos humanos e naturais, que poderá culminar numa catástrofe ecológica, se se mantiver o actual sistema *antropofágico*, assente, não na solidariedade humana, mas no egoísmo dos indivíduos, dos grupos e dos povos.

No passado dia 9, o mesmo sector havia promovido um outro debate dedicado aos 50 anos do fim da 2ª Guerra Mundial.

Santo António dos Cavaleiros

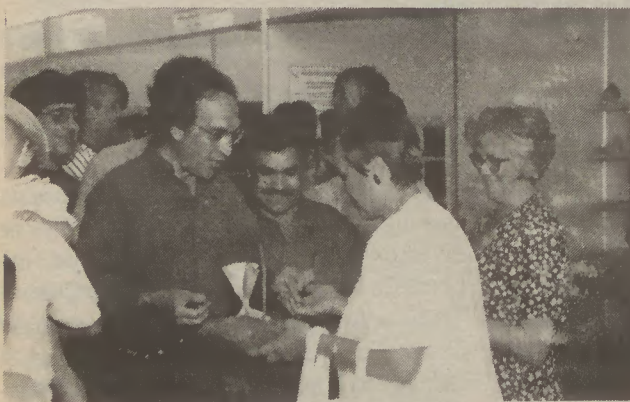
No passado domingo, na sede da AMSAC, teve lugar a 3ª Assembleia da Organização do PCP na freguesia de Santo António dos Cavaleiros, em que participou o camarada Jorge Cordeiro, do Comité Central e da direcção regional de Lisboa do Partido. Foram debatidas as principais linhas de actuação dos comunistas na freguesia, tendo em conta a importância das eleições legislativas de 1 de Outubro. O documento de conclusões refere ainda outras prioridades do trabalho para o ano em curso: o trabalho autárquico, o movimento associativo e o reforço da organização local do PCP.

Borba vem à Atalaia

A comissão concelhia de Borba está a preparar uma jornada de trabalho (com gosto a *piquenão*) para apoiar a construção da Festa do «Avante!», marcada para os dias 1, 2 e 3 de Setembro. A jornada terá lugar no dia 17, sábado.

Almodôvar

No quadro de um conjunto de iniciativas de contacto com as populações, a comissão concelhia de Almodôvar promoveu, no passado dia 22, uma visita ao concelho. António Murteira, deputado e membro do Comité Central, António João, do secretariado da direcção regional de Beja, António Sebastião, da concelhia, e Carmen Jesuino, eleita CDU na Assembleia Municipal, constituíram a delegação do Partido, que manteve contactos com a Câmara Municipal, a direcção da cooperativa agrícola, a direcção e o comandante dos bombeiros voluntários e a população de Semblana.



Carvalhas em Santiago do Cacém

Acompanhados de dirigentes locais e regionais do Partido, autarcas e candidatos da CDU, o camarada Carlos Carvalhas visitou domingo passado a *Santiago 95 - 8ª Feira Agro-pecuária do Litoral Alentejano*, em Santiago do Cacém.

PCP

3ª Assembleia da Organização do PCP em Sintra Maior ligação e intervenção na vida do concelho

Realizou-se sábado passado a 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra do PCP, que reuniu cerca de 400 participantes (delegados e convidados) e em cujo encerramento interveio o camarada José Casanova, da Comissão Política do Partido.

A resolução política aprovada aponta para uma grande intervenção dos comunistas do concelho na próxima batalha eleitoral; para o desenvolvimento da luta contra o desemprego e em defesa dos direitos dos trabalhadores; para o reforço da acção junto das populações e da participação nos movimentos e lutas em torno de problemas concretos.

Os comunistas de Sintra manifestam ainda o seu propósito de manter e reforçar a forte intervenção do PCP e seus aliados no poder local, procurando incrementar a ligação às populações.

Analisando os problemas e a capacidade de luta da juventude, a resolução da assembleia salienta a necessidade de uma

maior ligação entre o Partido e a JCP; como forma de dinamizar a participação dos jovens nas próximas eleições, aponta-se para a criação de núcleos CDU nas principais freguesias urbanas.

Num largo capítulo sobre o Partido, são definidas várias medidas organizativas, como garantir a realização de plenários mensais em todas as freguesias, alargar e reforçar o organismo de direcção para as

empresas, estabelecer ligação com os militantes há mais tempo sem contacto regular, sobretudo aqueles que, devido ao encerramento de empresas, passaram a estar organizados nas freguesias. Aponta-se ainda para o aumento do número de camaradas com a quotização em dia.

A assembleia aprovou uma moção contra a privatização do Hospital Amadora/Sintra e um manifesto que será distribuído

na jornada de propaganda deste fim-de-semana.

A nova comissão concelhia, eleita com 1 voto contra e 2 abstenções, integra 48 camaradas das células de empresas, das freguesias, autarcas, dirigentes associativos e sindicalistas. Pela sua composição, está em condições de garantir uma profunda ligação do PCP à vida do concelho e aos problemas dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e das mulheres.



ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

Viseu:

Com o pessoal dos TCV

A decisão da CM de Viseu, de extinguir os TCV (Transportes Colectivos de Viseu) apostando numa alternativa que não garante o emprego dos actuais trabalhadores, tem como consequência directa o desemprego destes. O secretariado da direcção regional de Viseu (DORV) do PCP, em nota à comunicação social, manifesta a sua solidariedade e apoio ao pessoal dos TCV, em luta pela defesa dos seus justos direitos, e afirma que a situação criada pela Câmara poderia ter sido evitada, já que noutras propostas apresentadas para a exploração dos serviços de transportes urbanos de Viseu era salvaguardado o emprego dos trabalhadores dos TCV. Este desfecho é «claramente demonstrativo da nenhuma importância que, para os autarcas do PSD, do PS e do CDS tem o facto de os trabalhadores ficarem no desemprego, sem garantias dos direitos adquiridos ao longo de anos de trabalho».

«Seria bom que estes partidos, que nesta época pré-eleitoral se proclamam defensores da justiça social, viessem explicar como é possível defendê-la deixando os trabalhadores dos TCV no desemprego» e «seria bom que os eleitos do PSD, PS e CDS na Assembleia Municipal de Viseu nos dissessem que posição tomaram, conhecedores que são do problema há vário tempo» - desafia o PCP, desejando ainda «que este infeliz exemplo ajude muitos dos que votaram nestes partidos a compreenderem a distância que vai entre o que eles dizem e o que na realidade fazem».

Para os comunistas, é «impensável» que a CM de Viseu e o seu presidente recusem encontrar-se com os representantes dos trabalhadores para debater este problema, comportando-se assim «como os mais retrógrados patrões das zonas mais interiores, que teimam em não reconhecer os sindicatos e as normas mais elementares do relacionamento social».

Algarve:

Desemprego aumenta

Números recentes do Instituto do Emprego e Formação Profissional situam em 17 500 o número de desempregados no distrito de Faro (o que representa 12 por cento da população activa), 63 por cento dos quais são mulheres; a oferta de emprego era de um posto de trabalho para 72 desempregados. Comentando estes dados, o executivo da direcção regional do Algarve do PCP (DORAL) chama a atenção para a continuação do crescimento do desemprego, ao mesmo tempo que «um número crescente de trabalhadores tende a cair na situação de desemprego de longa duração, com as inevitáveis consequências de, entre outros aspectos, perderem o direito subsídio respectivo». Há também atrasos no pagamento dos subsídios, refere-se numa nota divulgada sábado.

Para o PCP, trata-se de «uma situação de extrema gravidade». Às dificuldades económicas do País, resultantes de uma política que tem conduzido à destruição da actividade produtiva, somam-se os problemas estruturais da economia do Algarve, cada vez mais afunilada e dependente da actividade turística. Os melhores resultados que esta tem obtido não têm qualquer correspondência no alargamento do mercado de trabalho.

Coimbra:

Entusiasmo e silenciamento

«Engana-se todo aquele que avaliar a actividade do PCP pela cobertura noticiosa da maioria dos órgãos de comunicação social nacional e regional», previne o executivo da direcção regional de Coimbra (DORC) do Partido, lamentando que permaneçam ou ressurgam «sintomas de pre-

conceito que estão a levar ao silenciamento e desvalorização de iniciativas do PCP e da CDU, em chocante contraste com a generosa publicitação de agendas, pequenas reuniões ou simples declarações individuais de figuras gradas do PS ou do PSD».

Em nota divulgada à imprensa após a sua reunião de dia 24 de Maio, o executivo da DORC afirma que «a intervenção política e a preparação da pré-campanha eleitoral do PCP e da CDU estão a comprovar aquilo que afirmávamos há 2 meses: existe um vasto espaço político à esquerda de pessoas que querem sinceramente derrotar a política de direita e não se dispõem a avalizar qualquer «evolução na continuidade» pela mão do PS. A inegável abertura política da lista de candidatos da CDU e dos apoios que está a mobilizar, os sinais de franco apoio popular às propostas políticas da CDU, a recolha de contribuições para a campanha (que ultrapassou já os mil contos), o elevado número de propostas de iniciativas muito diversas e por todo o distrito, mostram isso mesmo: a intervenção da CDU e as suas candidaturas estão a gerar energias e a despertar entusiasmo em muitos cidadãos do distrito de Coimbra».

Os comunistas de Coimbra chamam a atenção para o contraste entre o aumento dos problemas sociais no distrito e «o dispendioso *show-off* das campanhas publicitárias do PS e do PSD, com chocante mobilização de recursos do Estado e de autarquias». Sublinhando que «a luta social está presente» e «é o caminho para forçar a resolução dos problemas», o PCP realça as recentes manifestações de produtores de leite, na Tocha, e de trabalhadores da Administração Pública, em Coimbra, bem como outras lutas em empresas industriais e as importantes movimentações de professores, enfermeiros e populações, e solidariza-se com os trabalhadores da Foznafe (Figueira da Foz) e da Agloma (Oliveira do Hospital).

Comunistas exigem o direito à saúde

O Governo PSD prossegue uma ofensiva global contra os direitos dos cidadãos e desenvolve uma política de saúde com consequências por vezes dramáticas para a grande maioria da população que tem de recorrer aos serviços de saúde - concluiu o 1º Encontro sobre Questões de Saúde do distrito de Lisboa, promovido pelo PCP no dia 20 de Maio, em que se salientou a necessidade de apoiar as reivindicações populares na exigência do direito à saúde.

Os participantes no Encontro consideram que a ofensiva do Governo visa "alienar cada vez mais a responsabilidade do Estado na garantia do direito à saúde através de um Sistema Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e tendencialmente gratuito", e criar na opinião pública um "estado de espírito favorável a estes objectivos", através da deterioração dos serviços públicos, desmotivação dos trabalhadores do sector recorrendo à instabilidade de trabalho, fraca remuneração e falta de incentivos técnicos e de valorização profissional. Inserir-se nessa política o estímulo ao seguro de saúde e outras formas de aumentar a já grande comparticipação dos cidadãos nos custos de saúde.

A título de exemplo, foram referidos os recentes processos de privatização dos Serviços de Saúde, como o caso do Hospital

Amadora-Sintra. Os participantes no Encontro manifestaram o seu total desacordo em relação a esta privatização e reclamaram a imediata entrada em funcionamento do Hospital com gestão pública. Quanto à rede hospitalar, exigiram a construção de uma unidade hospitalar no concelho de Loures.

As conclusões dos trabalhos alertam, por outro lado, para o facto de que "esta prática governativa é partilhada pelo PS em questões essenciais", incluindo os problemas centrais de política de saúde, conforme ficou demonstrado nas recentes conclusões dos 'Estados Gerais'.

A necessidade de defender o SNS; de ampliar da rede de Cuidados Primários de Saúde; de aumentar o número de médicos de família; de melhorar substancial dos serviços de urgência, foram outras das conclusões dos trabalhos.

O Encontro reafirmou ainda a necessidade de alargar o esclarecimento junto das populações sobre a situação na área da saúde, promover iniciativas, divulgar as propostas do PCP e impulsionar as reivindicações populares na exigência do direito à saúde, criar movimentos e comissões de utentes em função de problemas concretos, estimulando o espírito de reclamação e reivindicação à volta de questões sentidas, nomeadamente quanto ao direito à informação e educação para a saúde.

Das conclusões salienta-se, por outro lado, a grande importância da discussão destes problemas no âmbito da dinâmica eleitoral, que deve servir simultaneamente para denunciar a política de direita e as propostas do PS nesta matéria, confrontando-as com as da CDU. Outra proposta que saiu do encontro foi a criação de grupo de trabalho com camaradas ligados ao sector da saúde dos vários concelhos do distrito, que desde já "sistematizem as ideias e propostas apresentadas no encontro", com vista à sua inclusão no programa eleitoral do distrito para as próximas eleições legislativas e à sua consideração em eventuais propostas a incluir no Orçamento do Estado do próximo ano.

Matadouro de Penafiel Um «elefante branco» sem viabilidade

A concretização do Matadouro Regional de Penafiel e a sua abertura ao público é um dos casos que periodicamente vem a lume como estando em fase de resolução, ao sabor dos interesses político-partidários que pouco ou nada têm a ver com os interesses da população e dos agricultores. Quem o afirma é a Associação dos Agricultores do Porto (APA), para quem as soluções encaradas como possíveis pelo presidente da Associação de Municípios do Vale do Sousa e pelo ministro da Agricultura (extinção do Matadouro do Porto) colocam "os agricultores numa situação de reféns das batalhas eleitoralistas".

Para a APA, o ciclo eleitoral que se vive no país desde há três anos prejudica "a busca de soluções sérias e responsáveis para todos os graves problemas" que afectam a lavoura, de que o Matadouro de Penafiel "é só mais um", sem solução à vista.

Testemunho da gravidade da situação, como faz notar a APA, é a recente informação do Instituto Nacional de Estatística, segundo o qual mais de 109 mil explorações agrícolas familiares desapareceram nos últimos cinco anos.

Denunciando a política de avestruz que vem sendo seguida, enquanto se continua a assistir ao abandono da produção por parte de milhares de agricultores, a APA acusa os responsá-

veis pelo projecto do Matadouro Regional de Penafiel de mais uma "operação de branqueamento" e de pretenderem, "a coberto de opções de quem tem mais olhos do que barriga", retirar dividendos eleitorais. Com a eventual solução agora apresentada para o Matadouro - uma participação mais importante por parte das PEC (produções de pecuária e alimentação) - "é pior a emenda que o soneto", já que é conhecida a situação de falência técnica em que tais empresas se encontram. Por outro lado, refere a APA, a inviabilidade do Matadouro preconizado vem sendo provada pelas crescentes dificuldades registadas noutros centros de abate do género, como é o caso do de

Famalicão, inaugurado há menos de dois anos.

Para a APA, a solução para o problema passa pelo "investimento para a modernização dos pequenos matadouros concelhios ainda existentes", e não na criação de "elefantes brancos", como se pretende fazer em Penafiel.

Reivindicando a tomada urgente de medidas que ajudem "a travar o abandono da produção de carne", medidas políticas "não condicionadas por conjunturas eleitorais", a APA exige soluções que tenham em conta a realidade regional.

Entretanto, e no seguimento de uma exposição feita pela APA ao Delegado do Ministério Público junto do Tribunal de Penafiel, em 7 de Março, estão em curso as investigações ao eventual esbanjamento de dinheiros públicos na realização do projecto do Matadouro de Penafiel. Dois dirigentes da APA foram já chamados a prestar declarações na Polícia Judiciária. Segundo a Associação, embora o ministro da Agricultura se tenha demitido deste processo, a APA está disposta a contribuir para que o inquérito seja levado até às últimas consequências, única forma de defender os interesses da região.

Alcácer do Sal Auto-estrada do Sul com traçado polémico

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal discute, no próximo sábado, uma proposta de rejeição do traçado para o novo troço da auto-estrada do Sul que atravessará o concelho em direcção a Grândola. A proposta, resultante de debate público, fundamenta-se nos impactes paisagísticos e urbano-ambientais decorrentes do traçado previsto.

"O viaduto sobre a Lezíria do Sado apresentado no traçado da Proposta-Base, para lá dos impactes negativos na área agrícola mais importante da Lezíria, causaria uma enorme perturbação na harmonia paisagística do Vale, espartilhando a linha do horizonte entre este viaduto e o da variante IPI, a jusante", afirma a proposta da Assembleia Municipal. Por outro lado, consideram os autarcas de Alcácer, o "viaduto da auto-estrada viria ainda, certamente, a comprometer a operacionalidade da helipista integrada na rede de Protecção Civil", para além de provocar "um forte impacto urbano-ambiental sobre os moradores da zona da Foz e a malha urbana, potenciando as agressões sonoras e a qualidade do ar e metendo a estrutura num autêntico colete de forças".

Os responsáveis autárquicos do concelho não põem em causa a importância da obra, considerada de resto "um importante factor de aproximação a Setúbal e a Lisboa", que aumenta e valoriza "o seu potencial industrial e turístico". Advogam, contudo, que tais "vantagens económico-estratégicas podem ser comprometidas face a um traçado incorrecto, que crie ou acentue os impactes ambientais e urbanísticos mais negativos". Baseados nestas razões, aqueles responsáveis pronunciam-se favoravelmente pelo traçado denominado 'Alternativa A', cujos impactes paisagísticos, ambientais e urbanos consideram ser "muito menores" do que os resultantes da 'Alternativa B', que classifica de menos interessante e com mais inconvenientes do ponto de vista ambiental, arqueológico e económico.

O documento a analisar no próximo sábado - entretanto distribuído em forma de manifesto e abaixo-assinado à população do concelho - acentua que "interesses estritamente economicistas de gestão do tráfego rodoviário, que ainda por cima se afiguram determinantes, não se podem sobrepor aos direitos dos cidadãos e das regiões".

Açores Transportes colectivos sem condições

A representação parlamentar do PCP nos Açores enviou ao Governo Regional daquela região um requerimento sobre as deficientes condições em que funcionam os transportes colectivos no concelho do Nordeste, onde se salienta que «têm sido muito frequentes as reclamações dos utentes dos transportes do concelho do

Nordeste", em particular quanto "às condições de transporte e aos horários usados pela empresa que explora essas carreiras».

Tendo em conta que «a distância da Vila do Nordeste a Ponta Delgada ou a Ribeira Grande não é compatível com o transporte de passageiros em pé»; que é prática da empresa

concessionária misturar os dois serviços que presta no concelho; que «é obrigação dos departamentos competentes do Governo Regional assegurarem as boas condições, legalidade e segurança do transporte colectivo de passageiros»; e que a referida empresa "recebe apoios oficiais que visam garantir a viabilidade de carreiras como a do Nordeste", o PCP exige resposta urgente a três questões.

Em primeiro lugar, o PCP questiona-se se o Governo Regional "conhece os problemas que têm levado os utentes das carreiras de, para e no concelho do Nordeste aos protestos". Deixando em aberto a hipótese de uma resposta afirmativa, pergunta-se que "medidas já foram tomadas no sentido daquelas carreiras disporem de lugares sentados e de horários compatíveis com as necessidades". Finalmente, pergunta-se que "pensa fazer o Governo Regional para evitar esta situação».

Aguarda-se que a resposta seja mais expedita que os transportes.



Carlos Carvalhas na Feira do Livro

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou na passada sexta-feira a Feira do Livro, acompanhado por algumas personalidades, entre as quais escritores, deputados e editores, bem como candidatos da CDU, que com ele participaram em seguida num encontro da Coligação num hotel de Lisboa.

CRIANÇAS HOJE

Tem hoje lugar em Braga o 2º seminário sobre trabalho infantil, promovido pela CGTP e que decorre sob o lema «Crianças de hoje, homens de amanhã - que futuro?». O seminário decorre no Instituto da Juventude, em dois painéis: um sobre as implicações económicas, sociais e jurídicas da exploração de mão-de-obra infantil (com intervenções do juiz Alberto Campinho, Manuel Silva e Costa, Macedo Varela, Ilda Figueiredo e representantes da Igreja católica e da Inspeção Geral do Trabalho) e outro sobre os aspectos ligados ao ensino, à saúde e à família (com participações de Deolinda Machado, Cadima Ribeiro, Engrácia Leandro, Manuel Barros, Salgado Almeida, Lília Santos e Alice Vieira). Carvalho da Silva intervém no encerramento dos trabalhos.

CONGRESSO MÉDICO

No sábado, realiza-se num hotel de Lisboa o 3º Congresso da Federação Nacional dos Médicos. Numa breve nota de agenda, a Comissão Executiva da FNAM chama a atenção para o facto de esta reunião magna ter lugar «num período particularmente agudo do conflito dos médicos com o Governo e o Ministério da Saúde».

CONTRA-INFORMAÇÃO NA FUNÇÃO PÚBLICA

Tem mais de 3 anos, mas foi na semana passada espalhada em fotocópias nos mais diversos organismos do Estado uma página do «Diário de Notícias» contendo uma peça intitulada *Reforma na Função Pública aos 20 anos de serviço*. Posta a circular agora como se fosse novidade, a peça foi publicada quando o Governo estava a elaborar a lei dos disponíveis.

Para a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, esta é uma «torpe manobra de contra-informação que, em período pré-eleitoral, pretende incutir no espírito dos trabalhadores da Função Pública a ideia de que o Governo vai publicar legislação benéfica». Constatando que «este tipo de manobras apenas serve ao Governo e ao PSD», a federação vê neste acto uma reacção de desespero à «expressiva disposição de luta» demonstrada no plenário nacional de 19 de Maio e na manifestação que se lhe seguiu. Mas, «pelos vistos, o Governo, em vez de resolver os problemas dos trabalhadores e dignificar os próprios serviços públicos, que correspondem a funções sociais do Estado, opta por apostar nos serviços de contra-informação e de difusão de boatos», comenta a FNSFP.

TOULOUSE

Uma delegação da CGTP visitou Toulouse, a 13 e 14 de Maio, com o objectivo de reforçar o relacionamento que há muito mantém com a CGT/Midi-Pirinéus, particularmente no que toca aos problemas da imigração. Uma nota do departamento de informação da *Inter* dá conta de que as duas centrais «consideram que estas jornadas, consolidando o trabalho anteriormente realizado, permitiram abrir novas perspectivas de uma actividade sindical mais ampla da CGT com as comunidades portuguesas emigradas na região de Toulouse, nomeadamente nos sectores da construção civil e agricultura (sazonais)», e «reafirmaram a sua disponibilidade para, no futuro, continuar o trabalho realizado, intercambiar informações sobre a situação social em cada um dos países, bem como promover, sempre que necessário, jornadas de trabalho como as que se acabam de realizar».

Além dos contactos com os camaradas franceses, a delegação da CGTP participou numa reunião com sindicalistas portugueses da CGT e conviveu com a comunidade portuguesa em Toulouse.

SINISTRADOS

O Governo e o PSD foram acusados de «demonstrar uma grande insensibilidade para com as vítimas de acidentes de trabalho» pela Associação Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho. Em conferência de imprensa, quinta-feira passada, no Porto, Luís Machado, coordenador da ANDST, considerou que essa insensibilidade ficou demonstrada dia 18, quando o Grupo Parlamentar do PSD rejeitou, sem apresentar alternativa, a alteração do regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho, em vigor há 30 anos. «O Governo parece estar mais preocupado com os interesses económicos das companhias de seguros do que com os direitos sociais dos portugueses consagrados na Constituição da República», admitiu. De acordo com dados fornecidos pela associação, existem em Portugal mais de 10 mil sinistrados a receber pensões de valor inferior a 300 escudos mensais.

ALENTEJO EXCEPÇÃO

Face ao aumento do desemprego e às consequências da seca e da geadas na agricultura, a União dos Sindicatos do Distrito de Évora exigiu na semana passada que o Alentejo seja considerado como «região de excepção». A reivindicação foi feita no final de uma reunião da USDE/CGTP-IN, com as autarquias do distrito, para analisar a situação social na região, particularmente o desemprego e a entrada em funcionamento dos programas ocupacionais. A USDE considera tardia a entrada em vigor dos POC face ao agravamento da situação social e do desemprego; entre 1991 e 1995, este aumentou na região em mais de 40 por cento. Afirmar também ser preocupante que 70 por cento dos desempregados não tenha protecção social e que o Governo só pretenda ocupar nos POC pouco mais de cinco por cento dos desempregados.



5º Congresso Nacional dos Professores reafirma razões e vontade de lutar

Por uma profissão valorizada e uma escola pública de qualidade

«A paciência esgotou-se» foi o recado que Paulo Sucena, reeleito secretário-geral da Fenprof, deixou «ao poder político - presente e futuro»

De quarta a sexta-feira da semana passada, decorreu, na Feira Internacional de Lisboa, o 5º Congresso da Federação Nacional dos Professores, que reuniu quase um milhão de delegados vindos de todos os distritos e regiões autónomas e das comunidades portuguesas emigradas. Contando com a participação de numerosos convidados nacionais e estrangeiros, o congresso debateu os principais problemas dos docentes e da educação, e alertou a opinião pública para os erros cometidos, as responsabilidades que devem ser exigidas e as soluções que é urgente implementar.

Em discussão estiveram propostas de alteração aos Estatutos da Fenprof, o relatório de actividades desde o 4º Congresso (realizado em Coimbra, em 1992), o programa de acção para o período até 1998 e o tema «Por uma escola pública de qualidade, valorizar a profissão». Apesar de o debate deste tema estar formalmente agendado para o segundo dia de trabalhos, a sua importância e actualidade estiveram bem patentes logo na sessão de abertura, tanto na intervenção do Presidente da República, como antes, nos discursos de Paulo Sucena e Francisco Sousa (presidente do Conselho Nacional da federação).

Ao afirmar que «não pode haver desenvolvimento sem apostar, acima de tudo, na formação, na educação, na inteligência portuguesa, sem apostar na capacidade dos portugueses», para o que «precisamos de dignificar aqueles que têm a missão nobre de educar, de ensinar, de informar, de criar, ao mesmo tempo, não só bons profissionais como bons cidadãos», sublinhando que «não é possível ter um sistema educativo de costas voltadas para os professores» e que «não compreendo como é possível pensar em reformar o sistema educativo sem dialogar com os professores», Mário Soares foi ao encontro das reclamações e aspirações dos delegados, o que se reflectiu no aplauso que mereceram as suas palavras.

15 anos de poder laranja

Paulo Sucena recuou mais que o triénio decorrido desde o último congresso, para lembrar que há 15 anos que a política educativa está entregue a ministros da confiança do PSD, oito dos quais em maioria absoluta. Desde o final de 1993, com a nomeação de Manuela Ferreira Leite para o lugar até aí ocupado por Couto dos Santos, «o quadro político-social continuou a degradar-se em múltiplos aspectos», merecendo especial crítica o «bloqueamento em matéria negocial» e o «total desprezo pela opinião das organizações sindicais, das escolas e dos professores» que caracterizou o comportamento do Ministério.

«actividade reflexiva e de aprofundamento crítico sobre diversas e complexas áreas da problemática educativa» e a «actividade reivindicativa, que hoje em dia, um cada vez maior número de professores sabe melhor que é a fonte e o fio condutor do futuro do sindicalismo docente». Considerou «necessária e urgente» para Portugal «uma política educativa profundamente democrática e que, pelo seu grau de amplitude, pela real eficácia, pela sua qualidade e capacidade inovadora, pela diversidade dos seus estímulos, contribua proficientemente para a motivação dos professores e estudantes e de todos os que trabalham nas escolas».

Nos últimos 15 anos, acusou o dirigente sindical, «as políticas desenvolvidas no sector da Educação negaram os meios necessários



ao desenvolvimento do sistema educativo e ao funcionamento das escolas» e «nos oito anos de governos de maioria absoluta os investimentos na Educação estiveram sempre muito aquém das afirmações eleitoralistas do partido do Governo».

A oportunidade deste registo é realçada pela proximidade das eleições legislativas, que Paulo Sucena abordou no final da sua intervenção. Depois de ressaltar que «não compete à Fenprof, nem, obviamente, os professores aceitariam, dar qualquer sugestão de voto», realçou que «cabe à Fenprof alertar vivamente o País para a grave situação que a Educação e o Ensino atravessam e para as suas causas» e que «assiste também à Fenprof, não só o direito, mas também o dever de reclamar uma urgente inversão no rumo educativo que o País tem seguido na última década e meia». «Ao poder político - presente e futuro, nós deixamos um recado: a paciência dos professores esgotou-se, por isso dizem *basta!* a tanto erro, tanta injustiça, tanta incompetência, tanta incúria» - afirmou.

Declarando que «o País pode contar connosco, com todo o nosso empenho e capacidade, para construir uma escola pública de qualidade para todos os portugueses», Paulo Sucena acrescentou também que «o poder político pode igualmente contar com a nossa resistência e a nossa luta, caso persista inalterado o caminho que tem vindo a ser percorrido».

Na próxima semana cumpre-se a redução dos horários

Ninguém trabalha mais de 40 horas

A conquista do horário máximo legal de 40 horas semanais é considerada pela CGTP-IN decisiva na luta pela redução e a regulamentação dos horários de trabalho

Concretizando a proposta avançada no 1º de Maio, a CGTP vai levar a cabo na próxima semana uma acção de luta pela redução da duração máxima legal dos horários de trabalho. Apela-se a que, de 5 a 9 de Junho, ninguém trabalhe mais que as 40 horas semanais (ou menos, como já é reivindicado em alguns sectores e empresas).

Através de greves, paralisações e plenários, bem como outras formas de pressão sobre o Governo e o patronato, e de esclarecimento e sensibilização da opinião pública, os trabalhadores vão exigir que (sem prejuízo dos horários inferiores já conquistados) seja consagrado como limite máximo legal o horário de 40 horas semanais, com dois dias de

descanso seguidos (que normalmente deverão corresponder a sábado e domingo). A CGTP reivindica ainda (nomeadamente, na plataforma que entregou aos partidos políticos):

— a semana de 35 horas para os trabalhos penosos, perigosos ou insalubres, e para o trabalho nocturno ou em regime de laboração contínua;

— o respeito pelas normas em vigor sobre trabalho extraordinário;

— o combate à desregulamentação e à flexibilização dos horários de trabalho, imposta segundo os interesses exclusivos das empresas, que afectam seriamente a estabilidade das condições laborais e a vida pessoal e familiar dos trabalhadores.

É justo e foi prometido

Num documento que está a ser distribuído aos trabalhadores e à população, a CGTP realça que a redução dos horários «é uma exigência do progresso e um contributo no combate ao desemprego». Para além dos aumentos de produtividade permitirem a redução do tempo de trabalho sem pôr em causa a viabilidade das empresas, há compromissos assumidos pelo Governo e a CIP, desde 1991, para que a semana máxima de trabalho fosse reduzida uma hora por ano, de forma a chegar às 40 horas em 1995. Apesar de, com a luta, ter sido conquistada a diminuição dos horários em vários sectores e empresas,

o máximo legalmente permitido continua a ser o mesmo que há 4 anos: 44 horas.

Este tecto faz de Portugal o único país da Comunidade Europeia onde a semana normal de trabalho ultrapassa as 40 horas. Nos quinze, os horários variam entre as 35 e 40 horas, estando já em curso lutas de trabalhadores reclamando novas reduções.

Portugal é o único país da Europa onde o limite legal da semana de trabalho passa as 40 horas

Duração semanal normal

País	Horas
Alemanha	36 a 40
Bélgica	36 a 39
Dinamarca	35 a 37
Espanha	37 a 40
França	35 a 39
Grécia	35 a 40
Holanda	36 a 40
Irlanda	35 a 40
Itália	36 a 40
Luxemburgo	37 a 40
Reino Unido	35 a 40

Pirites de Aljustrel retomam hoje

— ou então os mineiros vêm a Lisboa na terça-feira

Em plenário realizado sexta-feira passada, os trabalhadores das Pirites Alentejanas decidiram acolher as propostas da administração para a reabertura da mina e aprovar o texto do acordo a ser assinado pelo sindicato e a CT.

O texto do acordo - refere uma nota da federação dos Metalúrgicos e Mineiros - consagra o rearranque da mina de Aljustrel no dia 1 de Junho, nas mesmas condições laborais que existiam à data da suspensão da laboração (ou seja, sem aumentos salariais imediatos, devendo a discussão destes ser remetida para depois do rearranque da mina). No acordo admite-se que as próximas actualizações salariais anuais sejam feitas conforme as capacidades da empresa e contemplando outras componentes da retribuição, para além da tabela salarial, mas em montante igual para todos os trabalhadores.

«Com este texto de acordo agora entregue à administração, não restarão mais quaisquer argumentos para a não reabertura da mina» - considera a federação. «Por isso, caso a administração venha a protelar a assinatura do acordo (que contém as suas próprias propostas), os mineiros concentrar-se-ão dia 6 de Junho no Largo de Camões, em Lisboa, para obter directamente do ministro da Indústria a assinatura e, conseqüentemente, a garantia da reabertura da mina».

Embaixadas

Trabalhadores consulares e das missões diplomáticas no estrangeiro iniciaram sexta-feira um período de greves que se vai prolongar por três semanas. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas, este movimento grevista poderá paralisar muitas embaixadas e consulados.

A greve, por melhores salários e condições de trabalho, foi geral no primeiro dia. Segunda-feira estiveram em greve os trabalhadores dos postos sediados no Brasil, a que se juntariam (ontem e anteontem) os dos Estados Unidos.

Amanhã, os trabalhadores dos postos no Brasil e nos Estados Unidos voltam a parar, juntamente com os do Canadá. Os da Alemanha, Dinamarca, França e Luxemburgo paralisam dia 6, e no dia seguinte param os trabalhadores na Noruega, Polónia, Reino Unido e região de Paris. A 6 de Junho, vão também estar em greve os trabalhadores dos postos sediados em Espanha e Grécia e no dia 7 os da Áustria e Suíça. Os trabalhadores em Angola e Moçambique fazem greve nos dias 12 e 13, sendo acompanhados no segundo dia pelos da África do Sul. A 16 de Junho, a greve voltará a ser geral.



A redução do tempo de trabalho é uma exigência justa, tanto mais que os aumentos de produtividade a tomam possível sem perdas para as empresas

Segundo dia de greve na Quimigal Adubos

Foi convocado para ontem mais um dia de greve na Quimigal Adubos, depois de a administração ter recusado satisfazer qualquer das reivindicações que estiveram na origem da paralisação de 24 de Maio.

Segundo a federação da Química e Farmacêutica, a greve da semana passada teve elevada adesão e provocou a paragem quase total das unidades produtivas da empresa, nomeadamente no Barreiro. Entre as exigências dos trabalhadores figuram aumentos salariais de 7 por cento, integração nos salários do prémio de assiduidade e do valor de 3 tickets, retirada da figura do despedimento colectivo da proposta da administração.

Enquanto a satisfação das reivindicações custaria cerca de 30 mil contos num período de 12 meses, uma greve de 24 horas provoca perdas de 200 mil contos - refere em nota de imprensa a Fequifa, que

considera dever-se a recusa da administração a «uma questão de princípio».

No dia 25, o conselho de administração acedeu a reunir com a federação. No entanto, o CA apresentou-se numa posição de «negação total» das propostas apresentadas e voltou aos «desgastados e antigos argumentos» de que ainda não há condições para satisfazer as justas reclamações dos trabalhadores. Consideraram mesmo, os representantes da administração, que a aplicação unilateral de um aumento salarial de 4 por cento foi um sinal de boa vontade, pois não deveria ter havido qualquer actualização.

Face ao entendimento da administração de que o problema dos salários só será equacionado depois de satisfeitas as dívidas à banca e a fornecedores diversos, «não resta outra alternativa aos trabalhadores, senão continuar a lutar».

O que faz falta é aumentar as reformas

Subsidiar em 50 por cento a estadia de reformados nos hotéis de Portugal, entre Maio e Outubro, como anunciou o primeiro-ministro, é uma medida «altamente demagógica, profundamente discriminatória e contraditória com a própria justificação apresentada» por Cavaco Silva - comenta a CGTP-IN. Num comunicado de imprensa da comissão executiva da central, divulgado anteontem, recorda-se que «cerca de 90 por cento dos mais de 2 milhões de reformados, pensionistas e idosos recebem uma reforma de 27 contos ou uma pensão de valor ainda inferior», pelo que, «sem margem para dúvidas», a promessa de Cavaco Silva só pode beneficiar uma minoria.

Reafirmando que «os reformados têm direito a férias, têm direito a uma vida condigna», a Inter sublinha que o primeiro-ministro e o Governo «têm de adoptar as reivindicações da CGTP-IN, de aumento imediato (antes das eleições) de todas as pensões de reforma de valor inferior ao salário mínimo nacional na pequena importância de 1600 escudos mensais, ou seja, um simples café por dia, e da melhoria das prestações de saúde, assistência médica e transportes».

Além de excluir à partida mais de 90 por cento dos possíveis destinatários, a medida anunciada pelo Governo «também

não vai criar postos de trabalho» na hotelaria, uma vez que, em época baixa, os quadros efectivos do sector são «mais que suficientes» para fazer face ao hipotético aumento de clientes. «Os dois milhões de cafés por dia teriam, certamente, efeitos globais mais positivos no emprego e na economia» - contrapõe a CGTP.

Para resolver os mais graves problemas dos trabalhadores da hotelaria, reclama a central, o primeiro-ministro «deverá tomar medidas que garantam efectivamente a viabilização da Torralta, com os seus 500 postos de trabalho, do Hotel Atlantis, na Madeira, com 150 postos de trabalho, e de outras empresas em situação idêntica. Cavaco Silva também deveria «tomar medidas efectivas» para garantir a segurança no emprego a 38 por cento dos 120 mil trabalhadores do sector que estão contratados a prazo, e a um vasto número de pessoas que prestam serviço com recibos verdes, à tarefa, à hora, ao dia, num regime de trabalho clandestino e sem quaisquer direitos laborais e sindicais, nomeadamente a Segurança Social. «Bastar-lhe-ia, tão-somente, fazer cumprir os contratos colectivos de trabalho e as leis do País. Ninguém lhe pediria mais, neste momento» - conclui o comunicado.

Interpelação do PCP comprova: Crise social é da responsabilidade do PSD

Acusações ao PSD pelo não cumprimento das suas promessas eleitorais e pelas suas graves responsabilidades no domínio da situação social existente, designadamente ao nível do aumento do desemprego, instabilidade e insegurança no trabalho, marcaram a interpelação do PCP ao Governo centrada no estado dos direitos laborais, sociais e económicos dos trabalhadores.

Pese embora a postura evidenciada pelo Governo no sentido de procurar negar ou minimizar a dramática situação social existente no País, que o levou inclusive,

de forma pouco séria, a desencadear uma colossal operação de branqueamento das suas responsabilidades, a verdade é que não há artifícios - e isso foi demons-

trado pelos deputados comunistas no decorrer do debate - que possam ocultar a realidade sentida no quotidiano dos trabalhadores portugueses, sejam as violações no direito ao trabalho e ao salário, sejam as violações nos direitos sindicais e laborais, sejam as chantagens e ameaças que sobre eles recaem para que renunciem aos seus direitos.

Provado ficou, concretamente, como se encarregou de chamar à atenção o deputado Lino de Carvalho, que todos as promessas fei-

tas pelo Governo neste capítulo - criação de novos postos de trabalho, "política integrada de juventude", maior solidariedade, redução do horário de trabalho, diminuição da precariedade do emprego, entre outras -, foram pura e simplesmente ignoradas.

Uma postura que não surpreende, aliás, se atendermos a que se trata de um Governo - foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo - que "vê o trabalho não como um factor de realização humana mas unicamente como factor de produção e como mercadoria para enriquecimento do capital".

Mas se os responsáveis pela dramática situação que se vive em Portugal estão perfeitamente identificados, no entender da formação comunista, não menos claras são as causas que lhe estão associadas, as quais têm por base a política seguida e o modelo de economia perfilhado.

É à luz destas opções, como explicaram os parlamentares comunistas que intervieram no debate, que devem ser entendidas as medidas que levaram ao progressivo desmantelamento da estrutura produtiva nacional, ao processo de privatizações com o enfraquecimento e desmembramento do sector empresarial do Estado e a reconstituição dos grupos monopolistas, que levaram à liquidação da Reforma Agrária, ao processo de substituição da produção nacional pela estrangeira, à manutenção dos baixos salários e à amputação dos direitos dos trabalhadores.

Foi, pois, esta política de uma "enorme insensibilidade social, res-

ponsável por milhares e milhares de excluídos do processo produtivo" - as palavras são de Lino de Carvalho - que a formação comunista criticou com veemência, sem deixar de apontar, simultaneamente, as propostas de uma política alternativa, que, em síntese, passam pelo desenvolvimento e modernização das actividades produtivas, pelo termo

do processo de privatizações e desmantelamento do sector empresarial do Estado, por uma viragem das políticas de Maastricht e da sua ortodoxia monetária, pela adopção de uma política de aumentos salariais e pela redução do tempo de duração máxima do horário de trabalho para 40 horas semanais sem perda de salário.

Um retrato da política de direita

A falência de empresas, o favorecimento dos grandes grupos monopolistas e das suas actividades especulativo-financeiras em detrimento do apoio aos sectores produtivos, o acentuar dos níveis de desemprego e de precarização do emprego, constituem marcas da política deste Governo com incidência directa no quotidiano das populações.

Dessas orientações que pautam a a acção governativa e dos seus efeitos concretos na vida dos portugueses, falou o deputado comunista Alexandrino Saldanha, introduzindo no debate elementos de reflexão reportados à realidade existente em vários distritos.

Citado pelo parlamentar do PCP foi, por exemplo, o caso do distrito de Lisboa onde uma análise a 267 empresas com cerca de 71 mil trabalhadores, entre Outubro de 1993 e Outubro de 1994, revelou os seguintes dados:

- 59 empresas encerraram ou estavam em vias de falência/encerramento;

- Em 176 havia limitações aos exercício do direito à greve, proibição ou limitação da actividade sindical, suspensão e ou despedimentos ilegais de membros de comissões de trabalhadores e dirigentes sindicais, desrespeito das convenções colectivas, não cumprimento das regras de higiene e segurança, discriminação salarial das mulheres e activistas sindicais;

- Mais de 21 mil postos de trabalho foram destruídos;

- 6500 trabalhadores de 88 daquelas empresas tinham salários em atraso.

Referindo-se a outro estudo mais recente, realizado em Março último a 132 empresas, de onze sectores diferentes, com um total de 21.308 trabalhadores, Alexandrino Saldanha recordou que ele veio mostrar que 11.919 perderam o emprego e que em 26 dessas empresas há 1.644 trabalhadores com salários em atraso, enquanto 96 delas praticam discriminação sexual.

Cinco acusações

"O Governo favoreceu, impulsionou, concretizou medidas que destruíram a garantia do direito ao trabalho e à sua efectividade." Nestes termos se pronunciou a deputada comunista Odete Santos sobre o que considerou ser a investida do Governo contra os direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores. Estava-se em pleno debate, com o Governo a ser confrontado com os resultados da sua política no domínio dos direitos socioeconómicos dos trabalhadores, um balanço que no entender de Odete Santos não poderia ser mais conclusivo quanto à verificação de que o Governo "tripudiou despididamente sobre a dignidade da pessoa humana", constituindo-se simultaneamente como o "principal futor das exclusões sociais".

Para a parlamentar do PCP, no seu jeito incisivo, o Governo foi também o "agente principal da vergonhosa ofensiva contra a retribuição do trabalho dos Homens e Mulheres deste País", apontando-lhe responsabilidades, noutro plano, por ter apadrinhado "as ofensivas contra a liberdade sindical, contra o direito à greve, contra o direito à contratação colectiva, contra os direitos colectivos dos trabalhadores".

Antes de desenvolver de modo detalhado cada uma das acusações por si formuladas, Odete Santos criticou ainda o Executivo por pôr em risco, diariamente, a vida e a saúde dos trabalhadores, não concretizando uma verdadeira política de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.

"O Governo retirou aos trabalhadores uma fatia importante de direitos, nomeadamente os sociais, impedindo-lhes a concretização da sua cidadania", concluiu a deputada do PCP, na que foi a sua quinta acusação proferida contra o Governo PSD, "em defesa da dignidade da pessoa humana".

Revisão do Código de Processo Penal

Intenções eleitoralistas na mira do PSD

A Assembleia da República aprovou com os votos favoráveis do PSD, a abstenção do CDS/PP e os votos contra do PS e PCP a proposta de lei que autoriza o Governo a rever o Código de Processo Penal. Entre os objectivos visados, de acordo com as palavras do secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, está a adequação do Código de Processo Penal à revisão do Código Penal. Entendimento diverso quanto à iniciativa do Governo tiveram os partidos da oposição, que não pouparam críticas a uma proposta por si qualificada de "minimalista" e eleitoralista.

Nesta "mini-revisão" o Governo pretende nomeadamente estender a competência do tribunal singular para o julgamento dos crimes puníveis com prisão até cinco anos, objectivo que levou a deputada comunista Odete Santos a questionar sobre a razão pela qual só agora a mesma é apresentada, quando a verdade é que o Código tem já oito anos.

A questão, do seu ponto de vista, ganha ainda mais sentido se se atender a que a revisão do Código, "com alguma profundidade", há muito que se impunha, e que era tanto mais urgente quanto em causa está a "própria eficácia da

Justiça penal", que, assinalou, "está mais dependente da lei processual do que da lei substantiva".

O que fez correr o Governo, levando-o a optar pela alteração ao Código Penal em detrimento da Revisão da Lei Processual Penal, não foi, por conseguinte, como fez questão de frisar Odete Santos, contribuir para a eficácia da Justiça Penal.

"É claro que a alteração das medidas, o agravamento das punições em época de aumento da criminalidade e de tensões causadas pela insegurança dos cidadãos - observou a deputada do PCP - dá mais votos do que a alteração da

Lei Processual Penal, cujos resultados são mais dilatados no tempo."

Daí que - e esta foi a questão substantiva colocada por Odete Santos - pouco importe ao Governo que as vítimas de crimes não vejam uma indemnização arbitrada pelo Juiz, que se perpetuem os adiamentos sucessivos dos julgamentos, que a justiça penal apareça sem eficácia, ou que um arguido possa estar indefinidamente em situação de prisão preventiva.

E porquê? Pela razão simples de que o Governo aposta em que, aos olhos dos cidadãos, não surja ele como o responsável por tal estado de coisas, mas sim os Tribunais (magistrados, advogados, funcionários), a quem são indevidamente imputadas as culpas pelas deficiências desta Justiça.

Decepcionado com a proposta do Governo confessou-se também Alberto Costa, do PS, que viu na iniciativa um "novo bónus para os autores de crimes que se furtam às notificações", estranhando simultaneamente o facto de não ser o ministro da Justiça a apresentar o pedido de autorização legislativa.

Tratamento dos lixos Urgem medidas e uma nova atitude

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que cria o Programa Nacional de Redução, Reutilização e Reciclagem de Resíduos Sólidos. Apresentado na semana transacta, no próprio dia em que este tema esteve no centro do debate parlamentar, a pedido da maioria governamental, esta iniciativa inovadora dos deputados comunistas visando um "programa coerente e integrado", capaz de proceder ao correcto processamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos, prevê, simultaneamente, a constituição de uma estrutura com funções de acompanhamento que deverá incluir autarquias, associações de defesa do ambiente e associações representativas de empresas do sector.

Para a formação comunista, ao avançar com esta iniciativa legislativa, estava em causa a necessidade de dar corpo a uma contribuição concreta num domínio complexo como é o do crescente volume de resíduos sólidos urbanos, decorrente das alterações demográficas e do crescimento económico, onde carecem as respostas, designadamente ao nível de uma política global e coerente susceptível de implementar medidas não apenas no plano do seu tratamento, como também no campo da sua redução, reciclagem e reutilização.

Em consonância com este propósito que o animou a redigir a sua iniciativa legislativa, idêntica postura assumiu Grupo Parlamentar do PCP no debate sobre a matéria suscitado pelo PSD. Tratava-se, como frisou o deputado Luís Sá, de recusar qualquer tentativa no sentido de entrar pela chicana política, como pretendia a maioria laranja, procurando, ao contrário, ir ao fundo do problema numa matéria em relação à qual o Governo "anda à deriva".

É que não basta ao Executivo dizer, como se ouviu pela voz da

ministra do Ambiente, que o programa de erradicação das lixeiras e depósitos selvagens "deverá estar concluído até 1999", ou que o seu o Ministério tem em curso "soluções bem claras para os resíduos sólidos, hospitalares e industriais".

A verdade é que, foi Luís Sá a lembrá-lo, o Governo não tem política nesta matéria, confrontando-se o nosso País com os problemas característicos dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos, designadamente no capítulo da prevenção e do tratamento e destino final.

"Em Portugal estamos muito longe de ultrapassar a fase do «direito do lixo» e do seu tratamento (encarado como um problema meramente local) e entrar na fase da gestão do ciclo dos materiais e na actuação a montante da produção do lixo", assinalou Luís Sá, reportando-se à necessidade de serem adoptadas medidas reguladoras e transformadoras, ao nível do aparelho produtivo e dos hábitos, que alterem a situação vigente de uma «sociedade do deita-fora» para uma «sociedade que se caracterize pela responsabilidade ecológica».

Revisão de Maastricht

Operação de cosmética para iludir opinião pública

A sessão de Maio do Parlamento Europeu, ao aprovar o relatório Bourlanges-Martin sobre o funcionamento do Tratado da União Europeia na perspectiva da Conferência Intergovernamental de 1996, deu um passo importante no processo de revisão do Tratado de Maastricht. A posição adoptada, qual "balão de ensaio" sobre a matéria, ao invés de repensar as

opções escolhidas e de procurar dar resposta às interrogações, apreensões, críticas e oposições que o Tratado suscitou e continua a suscitar, antes se preocupa em retocar a aparência sem que nada do que é verdadeiramente essencial seja alterado.

A denúncia foi feita na passada sexta-feira, em Lisboa, pelos eurodeputados do PCP, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e

Honório Novo, que em conferência de imprensa reafirmaram a recusa dos comunistas à opção monetarista preconizada para a União Económica e Monetária (UEM), assente nos critérios da convergência nominal com os consequentes prejuízos da coesão económica e social; a rejeição das equívocas formulações quanto à "flexibilidade na unidade", que permitem interpreta-

ções que podem chegar à "geometria variável" e à criação de um núcleo duro; a oposição às orientações que se adoptam no domínio da Política Externa e de Segurança Comum, que, a serem concretizadas, levariam à militarização da União Europeia.

No documento divulgado à imprensa, que publicamos em separado na íntegra, os eurode-



putados comunistas fazem ainda notar que, ao contrário do que se pretendeu fazer crer, muitos foram os deputados (cerca de 180) dos mais diversos países e quadrantes políticos que não aprovaram o relatório do PE nem se identificaram com as suas posições camufladamente

federalistas, ultraliberais e monetaristas. Reclamando uma revisão do Tratado da União Europeia "profunda e sem tabus", os comunistas manifestam-se ainda a favor de refendo sobre o mesmo, devidamente precedido de um amplo e sério debate sobre a matéria.

A revisão do Tratado da União Europeia

Com a votação do relatório Bourlanges-Martin, na passada semana, o Parlamento Europeu deu um passo importante, ao nível institucional e no plano comunitário, no processo de revisão do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht). A posição aí adoptada, orientada para a próxima Conferência Intergovernamental, mesmo que pouco relevante no plano jurídico, tem particular importância por ser adoptada por uma das instituições da União Europeia (UE) e, sobretudo, por constituir um verdadeiro «balão de ensaio» sobre esta matéria.

As orientações aí traçadas merecem, por isso, uma atenta análise.

Quatro aspectos levam a que nos demarquemos inequivocamente delas.

1. O Relatório aprovado não só não abandona como insiste numa via marcadamente supranacional/federal para a construção europeia. Fá-lo, porém, e desta vez, de forma não explícita e encapotada.

É patente o receio da opinião pública. Mas não se conformando com as dúvidas, reservas e oposições desta, que tiveram expressão quando da ratificação do Tratado de Maastricht e a aplicação deste agravou, a maioria no Parlamento Europeu optou pela via do logro.

Não se assume já a Constituição para a UE, não se insiste já, explicitamente, na via federal. Porém, tais objectivos continuam presentes: as transferências adicionais e efectivas de competências dos Estados-membros para a União acelerar-se-iam, nomeadamente com a comunitarização dos segundo e terceiro pilares; o voto maioritário substituiria a unanimidade para a generalidade das políticas; o mesmo acontece com o preconizado reforço dos poderes da Comissão. E usa-se hoje o argumento da necessidade de transparência do combate aos défices democráticos quando ontem se negava a falta de transparência e a existência de défices democráticos.

Não é, porém, com mais e mais centralização, com mais e mais afastamento das decisões relativamente aos cidadãos que tais desideratos poderão ser alcançados. Para que estes sejam conseguidos é necessário, antes de mais, promover um amplo e sério debate, em que os cidadãos sejam chamados a pronunciar-se e que se respeitem as suas opiniões. É indispensável um maior controlo da Comissão pelo Parlamento Europeu. É essencial a associação dos Parlamentos nacionais às decisões comunitárias. É preciso definir com rigor o alcance e as formas de concretização do princípio da subsidiariedade.

Mas estas são preocupações que não encontramos acolhidas no relatório aprovado no Parlamento Europeu.

Registamos como positivo o facto de se apontar para a realização de referendos nos Estados-membros. E não é sem uma certa dose de ironia que vemos hoje tal orientação ser votada por aqueles mesmos que ontem se lhe opuseram frontalmente. Mas, sublinhamos, um tal objectivo deverá culminar e não substituir o amplo e sério debate. Como não resolve todas as perversões democráticas existentes e muito menos as que se adivinham com a propaganda dirigida à opinião pública.

É também positivo o facto de neste Relatório não constarem agora intenções antes explicitadas como as que apontavam para a redução do número de línguas e de comissários e para o termo da rotatividade da presidência. Mas também neste caso, consideramos irónico que aqueles que ontem minimizaram a importância destas questões - quando nós as denunciávamos e as colocávamos na opinião pública - se arvorem hoje em principais defensores de uma tal causa. Por outro lado, quem canta vitória que não é sua esquece-se que os riscos não foram eliminados. Para além de que estes aspectos não podem servir de capa a outros, de natureza diversa, mas de igual ou superior gravidade.

2. É o caso da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Preconiza-se uma evolução para esta que, a concretizar-se, se traduziria numa inevitável e indesejável militarização da UE.

Alargando-se a PESC ao domínio da defesa e tomando-a uma política comum, nomeadamente com um comissário responsável por um tal pelouro, com decisões do Conselho adoptadas já não por unanimidade mas por maioria, com a integração da União da Europa Ocidental na UE, legitimando uma política de factos consumados que vem sendo seguida nesta área e que a recente Cimeira de Lisboa confirmou, temos perante nós não só a perspectiva supranacional como ainda uma lógica de reforço do pilar europeu da NATO e do bloco político-militar.

Daqui resultaria evidente o prejuízo para a capacidade de decisão autónoma de cada país, sem que se caminhasse para uma efectiva autonomia europeia da UE relativamente aos Estados Unidos. E com a acentuação de clivagens no seio da própria UE que poderiam traduzir-se em factor de conflito que a todo o custo urge evitar. Uma verdadeira segurança colectiva no mundo e na Europa só poderá alcançar-se no âmbito da Organização das Nações Unidas (necessariamente democratizada e liberta da instrumentalização a que tem estado sujeita) e no contexto de uma Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) reforçada, orientada para os tempos actuais e respeitadora da igualdade e soberania dos Estados-membros.

3. Por seu lado, as formulações equívocas quanto à "flexibilidade na unidade", permitindo interpretações que podem chegar à "geometria variável" com um núcleo duro, constituem uma terceira razão do nosso afastamento relativamente ao que foi adoptado no Parlamento Europeu.

Entre outras, a muito referida posição do partido do chanceler Kohl, que se traduziu por um autoproclamado núcleo duro, respectivo directório e várias velocidades marca e marcará de forma indelével os debates em torno da revisão dos Tratados. Na abordagem quer de uma evolução ao nível institucional, tendo em conta um futuro alargamento, quer dos aspectos relacionados com a União Económica e Monetária, não deixarão de estar presentes tais intenções. Caberia, neste momento, afirmar a sua rejeição, e nós fazemo-lo reiteradamente.

4. Particular importância não podem deixar de merecer os aspectos relacionados com a União Económica e Monetária. Até porque eles continuam a constituir a coluna vertebral do Tratado.

A recusa, neste caso explícita, de qualquer reconsideração na direcção monetarista preconizada para a União Económica e Monetária e, em especial, nos critérios de convergência nominal, constituem o aspecto mais marcante e negativo da resolução aprovada no Parlamento Europeu.

A convergência nominal, como condição indispensável para a concretização da moeda única, contraria o afirmado objectivo da coesão económica e social e assume-se como factor determinante para o desemprego crescente na União e em cada um dos seus Estados-membros.

Para nós, a convergência dos níveis de desenvolvimento e de vida e o combate ao desemprego deverão constituir as prioridades do momento actual. Pelo que se revela indispensável abandonar tais critérios, suas metas e prazos. De resto, é evidente que apenas um núcleo extremamente restrito de países reunirá as condições para uma passagem à terceira fase da União Económica e Monetária.

Chamamos a atenção, por exemplo, para o recente Relatório do deputado socialista Metten, aprovado igualmente na última sessão plenária de Estrasburgo, sobre a introdução do ecu como instrumento de pagamento legal e em que se fez passar com trinta deputados na sala uma posição do Parlamento para que a moeda única se introduza o mais rapidamente possível, não importa com que número de Estados-membros, apesar do hipócrita lamento pela «desagradável» consagração das várias velocidades.

De risota é a reacção do ministro Eduardo Catroga às previsões do comissário responsável que não incluem Portugal entre os Estados-membros que estarão eventualmente em condições de passar à terceira fase da UEM e da moeda única, pondo-se nos

bicos dos pés e afirmando, contra tudo e contra todos, que Portugal estará no «pelotão da frente». O grande problema é quais são os custos económicos e sociais para procurar atingir esse objectivo numa economia débil, como a portuguesa, com fortes problemas e sem perspectivas para sectores tão relevantes como a agricultura, as pescas, os têxteis, o vidro, as minas, enfim, para a generalidade do tecido produtivo, com o desemprego a crescer, com uma fortíssima acentuação das assimetrias internas. Para onde quer o Governo lançar a nossa economia?

A resolução do Parlamento Europeu refere-se, em termos que poderíamos subscrever, ao problema do desemprego e à coesão económica e social.

Porém, face à insistência nas orientações ultraliberais e monetaristas, tais aspectos são remetidos para o mero domínio das intenções que as práticas contrariam.

5. A defesa dos interesses nacionais levou-nos, como referimos, a votar contra tal resolução. Em coerência, de resto, com toda uma actividade que vimos desenvolvendo.

Esta coerência não a encontramos noutras bancadas parlamentares. Mesmo na daqueles que hoje se afirmam, serodiamente, «europreocupados». Mas que não hesitam em votar favoravelmente a aceleração de orientações que estão na origem das situações que os levam a assim se afirmar. E em convergência total com quem, no plano interno, se propõem alternar.

Convergência esta que, entretanto, se pretende dissimular, pondo a tónica em aspectos que sendo importantes, só agora parecem ter descoberto que estão longe de esgotar o conjunto dos que hoje se colocam. Omitindo alguns, como os que referimos e que são essenciais.

E pior, lançando sobre outros a suspeição de convergências política impossíveis, com o recurso à mais flagrante distorção dos factos.

É importante sublinhar, a este propósito, que a votação deste Relatório constituiu um facto singular, de particular relevância política. Votaram a favor do Relatório 289 deputados, entre os quais todos os deputados do PS e todos os do PSD, com uma excepção, mas mais significativo, quase 180 deputados, 38% dos votantes, afastaram-se das orientações contidas no Relatório: mais concretamente, 103 votos contra e 74 abstenções. E entre estes encontramos 56 deputados do Grupo Socialista, entre eles o do PS grego, que está no Governo, ao contrário do que fizeram os socialistas portugueses; 8 do Grupo Liberal, o grupo em que está o PSD, tendo-se mesmo abtido um deputado deste partido; 18 deputados do Grupo PPE (democrata cristão); e 17 do Grupo Verde. Os 26 deputados do nosso Grupo que votaram contra não foram mais do que alguns no meio de muitos que não aceitam o que o Relatório aprovado definiu como orientações.

A realidade nada tem que ver com o que se pretendeu - e, em certa medida, conseguiu - que fosse difundido, como se os comunistas portugueses estivessem em espúria consonância com os deputados do PP contra a esmagadora maioria!

A realidade mostra, isso sim, que também no Parlamento Europeu, à semelhança do que acontece na sociedade, se alarga o leque dos que colocam interrogações, suscitam reservas ou se mostram opositores dos caminhos ínvios por que se pretendem levar a União Europeia. Independentemente do quadrante político em que se situam.

6. Esta situação concordante com o que sempre defendemos, leva-nos a continuar e a insistir, com mais confiança, mas sem desatenção, nos caminhos que vimos percorrendo.

Reclamando, quanto à revisão do Tratado da União Europeia, que ela se realize, que seja profunda, sem tabus e que dê resposta ao grande movimento cívico que, crescentemente, se tem manifestado por novos rumos para a construção europeia numa Europa de Estados-membros soberanos e em cooperação.

Lisboa, 26 de Maio de 1995

Bósnia-Herzegovina

PCP condena escalada militar

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota sobre a evolução da situação na Bósnia-Herzegovina, que aqui transcrevemos.

1. A evolução da situação na Bósnia-Herzegovina e outras regiões da antiga Jugoslávia é motivo de profunda inquietação.

2. A persistência das grandes potências na tentativa de impor pela força das armas soluções unilaterais que ignoram os ensinamentos da História e o complexo mosaico de factores de carácter social, étnico e religioso na região balcânica, está a provocar uma nova escalada do conflito e a alimentar, em todas as partes, o crescimento de forças nacionalistas, obscurantistas e fascizantes que em nada se identificam com os reais interesses dos povos.

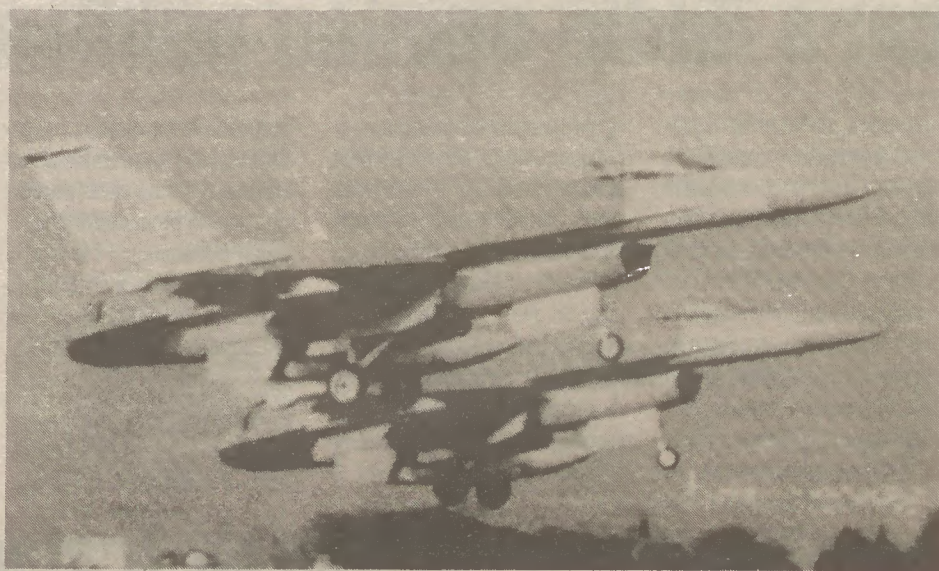
Os bombardeamentos da NATO conduziram a uma escalada de retaliações, na qual se integra o preocupante aprisionamento de "capacetes azuis", e a um perigosíssimo agravamento da situação. Estas medidas perante a real ameaça de

uma guerra de vastas proporções que põe em causa não apenas a segurança dos povos da Bósnia-Herzegovina e da antiga Jugoslávia, mas de toda a região dos Balcãs e da própria Europa.

3. Face à gravidade da situação, o PCP salienta uma vez mais que só pela via do diálogo e da negociação política será possível encontrar uma solução justa e duradoura para os problemas da região, nomeadamente através da preparação e convocação de uma Conferência Internacional, com adequada composição e incluindo a participação das partes em conflito.

É necessário pôr imediatamente termo ao uso da força militar e à ameaça do seu emprego.

A NATO assim como a UEO, que estão aliás a servir-se deste foco de tensão para reforçar as suas estruturas e alargar a sua esfera de



F16 da NATO descolam da sua base em Itália, com destino à Bósnia. Os bombardeamentos da NATO contribuíram para nova escalada na guerra

intervenção, devem retirar-se imediatamente.

A ONU deve assumir por inteiro as suas responsabilidades de estrutura vocacionada para a paz e a segurança internacional, no estrito respeito do espírito e da letra da Carta das Nações Unidas, não se deixando instrumentar pelas grandes potências, não tomando partido por nenhuma das partes em conflito, fazendo cumprir efectivamente o embargo ao fornecimento de armas a todas as partes, mantendo o estatuto pacífico e de interposição que deve ser o das forças da FORPRONU. Uma retirada precipitada e retaliatória das forças de interposição que se encontram no terreno poderia ter catastróficas consequências.

O injusto bloqueio à nova Jugoslávia (Sérvia/Montenegro), que está provocando ao seu povo grandes privações e sofrimentos, deve ser imediatamente levantado.

4. O PCP alerta os portugueses quanto aos perigos do envolvimento militar de Portugal no conflito, no quadro da NATO e da UEO e da sua política intervencionista agressiva. Cerca de mil homens da Brigada Aero-transportada estão prontos

para partir para o teatro de operações. São particularmente inquietantes as declarações produzidas a este respeito por altos responsáveis do Governo e das Forças Armadas, nomeadamente Cavaco Silva, reveladoras aliás da nefasta política de submissão nacional praticada pelo Governo do PSD.

5. O PCP condena e exige o fim dos raids da NATO. Opõe-se frontalmente ao envolvimento militar de Portugal no conflito. Considera que Portugal, no plano das suas relações bilaterais e pela sua participação na UE, na ONU e outras organizações internacionais, se deve empenhar na procura de uma solução política negociada para os dramáticos problemas na Bósnia-Herzegovina e na antiga Jugoslávia.

Palestina

Isarelitas e palestinos vão multiplicar as reuniões cimeiras em Junho para poderem concluir em 1 de Julho um acordo sobre o alargamento da autonomia. Durante o mês de Junho, as reuniões israelo-palestinas deverão abordar dois pontos cruciais: a segurança e as questões em suspenso sobre as eleições palestinas. Esta decisão vem na sequência de um encontro, em Marrocos, entre o dirigente da OLP, Yasser Arafat, e o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros. O acordo em discussão inclui a retirada parcial do exército israelita da Cisjordânia para permitir a realização de eleições para a autoridade palestina. No Cairo, delegações de Israel e da OLP recomeçaram as negociações sobre a transferência de poderes na Cisjordânia. Os dossiers respeitantes a poderes locais, estatísticas, trabalho, agricultura, correios, comércio e indústria, seguros, combustíveis e gás estarão em foco.

Bósnia

Os capacetes azuis retidos pelos sérvios da Bósnia serão libertados "logo que os seus governos e as Nações Unidas proporcionem a paz aos sérvios", declarou um responsável sérvio da Bósnia. "Isto significa que o Ocidente deve deter com urgência e sem condições a guerra na ex-Bósnia-Herzegovina" e reconhecer aos sérvios o mesmo direito que "aos restantes povos da ex-Jugoslávia", disse Miroslav Toholj, responsável de informação dos sérvios da Bósnia. Segundo dados da Forpronu, os sérvios da Bósnia mantinham retidos 374 capacetes azuis e observadores militares da ONU: 212 detidos pelas forças sérvias da Bósnia, 116 bloqueados ou imobilizados nos seus postos e 46 militares canadenses sob liberdade limitada na base de Ilijas, norte de Sarajevo. A Grã-Bretanha, Estados Unidos e França anunciaram entretanto o envio de importantes reforços militares para a região.

União Europeia

A União Europeia aprovou, em Bruxelas, uma exigência relativa ao respeito dos direitos do homem que inviabiliza automaticamente qualquer novo acordo de cooperação com a Indonésia. Reunidos em conselho para os Assuntos Gerais da União, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quinze decidiram aplicar a todos os futuros acordos de cooperação com países

O laser ao serviço da guerra

Em vésperas da possível interdição, total e definitiva, dos testes nucleares - forma privilegiada de experimentar novas armas - os Estados Unidos e a França avançam com uma alternativa a estes testes - os canhões laser.

"Princípios e objectivos da não-proliferação e do desarmamento nuclear" - é o primeiro documento político de entre os três aprovados quando da reunião de Nova Iorque, em que foi decidida a prorrogação indefinida do Tratado de não-proliferação nuclear. Nele se prevê que, até 1996, deverão ser concluídas negociações sobre um "Tratado de interdição total dos testes nucleares, universal, internacional e efectivamente verificável".

Um passo de há muito esperado, e pelo qual o movimento da paz lutou ao longo de anos.

Neste momento, entretanto, a investigação militar já estará em condições de torrear tal obstáculo à criação de novos tipos de armas. Os laser gigantes permitiriam a simulação de ensaios nucleares, e assim testar os efeitos e o comportamento de novas armas.

Após vinte e cinco anos de experiências em instalações laser de uma potência considerável, a França e os Estados Unidos decidiram passar a uma outra etapa e lançar-se na construção de duas enormes máquinas que, segundo se calcula, irão permitir ultrapassar a fronteira a

partir da qual as reacções de fusão termonucleares se auto-alimentam sem que seja necessário fornecer-lhes energia.

A primeira destas instalações, o NIF (National Ignition Facility), foi anunciada em Outubro de 1994 e aguarda apenas a luz verde do Congresso para entrar em fase de realização. Em perspectiva a construção de um laser de grande potência no Lawrence Livermore National Laboratory, perto de São Francisco (Califórnia).

O governo francês acaba de decidir da construção do laser Mégajoule, em tudo semelhante ao NIF, a partir de 1996 (data da possível entrada em vigor da interdição definitiva de ensaios nucleares), perto de Bordéus.

Os custos deste projecto inscrevem-se no quadro do programa francês de adaptação à limitação das experiências nucleares.

Para já, apenas dois outros países avançaram neste tipo de experiências - a Grã-Bretanha e o Japão.

A maioria das aplicações da tecnologia laser até agora utilizadas são claramente benéficas - telecomunicações, engenha-

ria civil, e mesmo em tratamentos médicos antes impenáveis.

Mas neste momento corre-se o risco da aplicação militar desta tecnologia abrir também campo ao lançamento de uma arma temível - as espingardas laser. Temível pelos seus efeitos - a cegueira instantânea, antes mesmo de a vítima se aperceber de que está a ser atacada. E o seu custo - possivelmente inferior ao de qualquer espingarda normal, o que facilitaria a sua difusão.

Pensa-se que nos Estados Unidos estas armas já foram experimentadas e o Pentágono teria mesmo admitido a possibilidade de as utilizar quando da retirada das forças da ONU da Somália.

Face a este perigo, tem vindo a desenvolver-se, a nível internacional, um movimento visando proibir, à partida, a utilização desta nova arma. Após múltiplas consultas a especialistas militares, médicos e técnicos, o Comité Internacional da Cruz Vermelha concluiu que a provocação da cegueira como arma de guerra deveria ser proibido em nome do direito humano internacional. O apelo da Cruz Vermelha foi apoiado por 25 países e a questão deverá ser debatida quando da realização, em Viena, em Setembro próximo, da Conferência das Nações Unidas sobre armas convencionais com efeitos traumáticos excessivos.

Ruanda Inquérito ao massacre de Kibeho

A Comissão internacional de inquérito ao massacre de Kibeho divulgou estes dias um relatório em que são apresentadas as suas primeiras conclusões, sublinhando, à partida, que "a tragédia de Kibeho não resulta nem de uma acção planificada das autoridades ruandesas visando matar um grupo específico de pessoas, nem de um acidente que não poderia ter sido prevenido".

O relatório incrimina, em particular, o comportamento de uma parte das forças armadas ruandesas, realçando, por outro lado, a concentração de milicianos da antiga ditadura entre os deslocados hutus de Kibeho, e as frequentes provocações armadas por parte desses milicianos.

A Comissão põe em causa ainda a actuação dos capacetes azuis instalados na zona e de algumas ONG.

A Comissão de inquérito defende a necessidade de encerrar os campos de deslocados o mais cedo possível, pois neste momento, nomeadamente pela presença de muitos ex-milicianos, surgem como "obstáculo aos esforços do país para ultrapassar os efeitos devastadores do genocídio do ano passado".

O relatório recomenda "à comunidade internacional que continue a encorajar e apoiar a República ruandesa nos seus esforços pela justiça e a reconciliação nacional".

Eleições em Espanha

A queda anunciada do PSOE Esquerda Unida reforça posições

As eleições de domingo passado, em Espanha, provocaram uma significativa mudança no quadro político do país. Com a subida da direita e a queda do Partido Socialista - factos destacados em toda a comunicação social. Mas também com um claro reforço da Esquerda Unida, que assim se afirma como uma força política alternativa.

Trinta e dois milhões de eleitores espanhóis foram às urnas para eleger o conjunto dos conselheiros municipais do país (65.000 eleitos para 8.094 municípios) e os Parla-mentos de 13 das 17 regiões (786 eleitos), com excepção da Catalunha, País Basco, Andalu-zia e Galiza, que não votam na mesma data em virtude do seu estatuto particular.

Em relação às eleições muni- cipais de 1991, o Partido Socia- lista (PSOE) perdeu quase 500 mil votos (de 38,41% para 30,81%), enquanto o Partido Popular reforçou a sua posição com cerca de três milhões de

representação parlamentar em todas as comunidades.

Os progressos da Esquerda Unida vinham anteriormente a ser limitados pela tendência de parte do eleitorado comunista e de esquerda de votar útil nos socialistas, como forma de bar- rar o caminho à direita.

Enquanto o PSOE desenvol- via uma política claramente de direita, a direita espanhola tinha o cuidado de se apresen- tar com uma face renovada, deixando de lado os nostálgicos do franquismo.

O actual dirigente do Partido Popular, José María Aznar, terá como referências nomes

desempregados (um em cada quatro trabalhadores); implica- ção directa de dirigentes socia- listas em escândalos de corrup- ção; utilização de fundos secretos do Estado para fins pessoais; a revelação da impli- cação directa das autoridades no caso GAL (esquadrão da morte responsável, entre 1983 e 1987, por cerca de 30 assas- sinatos de militantes separatis- tas bascos).

As eleições decorrem assim num quadro de profunda crise moral, social, económica e política - propiciadora não apenas de reais alternativas de esquerda, mas abrindo também múltiplas vezes caminho às forças de direita, ao nacionalis- mo e ao racismo.

Isso mesmo foi antecipada- mente denunciado pelo diri- gente comunista e da Esquerda Unida, Julio Anguita, nos comícios eleitorais.

Dirigindo-se ao governo do PSOE, disse Anguita: "Vocês realizaram o sujo, ignóbil, nocivo trabalho que a direita nunca se atreveu a concretizar. Atacaram e enfraqueceram os sindicatos. Reduziram os sub- sídios aos desempregados. Aviltaram os valores da esquerda. Em vez de regenerar o tecido industrial, dedicaram- se à especulação; em vez de



O voto na Esquerda Unida registou uma significativa subida

construir uma política para o futuro, afundaram-se na pilha- gem e na fraude. (...) Conse- guiram sobretudo fazer com que uma parte do povo espan- hol, desorientado, encoleriza- do, vos vá punir votando na direita".

Na Espanha de hoje, entre- tanto, e pese embora a grande subida do partido de Aznar, o crescimento seguro e notável da Esquerda Unida constitui uma boa base para uma futura mudança política. Finalmente com sinal de esquerda.

VII Encontro do Movimento Zlan

A Associação Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação - Movimento Zlan, realiza sexta e sábado o seu VII Encontro Nacional. Um Encontro que tem como objectivo principal "proporcionar a todos os membros do movimento e a todos os autarcas em geral, uma oportunidade para colectivamente reflectir sobre a complexa situação política nacional e internacional, sobre a necessidade e o futuro do movimento, bem como sobre objectivos, perspectivas e tarefas dos municípios nas áreas da Paz, Ambiente e Cooperação".

O Encontro insere-se no programa comemora- tivo do 50º aniversário do fim da segunda guerra mundial e da derrota do nazi-fascismo e propõe-se contribuir para um programa evocativo do 50º ani- versário de Hiroshima e Nagasaki e da fundação da Organização das Nações Unidas.

Para além de analisar as consequências da situação política internacional na vida, bem-estar e segurança dos portugueses, o Encontro será uma oportunidade para discutir problemas como: as estações de tratamento de resíduos; os planos hidro- lógicos nacional e ibérico; a desertificação - a rela- ção entre os problemas no Nordeste, na Beira Inter- ior e no Alentejo; os incêndios e a defesa da flo- resta; a preservação e defesa do património cultural e histórico; os problemas da segurança das popula- ções e os fenómenos da violência, entre outros.

Em Comunicado do Secretariado Permanente do Zlan destaca-se que "as Conferências Internacionais recentemente realizadas no âmbito

da ONU, nomeadamente as Conferências do Rio de Janeiro e Berlim, sobre Ambiente e Desenvol- vimento, do Cairo, sobre a População e em Cope- nhague, sobre o Desenvolvimento Social, para além das análises profundas realizadas sobre o estado do mundo, reconheceram o inestimável e insubstituível papel e contribuição da sociedade civil, representada pelas organizações não-gover- namentais - ONGs".

Após uma breve análise dos graves problemas que se fazem sentir actualmente a nível internacio- nal, o Secretariado Permanente do Zlan afirma: "Juntamos a nossa voz à de todos os que, em Por- tugal e no Mundo, lutam pelo fim dos ensaios nucleares e por um Mundo livre de armas nucleares, pela criação de um sistema de segurança colec- tivo, que altere radicalmente a lógica das ameaças e da corrida aos armamentos, por uma sociedade onde a participação dos cidadãos e dos seus órgãos representativos, como são as autarquias e as orga- nizações não governamentais, possam ter um papel mais activo e construtivo."

E conclui: "Este nosso VII Encontro Nacio- nal é uma afirmação do Movimento para o pre- sente e para o futuro. Podemos e queremos dar a nossa contribuição para que todos os autarcas e todas as autarquias sejam um instrumento ao ser- viço da causa da Paz, da Solidariedade e da Co- opeação, um instrumento para a protecção e defe- sa do ambiente, um instrumento ao serviço das populações".

terceiros a mesma cláusula de suspensão por motivo de violação dos direitos do homem.

Difteria

Praticamente desaparecida na Europa, a difteria regressou em força à ex-URSS, informa a Organização Mundial de Saúde (OMS) que prevê de 100.000 a 200.000 mil casos para o ano de 1995. A epidemia começou a alastrar aos países vizinhos. A Turquia, a Bulgária, a Polónia, a Noruega e a Alemanha registaram alguns casos em 1994. No dia 29 de Maio, a OMS e a UNICEF lançaram um apelo conjunto, com a Federação internacional das sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, para o financiamento de uma campanha massiva de vacinação nos 14 países da ex-URSS.

OCDE

O desemprego esteve na ordem do dia na reunião ministerial anual da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Para esta organização, que reúne 25 países industrializados, a solução passará por uma "maior flexibilidade de salários e preços, associada a uma baixa dos impostos e dos custos do trabalho".

Alemanha

O Tribunal Constitucional alemão anulou e declarou como inconstitucional a perseguição, por espionagem, de centenas de membros dos serviços secretos da ex-RDA.

O Tribunal considerou que estes cidadãos da ex-RDA "se tornaram involuntariamente cidadãos de um Estado contra o qual a sua actividade, legal à luz do direito da RDA, era dirigida".

EUA

Uma Comissão da Câmara de Representantes dos Estados Unidos aprovou um projecto de orçamento militar de 267 mil milhões de dólares, que propõe nomeadamente acelerar um programa de defesa antimísseis, o da arma laser e dos aviões "furtivos" B2.

Argélia

A explosão de uma bomba em Bachdjarah, a sudoeste de Argel, causou trinta e sete feridos, de entre os quais seis crianças. Este atentado insere-se numa nova escalada de violência. Três pessoas tinham sido assassinadas no fim-de-semana anterior.

Síria

O ministro sírio da Informação, Mohammad Salmene, confirmou que a Síria e Israel chegaram a "acordos de princípio" sobre as medidas de segurança que deverão acompanhar a retirada de Israel dos montes Golan, ocupados em 1967.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Esquerda Unida e ao Partido Comunista de Espanha as felicitações - que transcrevemos - pelos resultados eleitorais da esquerda espanhola.

À Presidência Federal da Esquerda Unida

Transmitimo-vos calorosas felicitações pelo signifi- cativo avanço da votação da Esquerda Unida nas eleições locais e regionais de 28 de Maio. Fazendo votos de novos futuros êxitos à vossa actividade, enviamo-vos as nossas fraternais saudações.

Ao Comité Federal do Partido Comunista de Espanha

Transmitimo-vos calorosas felicitações pelo signifi- cativo avanço da votação da Esquerda Unida nas eleições locais e regionais de 28 de Maio. Fazendo votos de novos futuros êxitos na actividade do Partido Comunista de Espanha, envi- amo-vos as saudações fraternais dos comunistas portu- gueses.

novos votantes (de 25,20% para 35,86%).

A Esquerda Unida (que reúne comunistas, alguns socialistas, Verdes e independentes) - que já tinha conseguido romper com a lógica do bipartidarismo - afir- ma-se decididamente como ter- ceira força política do país. O seu crescimento - relativamente aos resultados de 1991 - é notá- vel. Subiu de 8,31 por cento para 11,68 por cento e passou a ter

como o de Chirac, Major ou Kohl, e não o do ditador Fran- co, muito embora, ainda em 1979, se tenha indignado com o retirar do nome de Franco das ruas das cidades espanho- las.

Em véspera destas eleições, o saldo da política dos socia- listas fornecia razões de sobra ao voto de descontentamento e protesto que agora se verifi- cou. Três milhões e cem mil

PCP no V Encontro do Forum de São Paulo

Decorreu estes dias em Montevidéu, Uruguai, o V Encontro do Forum de São Paulo, que reúne centenas de organizações políticas e sociais de esquerda e progressistas de toda a América Latina.

O Partido Comunista Português esteve representado neste Encontro por Manuela Bernardino, membro do Comité Central.

■ Henrique Custódio

Grünig de Bragança Importar lixo e produzir desemprego

Em 1990, um senhor alemão chamado Dieter Grünig inaugurava em Bragança uma empresa metalúrgica com o seu nome. O acto foi apadrinhado por dois ministros - o do Emprego e da Indústria -, acompanhados pelo Governador Civil do Distrito (PSD) e o presidente da Câmara de Bragança (PS), entre outras entidades de relevo local, regional e nacional. A luzida cerimónia assinalava a "Máquinas Grünig Bragança Lda" como mais uma empresa a comprovar a "política de sucesso" cavaquista, prometendo reanimar a actividade industrial bragantina e criar entre 200 e 300 postos de trabalho. Quatro anos depois, a "Máquinas Grünig" deve 200 mil contos à Banca portuguesa, 70 mil contos à Segurança Social e 30 mil contos de salários aos seus 160 trabalhadores e tem às costas um escandaloso processo de queima de resíduos tóxicos industriais importados da Alemanha. O dono, sr. Dieter Grünig, anda fugido à polícia do seu país por alegada fuga ao fisco alemão e, lá do covil onde se escondeu, fez saber às autoridades portuguesas que pretende três coisas: um "perdão" das dívidas para "viabilizar a empresa", o "arquivamento" da questão da queima dos resíduos tóxicos e "autorização" para despedir, à revelia da lei portuguesa, 18 dos seus trabalhadores. Assim mesmo. Como se Portugal fosse uma coutada germânica e as autoridades portuguesas uns ajudantes de campo às ordens. Ainda por cima de um marginal no seu próprio país.

Conforme nos informou José Brinquete, membro da Direcção Regional de Bragança (DORBA) do PCP, a fábrica Grünig começou logo de uma maneira nebulosa: nunca foi aprovada pelo Ministério da

Indústria, apesar de o próprio ministro haver assistido à sua inauguração, há quatro anos.

Alinhando com este estranho procedimento, a Câmara PS de Bragança "foi fechando os olhos aos licenciamentos, quer das infra-estruturas fabris, quer do bairro residencial que está a ser construído em anexo".

Estimulada por tanto atropelo, a administração do sr. Grünig achou que também não devia cumprir as regras: os cerca de 160 trabalhadores recebiam à semana, tinham contratos de trabalho ilegais e desde Dezembro de 1993 que a empresa não desconta para a Segurança Social, acumulando uma dívida que já ascende a 70 mil contos. Isto num quadro de geral incumprimento da legislação laboral em vigor. "A informação disponível é escassa", afirma José Brinquete, "mas diz-se que a autarquia contribuiu com terrenos, máquinas e serviços e que o Governo terá beneficiado a empresa e o empresário." E acrescenta:

"Para agravar ainda mais a situação, há cerca de um ano começou a haver suspeitas de que no interior da fábrica se queimam resíduos vindos de uma outra fábrica que o sr. Grünig tem na Alemanha, provocando a queima desses resíduos mal-estar tanto nos trabalhadores como na população vizinha."

A hipocrisia das "boas vontades"

Victor Neto é coordenador da União dos Sindicatos de Bragança e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Em articulação com o Sindicato dos Metalúrgicos, tem conduzido a luta na Grünig. Disse-nos:

"Desde há muito que a União dos Sindicatos de Bragança tem vindo a fazer denúncias designadamente públicas, das situações que tinha conhecimento. No entanto, as entidades responsáveis e representantes de várias tutelas governamentais sempre protelaram a sua intervenção, deixando que as irregularidades tomassem proporções insuportáveis".

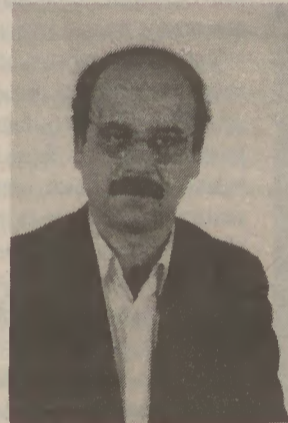
Victor Neto pomenorizou algumas dessas irregularidades: "Na sua maioria, os trabalhadores da empresa Grünig, sediada no



Celho de Bragança, são contratados a termo certo por um período de seis meses, através de um único contrato individual, renovável automaticamente até ao limite de três anos. Actualmente, dos 164 trabalhadores da empresa, 24 recorreram ao fundo de desemprego, 16 estão de baixa e 13 apresentaram a rescisão do contrato por mútuo acordo. Aos trabalhadores que deixaram a empresa, a empresa continua a dever salários em atraso e indemnizações, em alguns casos."

As reivindicações dos trabalhadores - pelas quais já saíram às ruas de Bragança, em manifestações de protesto e luta - são claras e concisas: "o pagamento dos salários em atraso, do subsídio de férias e do 13º mês, actualização do subsídio de alimentação, reposição dos transportes aos trabalhadores, pagamento da dívida à Segurança Social, apoio aos trabalhadores mutilados em acidentes de trabalho, cumprimento do contrato colectivo, manutenção dos postos de trabalho e continuação da laboração da empresa".

Diversas entidades governamentais, alertadas ao longo do tempo pelos órgãos representativos dos trabalhadores da Grünig para a situação de ilegalidade e arbitrio vivida na empresa, foram desfiando um rosário de promessas não cumpridas.



Victor Neto, coordenador da União dos Sindicatos de Bragança

"Todas estas «boas vontades» não passam de mera hipocrisia, dado que nada de concreto foi feito até hoje", acusa Victor Neto, que considera "claras", as "intencões de todos estes senhores: querem esconder que os ministérios que representam e eles próprios, são responsáveis pela grave situação em que se encontram os trabalhadores e a situação financeira da empresa". E frisa: "Estes mesmos senhores sempre consentiram todas as irregularidades que estavam a ser praticadas por este empresário sem escrúpulos. O que levou todas estas entidades a sentarem-se à mesa e responder perante as reivindicações apresentadas, foi a luta constante dos trabalhadores."

Uma luta que começou com audiências de delegações dos trabalhadores com o Governador Civil, o Ministério do Trabalho e o presidente da Câmara Municipal de Bragança, e já se aprofundou com duas manifestações: uma, em Abril último, nas ruas de Bragança com concentração frente ao IDICT e Governo Civil (obrigando o Governador Civil e o delegado do Ministério do Trabalho a receber uma delegação dos trabalhadores), outra por ocasião da visita do Primeiro-Min-

istro para inaugurar o troço da IP4 Mirandela - Vila Real.

O empresário cadastrado no "sucesso cavaquista"

Estando a empresa paralisada e sob ameaça de encerramento, as reivindicações dos trabalhadores são óbvias e urgentes, como nos deu nota Victor Neto: "exigem que o Governo assumira a dívida que a Grünig tem para com os trabalhadores e o seu pagamento imediato e a garantia da manutenção dos postos de trabalho. Só desta forma - acrescenta - pode ser encontrada solução justa para o problema, uma vez que o empresário dá a demonstrar, depois de alguns contactos, não querer ou não poder vir a Portugal, segundo notícias publicadas".

Notícias que dizem, nem mais nem menos, que o sr. empresário alemão Dieter Friedrich Karl Grünig se encontra a viver na Suíça, depois de se evadir de uma prisão da Alemanha onde estaria a cumprir uma pena de prisão por fuga ao fisco. Foi este homem que o Governo de Cavaco Silva apadrinhou directamente, com dois ministros a acompanhá-lo na inauguração da sua fábrica de Bragança em 1990, apesar de a mesma fábrica não estar aprovada (nem jamais o ter sido) pelo Ministério da Indústria, o que não impediu o respectivo ministro de se apresentar de braço dado com o sr. Grünig no acto inaugural. Victor Neto também tem, a este respeito, uma opinião definida:

"A instalação desta empresa ocorreu num período em que era utilizada pelo Governo a bandeira da confiança que os empresários depositavam na actual política. Por isso escolhiam Portugal para fazer investimentos. Só que o Governo utilizou esses investimentos de forma exacerbada e sem olhar ao futuro das regiões, dos trabalhadores e do País, para dar grande relevo aos actos eleitorais em época de eleições, tendo apenas como objectivo tirar dividendos eleitoralistas. Hoje e sempre afirmamos que estes exemplos são indesejáveis em qualquer parte. Se assim o não entende o Governo cavaquista, já não surpreende, por tanto mal que tem feito ao País e, particularmente, aos trabalhadores portugueses."

Quanto ao futuro, Victor Neto não hesita: "Há que continuar a luta dos trabalhadores da Grünig, o que é determinante para forçar o Governo a dar solução às suas reivindicações."

A "Grünig" foi apresentada, há quatro anos, como um modelo do desenvolvimento cavaquista. Hoje, os seus 160 trabalhadores estão à beira do desemprego

PCP põe escândalo ao sol

Foi o PCP que trouxe o escândalo da empresa Grünig à luz do dia, através de três requerimentos feitos pelo seu Grupo Parlamentar em 29 de Março último, o que forçou as diversas autoridades envolvidas a, finalmente, "darem a cara" ao problema.

O 1.º requerimento foi dirigido ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, exigindo "esclarecimentos demonstrativos de que a gerência da Grünig está a ter um comportamento com os trabalhadores respeitador da legislação portuguesa".

O 2.º requerimento, endereçado ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, solicita "esclarecimento sobre a natureza dos resíduos que são queimados na empresa" e, "se os

resíduos são importados, qual ou quais os países de origem e quem concedeu autorização para a sua importação".

O 3.º questiona a Câmara Municipal de Bragança, no sentido de informar "se tem conhecimento da existência de resíduos, queimados, fumos ou poluição das águas, nomeadamente dos rios Igrejas e Sabor" e "que diligências e medidas já adoptou ou pensa adoptar" (assinale-se que incumbe à autarquia o licenciamento da implantação e acompanhamento da actividade das unidades industriais situadas no seu território).

Uma nota da DORBA do PCP, resumindo a situação, afirma que "o Governador Civil e líder do PSD em Bragança «acordou» tarde de mais para o problema dos resíduos tóxicos e da situação laboral da Grünig", enquanto o presidente da Câmara Municipal de Bragança, responsável máximo pelo município PS, "tinha na «gaveta» as análises sobre os resíduos e, como já vem sendo tragicamente habitual, nada disse".

E "que pensar da QUERCUS - acrescenta a nota - que, pelos vistos, também conhecia as análises dos resíduos, mantendo-as em silêncio?".

Segundo esta estrutura regional do PCP, "não podem ser escamoteadas as responsabilidades, por ausência de medidas, do PSD e do PS, que estavam calados que nem «ratos», chorando agora lágrimas de crocodilo, mas só após as denúncias públicas".

Resposta enviada ao Sindicato, pelo Sr. Delegado de Saúde de Bragança:

"- Os referidos trabalhadores devem dirigir-se de imediato ao respectivo Médico de Família;

"- Cada trabalhador deve dirigir-se por escrito ao Delegado de Saúde e indicar o seu Médico de Família que o atende e o dia em que foi atendido."

Ou seja: segundo o original entendimento do Sr. Delegado de Saúde de Bragança, a medicina do trabalho será coisa para cada um resolver com o seu médico de família, ficando as empresas e Estado desobrigados do problema. Um raciocínio digno do sr. Grünig.

Talvez porque tal enormidade não podia aguentar-se, dias depois o Delegado de Saúde de Bragança informou o Sindicato que tinha sido constituída uma equipa médica para consultar todos os trabalhadores.

Esperemos que depois não lhes mandem a conta a casa.

Ninguém escreve ao Governador

O descaramento do sr. Dieter Grünig - empresário alemão fugido à justiça do seu país mas muito cotado na governação cavaquista - foi ao ponto de, em recente e macarrónica carta, onde agradecia "a disponibilidade do Governador (Civil, de Bragança) para o ajudar a ultrapassar os problemas da empresa", solicitar que "a ajuda se reflecta sobretudo a três níveis":

1º - "O pagamento pendente à Segurança Social será feito ainda em 1995 após a entrega e venda de algumas máquinas. Solicita que se possibilite um «perdão» no que toca aos juros para que a recuperação da empresa seja possível".

Quer dizer: um homem que foi preso no seu próprio país, a Alemanha, por dívidas ao Estado, acha natural dirigir-se ao Governo português a pedir perdão de juros...

2º - "Que seja dada como encerrada a questão de Bragança relacionada com a queima de restos de máquinas e conservantes de madeira e que esse encerramento (arquivamento) seja transmitido às autoridades alemãs".

A arrogância prossegue e aprofunda-se: agora a criatura não apenas se sente à vontade para pedir ao Governo português que lhe arquite um crime ecológico, como reivindica que isso seja transmitido às autoridades do seu

país de origem - certamente para que estas lhe descontem no cadastro criminal.

3º - "A fraca produção em Bragança durante 1994 foi causada por cerca de 18 trabalhadores, que contribuíram para um incêndio e indirectamente para a morte do gerente Senhor Flesch e do supervisor das obras Adolf Morris. Solicita autorização para demitir/despedir cerca de 18 trabalhadores."

O descaramento da criatura atinge agora o insuportável: não hesita em difamar os trabalhadores, como vai ao deslante de solicitar ao Governo português que faça tábua rasa da legislação nacional e lhe "permita" despedir 18 trabalhadores. Por "coincidência" os únicos, entre 160, que estão vinculados à empresa por contrato...

Está aqui, escarrapachado, o tipo de "prestígio" no estrangeiro que Cavaco Silva invoca para o seu Governo.

Um prestígio que permite a um marginal qualquer, não apenas vigiar impunemente o nosso povo e o nosso país, mas também dirigir-se às autoridades portuguesas como se estivesse a lidar com uma colónia de subdesenvolvidos.



Os trabalhadores da Grünig já avançaram para o protesto público, levando a sua luta para as ruas de Bragança

O médico de família e a medicina do trabalho

Três considerando para uma reivindicação:

1º considerando: "Face à toxicidade dos resíduos transportados, enterrados e queimados pela empresa Grünig nas imediações da mesma e tornada pública pela comunicação social";

2º considerando: "Vivendo os trabalhadores daquela empresa momentos de apreensão quanto ao seu estado de saúde actual e futuro, pelo contacto tido com os mesmos";

3º considerando: "Estando a surgir irritações cutâneas, escoriações e mal-estar em alguns trabalhadores";

Uma reivindicação: "O Sindicato da Construção Civil e Metalurgia solicita a V. Excia (Sr. Delegado de Saúde de Bragança) que sejam feitas diligências rápidas, de forma que todos os trabalhadores sejam examinados por um médico da especialidade, para avaliar o estado de saúde de cada um e assim ser possível prevenir que, no futuro, não surjam consequências graves."

Um, dois, três, quatro

1 É comovedora a atenção permanente dedicada pelo ainda Primeiro-Ministro aos problemas dos reformados, a sua constante preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos.

Diz-se que Sua Excelência nem dorme a pensar nisso. Diz-se mesmo que teria sido numa noite de insónia que lhe surgiu a ideia de criar o programa «Turismo na Terceira Idade», recentemente anunciado com a pompa e a circunstância adequadas ao momento que vivemos e à relevância da decisão. Segundo Cavaco Silva, o referido programa tem como objectivo proporcionar férias mais baratas a pessoas com mais de 65 anos. Ou seja: os milhões de reformados que antes gastavam fortunas nas suas férias no Algarve e na Costa Verde passam agora a pagar menos, por uma semana em hotel de três estrelas, 1680 escudos (se optarem por regime de meia pensão) ou 1900 escudos (se preferirem a pensão completa).

Trata-se, como Cavaco Silva, o próprio, sublinhou numa inusitada exibição de cultura, de um autêntico «ovo de Colombo».

Para este generoso programa disponibilizou o Governo a soma de 500 milhões de contos — quantia que, atrevo-me a arriscar, há-de ter sido retirada dos 1200 milhões de contos que deveriam ter sido transferidos para o Orçamento da Segurança Social mas que o Governo (certamente para utilizar nestas emergências) retirou e guardou.

Há-de ser grande a satisfação e o alvoroço entre os reformados. Especialmente naqueles dois milhões que, graças à sábia política do governo PSD, recebem pensões de reforma entre os 12 e os 30 contos mensais e que — com o generoso aumento de 73\$00/dia decidido pelo magnânimo Governo — devem ter conseguido um apreciável pé-de-meia que lhes permitirá, agora, gozar umas magníficas férias.

Corrijo-me: agora, não. Porque o humaníssimo programa de Cavaco agora anunciado só entra em vigor depois, mais tarde, após as eleições. Obviamente.

2 Reuniram os «conselhos coordenadores dos Estados Gerais»: o ambiente entre os conselheiros era, segundo o sempre presente «Público», de grande euforia e respirava-se na sala de debates e nas suas adjacências a certeza da vitória do PS nas próximas eleições. A dada altura, um conselheiro mais entusiasmado afirmou, mesmo, que a reunião «parecia já um conselho de ministros alargado» — afirmação que teve o condão de proporcionar alguns risos, alguns sorrisos, alguns meio-sorrisos e vários desagradados franzir de sobrolhos.

Nos intervalos da euforia que dominou a reunião, os «conselhos coordenadores» tiveram ainda tempo para se debruçar sobre alguns dos temas que o nobre conclave se propusera debater. Um desses temas foi o da cultura. A discussão sobre a matéria ficou marcada pela habitual intervenção de José Luís Judas, presidente da Câmara de Cascais pelo PS. Informa o informado «Público» que Judas «condenou o conceito de cultura “demasiado estatizante” defendido pelo PS, contrapondo a possibilidade da sua conversão numa “actividade económica lucrativa”».

Sem tempo para vasculhar na minha má memória a informação sobre onde, quando, quantas vezes e a quem já ouvi isto — o que, reconheço, é capaz de ser, nas circunstâncias actuais, uma questão de somenos —, pergunto-me se a tese de José Luís Judas não será, como o programa «Turismo na Terceira Idade», um outro «ovo de Colombo». Aliás, com tal conceito aplicado fica o direito à cultura plenamente assegurado nomeadamente naquela visão há tempos exposta por Pacheco Pereira e que era, mais coisa menos coisa, a seguinte: o direito à cultura existe: se eu quero um determinado livro vou a uma livraria e compro-o; se quero assistir a determinado espectáculo vou à bilheteira, compro o respectivo bilhete e entro; e etc.

E pergunto-me igualmente se Judas aplica o seu conceito de cultura no município de que é presidente. Estou tentado em concluir que sim.

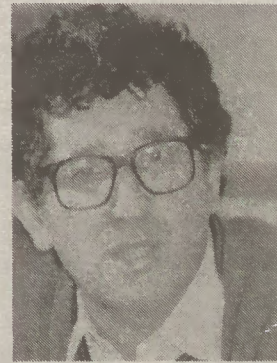
De facto, a política cultural promovida pela Câmara de Cascais, caracterizada por um selecto elitismo (passe o eventual pleonasmismo), limitada às freguesias ribeirinhas, fugindo como o diabo foge da cruz das freguesias do interior — indicia uma evidente prática economicista que, possivelmente, se está a traduzir em considerável fonte de rendimentos para o município e para os eventuais investidores culturais.

Não me custará acreditar que a recente Bienal da Utopia — expressão máxima da imponente concepção de política cultural reinante no Concelho — tenha proporcionado à Câmara Municipal de Cascais chorudíssimos lucros. Se assim for, e oxalá seja, é certo e sabido que o presidente da Câmara tem, enfim, garantidas as verbas necessárias para proceder à recuperação dos cerca de 200 bairros clandestinos existentes no concelho (e onde habitam 40 mil pessoas) — dando finalmente início ao cumprimento da promessa feita há dois anos, na campanha eleitoral, às populações desses bairros.

E se tudo correr nos conformes acima referidos fica demonstrada não só a validade da tese da cultura como «actividade económica lucrativa» mas também o profundo conteúdo social e solidário desse moderno e inovador conceito.

3 Do alto da sua coluna fixa no «Expresso», Pacheco Pereira fulmina-me impiedosamente. Esmaga-me. Fragmenta-me. Mais: lobotomiza-me. Cruel, crudelíssimo este Pacheco. E ingrato: reconhece e agradece o elogio que lhe faço chamando-lhe velho provocador e a paga que me dá é esta.

Eis-me, assim, despedaçado tentando recuperar e recolocar os bocados de mim mesmo espalhados pelos quatro cantos da casa — um braço além, uma perna ali, um quarto de cérebro



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

política geradora das pobreza e misérias todas que é possível imaginar? Que pode o opaco comentador que sou face a este Pacheco transparente e que, com imponente dignidade e aparato mediático, com um notável saber de experiência feito, sabe bater portas e sair, deixando sempre aberta a nesga necessária para voltar a entrar?

Derrotado me confesso, repito. E por isso a mão à palmatória dou. Pacheco tem razão: neste ano da graça de 1995 já não há provocadores. Há apenas pachecos. Quando muito (mas isto é apenas a minha última linha de defesa), Pacheco é um provocador no bom, positivo e moderno sentido da palavra.

4 António Guterres prossegue a operação de caça ao voto. O secretário-geral do PS desdobra-se em iniciativas políticas, em festas e arraiais, em discursos e sorrisos, silêncios e compungências a que a

grande comunicação social se encarrega de dar a devida projecção, aliás, previamente assegurada.

De entre os jornalistas que o acompanham alguns há que menos do que isso são autênticos panegiristas, adoradores e adutores daquele que julgam vir a ser o «futuro primeiro-ministro». E não há palavra, frase, gesto, olhar, sentimento de Guterres que eles não captem e divulguem ao País.

Estes repórteres, digamos assim, encontram sempre e sempre que necessário a pessoa certa para fazer a afirmação que convém. É voz corrente que Guterres fala com grande desenvoltura de tudo o que não sabe? Logo se descobre um cavalheiro que profere a frase que há-de dar título grande à notícia: Guterres «sabe do que fala». Alguém espalhou que se o PS for governo «vai tirar as pensões de reforma»? Logo aparece «um popular» a oferecer a Guterres a possibilidade de

dizer ao jornalista de serviço, (com aquele ar de seriedade que às vezes põe e que até parece postição) que tal boato «é um crime contra a verdade». Há uma senhora que providencialmente manifesta o seu «receio de que o PS não tenha maioria absoluta e faça uma coligação com o PCP»? Ao receio, que dir-se-ia encomendado, responde Guterres vendendo o peixe podre do «voto útil» do PS em tal tom de voz que exige notícia destacada. E por aí adiante... e de tal forma que já há quem diga que um dos grandes problemas futuros de António Guterres será o de arranjar as assessorias de imprensa que bastem para pagar o meritório trabalho que lhe está a ser prestado.

Acontece que por vezes o zelo informativo destes entusiásticos repórteres é excessivo e difundem o que, se calhar, era para ser ouvido apenas por quem está presente no momento.

Estou em crer que há-de ter sido isso que se passou com a transcrição da seguinte pomposa e transparente afirmação de Guterres: «Quem tem o apoio da população não tem dificuldade em juntar milhares de pessoas sem gastar um único tostão.» Ó engenheiro, por favor, poupe-nos: «sem gastar um único tostão»? Então e os 15 mil contos de despesas da caravana? (Aqui para nós: são mesmo só 15 mil?) Então e os apoios da Telecel, TMN, Skoda, Nissan, não custam dinheiro? Não são dinheiro?

Ai não que não custam! Ai não que não são!



acolá, os outros três quartos acolí — «subindo pelas paredes acima», descendo pelas paredes abaixo, eu sei lá. Inutilmente. O texto de Pacheco ostenta uma argumentação sólida e à prova de tudo, compacta, sem uma brecha. É, além disso, um texto a abarrotar de modernidade, temperado de fina ironia, fervilhando seriedade, borbulhando rigor, tostado de cultura, arrotando uma honestidade intelectual e política impenetrável. Irresponsável, enfim. Pelo que derrotado me confesso. Com orgulho.

Na verdade como pode o pobre de mim desviar-se do vago orgulho de Pacheco por toda a sua acção passada, presente e futura? Soçobro perante os exemplos insinuados dessa acção digna e vertical que foi a de, sendo Pacheco anticomunista desde o *biberon* até ao *James Martin's*, e tendo como objectivo fundamental combater e destruir o PCP, se ter travestido de comunista — mais comunista-comunista-do-que-todos-os-comunistas e ter integrado um grupelho (ah, esta linguagem arcaica) que fazia do PCP o seu único alvo e que a prestimosa PIDE muito apreciava. Como pode o despedaçado «funcionário do PCP» que sou compreender a grandeza épica deste Pacheco que vem à SIC, corajosamente só, dizer o que ouvimos sobre o Alentejo, a «velha pobreza» e as culpas do PCP nisto tudo? Que hipóteses tem um obscuro cronista como eu de replicar à postura frontal de um Pacheco que se orgulha de ser defensor e responsável por uma

Comunicado da Comissão Política do PCP

Agravam-se os problemas nacionais

Reunida para analisar a situação política e social e dar andamento às tarefas do Partido relacionadas com a preparação da batalha das eleições legislativas de 1 de Outubro, a Comissão Política do Comité Central do PCP tornou público, no passado dia 25 de Maio, em Conferência de Imprensa realizada na Soeiro Pereira Gomes, o Comunicado que hoje transcrevemos. O camarada Jerónimo de Sousa, que apresentou o documento, começou por sublinhar que "apesar das manobras de diversão e branqueamento do PSD, das quezílias internas e das manobras de aparente distanciamento e desresponsabilização de Cavaco Silva, continua a acentuar-se o agravamento dos problemas nacionais".

1 O desemprego continua a crescer. São já os próprios organismos oficiais a reconhecer a nível estatístico que o número de desempregados ultrapassou os 430 mil. Tal como o PCP previu, o anunciado plano de incentivos à criação de emprego amplamente propagandeados pelo executivo do PSD/Cavaco Silva só beneficiou algumas empresas que, com prejuízo da Segurança Social, se limitam a adquirir mão-de-obra subsidiada e, mais do que criar emprego, promovem a rotatividade dos postos de trabalho nalguns casos com penalização e despedimentos de trabalhadores contratados a prazo.

O esgotamento do Fundo Social Europeu divulgado pela Comunicação Social e particularmente a atribuição de quase 50% das verbas disponíveis a dois bancos, um deles o BCP, tristemente célebre pela discriminação de admissões que faz às mulheres trabalhadoras, é revelador da forma como se processa a formação profissional.

2 A Comissão Política debruçou-se também sobre a gravíssima situação dos agricultores portugueses. Os problemas decorrentes de acidentes climáticos enxertaram-se na ruínoza política agrícola do Governo do PSD. Particular evidência para a inexistência de uma política de água (expansão da área de regadio, onde sobressai o atraso na construção do Alqueva) e para a política de seguros, onde, à privatização das seguradoras do sector público, reconduzindo o seu funcionamento à lógica exclusiva da rentabilidade financeira, se somou a manutenção de uma legislação desajustada e inoperante. Relembra-se que o oportuno projecto de lei de seguro agrícola, apresentado pelo PCP, foi recusado na Assembleia da República pelo PSD.

O PCP, preocupado com a passividade e hesitações do Governo, sublinha a urgência de um completo levantamento oficial dos prejuízos, com a colaboração das associações de agricultores e autarquias locais. O PCP, que já fez propostas concretas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, renova a necessidade da declaração das áreas mais atingidas como zonas de calamidade pública, e da mobilização, pelo Governo, de meios nacionais e comunitários para uma resposta atempada e suficiente à gravidade da situação.

A Comissão Política considera inadmissível o processo iniciado pelo Governo para concretizar a sua inaceitável legislação para o Douro, de que o PCP já requereu a ratificação na Assembleia da República. O Governo, não satisfeito com o atentado perpetrado contra a Casa do Douro, favorecendo os interesses das multinacionais exportadoras e reforçando a sua própria tutela por via do Insti-

tuto do Vinho do Porto, acaba por violar a sua própria legislação ao impor um Presidente da Comissão Instaladora do organismo interprofissional, sem ouvir a região.

A Comissão Política manifesta a sua preocupação pela situação vivida no sector leiteiro, onde se ameaçam os produtores com reduções dos preços à produção (nalguns casos já concretizadas), com o Governo sem tomar as medidas necessárias, particularmente face às crescentes e volumosas importações de leite, à gestão das quotas e ao apoio à recolha e concentração do leite em zonas do interior e/ou serranas com custos elevados.

3 A Comissão Política do PCP, no momento em que se ultima a concretização da primeira fase da privatização da Portugal-Telecom (PT), reafirma a sua denúncia do enorme escândalo que esta constitui.

Os valores-base das acções para a privatização apontam para uma avaliação situada entre os 475 e os 589 milhões de contos, valores que são cerca de metade do referido por alguns consultores internacionais.

O conjunto das principais empresas do universo da PT foi avaliado nos últimos anos em valores entre os 1000 e os 1300 milhões de contos, mais recentemente a consultora James Capel Europe fazia a avaliação em 1000 milhões de contos e o próprio presidente da administração da PT, Luís Todo Bom, no Expresso de 3/12/94, declarava que o valor da empresa se situava num valor intermédio entre os 800 e os 1000 milhões de contos.

Face a estes elementos o valor agora anunciado, que é ainda mais baixo que os já anunciados 650 milhões de contos que a *holding* Comunicações Nacionais tinha proposto ao Governo é inaceitável. O escândalo do processo em curso aumenta quando se sabe que o valor actual foi sugerido pelo consórcio colocador das acções em que está inserido o Grupo Espírito Santo, e que não só é colocador das acções no mercado de capitais, como foi avaliador e é também parte interessada na compra de acções, ganhando em todos os tabuleiros.

Aquilo que começa a ser anunciado como o êxito da privatização da PT não é mais do que um enorme esbulho ao Estado e à comunidade. Um duplo esbulho pela subavaliação e pela retirada do património público de lucros anuais de muitos milhões de contos (só em 1994 a empresa alcançou 23,1 milhões de contos de lucro).

O PCP reafirma a sua oposição a este escandaloso negócio e responsabiliza o PSD promotor do processo e o PS apoiante silencioso mas activo, pelas nefastas consequências que tem para o interesse e a soberania nacional, o serviço público e os interesses dos trabalhadores.

4 A Comissão Política considerou que o recuo do Governo em relação ao decreto sobre as obras por administração directa pelas autarquias só foi possível devido à denúncia, ao protesto e à luta dos trabalhadores das autarquias, do STAL e dos eleitos que assim evitaram mais desemprego e os consequentes prejuízos para as populações.

5 Reafirmando as preocupações já transmitidas ao Presidente da República e a denúncia expressa publicamente pelo Secretário-geral do PCP na passada segunda-feira, a Comissão Política do PCP salienta que a vaga de nomeações de assessores e outros quadros dos gabinetes ministeriais para empresas públicas, sendo um indistigável sinal do pessimismo eleitoral do PSD, constitui sobretudo uma vergonhosa manifestação de clientelismo e de utilização para fins partidários e pessoais dos cargos e funções do Estado pela qual têm de ser responsabilizados directamente Cavaco Silva e Fernando Nogueira.

6 A Comissão Política do PCP chama a tenção para o gravíssimo significado político que decorre do reiterado acolhimento, pelo Secretário-geral do PS, da velha, condenável e abusiva identificação estabelecida por Cavaco Silva e pelo PSD entre maioria absoluta de um só partido e «estabilidade».

O PCP relembra que durante os últimos oito anos, não apenas os comunistas, mas também outros sectores democráticos incluindo destacados responsáveis do PS, sempre combateram tal mistificação, sempre a consideraram uma vergonhosa perversão de princípios e critérios básicos da democracia e sempre denunciaram a tese cavaquista de que só com a primeira maioria absoluta do PSD, Portugal teria acedido à «normalidade democrática».

A este respeito, o PCP considera oportuno insistir em duas ideias fundamentais:

- a primeira é de que, em geral a estabilidade democrática e em particular a própria estabilidade governativa podem no regime democrático-constitucional português ser igualmente asseguradas mesmo sem maioria absoluta de um só partido;

- a segunda é de que, inversamente à experiência dos governos do PSD que, em nome da estabilidade governativa, desenvolveram uma política de desestabilização social, económica, política e institucional, é na natureza objectivamente estabilizadora de uma nova política que residirá o mais importante factor de estabilidade democrática.

O PCP renova a sua séria e fundamentada prevenção de que, por detrás da ambição da maioria absoluta exibida pelo PS e da sua lamentável cópia das concepções e argumentos de Cavaco Silva, o que se esconde, sob o manto diáfano das promessas de diálogo, é o desejo de ficar com as mãos livres para o desenvolvimento de uma política que, nas questões decisivas, seria flagrantemente idêntica à do PSD.

7 A Comissão Política sublinhou a intensa actividade do Grupo Parlamentar do PCP tanto no plano legislativo como no contacto com os trabalhadores e as populações.

A Interpelação ao Governo sobre os direitos socioeconómicos dos trabalhadores, com audição de cerca de cem representantes de organizações de trabalhadores, o agendamento do projecto de lei que visa actualizar as pensões e indemnizações aos sinistrados do trabalho e a apresentação de um Projecto de lei que propõe a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas correspondem a sentidas e urgentes reivindicações dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

8 Sublinhando a elevada capacidade de iniciativa e o patente dinamismo que estão caracterizando a intervenção das organizações do PCP e das estruturas da CDU, a Comissão Política do PCP salienta a importância e alcance da grande Jornada Nacional da CDU que, sob o lema «Juntos, para dar a volta a isto!», se traduzirá, nos próximos dias 2, 3 e 4 de Junho, na realização em todo o país de centenas de acções de diálogo e contacto directo com a população, para divulgação das propostas da CDU e para a ampliação da forte corrente de opinião que crescentemente reconhece na CDU a esquerda necessária para uma nova política e para uma verdadeira mudança democrática.

24.5.95



Álvaro Cunhal ENTREVISTA AOS «QUADERNI COMUNISTI»

no número de
MAIO/JUNHO
de

O Militante

Preço
200\$00

Jornadas Parlamentares do PCP

Uma acção sem paralelo em defesa dos trabalhadores

Uma acção relevante em todos os planos da sua actividade, que não tem paralelo no quadro dos partidos com assento parlamentar, quer no plano da produção de iniciativas, quer ao nível da sua afirmação no combate à política de direita e pela emergência de uma política alternativa, eis, em síntese, um dos traços a reter da intervenção do Grupo Parlamentar do PCP na Legislatura que, dentro em breve, conclui quatro anos de trabalhos na Assembleia da República.

Apurado nas suas Jornadas Parlamentares realizadas segunda e terça-feira em Lisboa, que assumiram sobretudo uma pública prestação de contas da sua intervenção, este balanço baseado em dados objectivos não pode deixar de conferir fortes razões aos deputados do PCP para, a três semanas do final do seu mandato, como sublinhou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhos, terem a consciência tranquila por haverem cumprido e honrado os compromissos assumidos perante os eleitores.

Todos os indicadores são a este respeito concludentes, quer em termos absolutos, quer relativamente às restantes formações partidárias, bastando referir, como chamou a atenção na sua intervenção de abertura o presidente do Grupo

comunista, Octávio Teixeira, que das 906 iniciativas parlamentares com origem nos deputados, 42 por cento foram da responsabilidade do PCP, enquanto o PS contabilizou 36 por cento e o PSD não foi além de apenas 15 por cento.

Mas se esta acção desenvolvida quotidianamente pelos deputados comunistas sob a forma de iniciativas legislativas, requerimentos, inquéritos parlamentares ou outros instrumentos regimentais assumiu um enorme significado, não menos importante foi o próprio conteúdo político dessa intervenção, enquanto, por um lado, expressão institucional das reclamações e aspirações populares, e, por outro, instrumento de combate às políticas de direita e afirmação de um projecto alternativo.

À luz deste procedimento deve, aliás, ser interpretada a proposta anunciada por Octávio Teixeira aos jornalistas no encontro que serviu para dar a conhecer as conclusões das Jornadas, e que ontem mesmo foi formalizada na conferência de líderes parlamentares, no sentido de ser agendado o projecto do PCP que prevê a redução para 40 horas do horário de trabalho, proposta esta que corresponde de resto a uma promessa eleitoral

feita em 1991 por vários partidos, incluindo o PSD e o PS. Nota de realce merece ainda o facto de esta acção do Grupo comunista - e daí também a sua acrescida importância, devidamente realçada no decorrer das Jornadas - ter sido desenvolvida numa Legislatura marcada pela mais longa recessão económica do País nas últimas décadas, em resultado de uma política que agravou as desigualdades e os fenómenos de



Octávio Teixeira

Levamos a voz do povo ao Parlamento

(...) É útil recordar que esta legislatura foi enquadrada por uma grave deterioração da vida económica do País, pela mais longa recessão económica que Portugal viveu nas décadas mais recentes, pelo aumento acelerado e permanente do desemprego, pelo agravamento das desigualdades e pelo avolumar dos dramas e exclusões sociais, pela instalação na sociedade portuguesa de um clima de permanente instabilidade social e de crescente insegurança dos cidadãos.

Nunca como durante os últimos quatro anos o País assistiu ao medrar impune da corrupção, do clientelismo e da promiscuidade obscena entre decisões governamentais e interesses particulares do poder económico, bem patente, por exemplo, no escandaloso processo de entrega do BTA a Champalimaud e na decisão há dias anunciada sobre a Petrogal, decisão não menos escandalosa e que, aliás, não compreenderemos que possa vir a ser promulgada.

Igualmente durante estes últimos quatro anos se assistiu a uma estratégia de violação de direitos fundamentais dos cidadãos e de instituições, nomeadamente com a utilização sistemática das polícias de intervenção contra os trabalhadores e estudantes e com as actuações ilegais e infiscalizadas do SIS, transformado numa autêntica polícia secreta ao serviço dos interesses político-partidários do Governo.

No âmbito da actividade da Assembleia da República, a legislatura que em breve chegará ao fim foi geralmente marcada pela acentuação das práticas hegemónicas e de cariz autoritário da maioria do PSD, em todas as áreas da actividade parlamentar.

Designadamente na marcação das ordens do dia do Plenário, na generalizada rejeição liminar das iniciativas legislativas das oposições, e em particular do PCP, independentemente da sua validade e oportunidade, na aprovação acrítica e subserviente de todas as propostas governamentais, na obstrução à realização de inquéritos parlamentares e na desvirtuação das conclusões dos poucos que se realizaram.

Mas também com a regular multiplicação de polémicas adjacentes, da chicana política, visando no essencial distrair as atenções de aspectos centrais da vida política, económica e social do País. Prática esta, aliás, em que o PSD pôde contar, objectivamente, com a colaboração activa do Grupo Parlamentar do PS, demasiadas vezes sobrepondo a política-espectáculo ao debate das múltiplas questões e problemas carentes de soluções.

Foi neste quadro global que se desenvolveu a actividade do Grupo Parlamentar do PCP, e cujo balanço se me impõe sintetizar.

Em termos quantitativos, as estatísticas parlamentares não deixam margem para dúvidas sobre a capacidade e o empenhamento demonstrados pelos Deputados comunistas durante esta legislatura.

No âmbito das iniciativas legislativas apresentadas como no que concerne aos requerimentos, aos inquéritos parlamentares, ou a quaisquer outros instrumentos regimentais, a actividade do Grupo Parlamentar do PCP apresenta um balanço claramente positivo, quer em termos absolutos quer relativamente aos restantes Grupos Parlamentares, em particular os do PS e do PSD.

Por todos os indicadores quantitativos, refira-se que das 906 iniciativas parlamentares originadas nos deputados durante a legislatura, o PCP foi responsável por 42% dessas iniciativas, enquanto o PS contabiliza 36% e o PSD é o autor de apenas 15%.

Mas é evidente que o balanço último da actividade do nosso Grupo Parlamentar tem de ser perspectivado, essencialmente, na vertente do conteúdo político da sua acção.

Também nesta perspectiva temos de concluir pelo balanço muito positivo da actividade e da acção do Grupo Parlamentar do PCP.

Em primeiro lugar, porque foram os deputados comunistas que mais consistentemente deram voz e expressão institucional às legítimas aspirações dos trabalhadores e de outras camadas sociais, aos justos descontentamentos e protestos populares, às manifestações de largas camadas do nosso povo por uma alteração política que dê satisfação às suas necessidades e conduza a uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária.

As questões sociais, o desemprego, as baixas pensões de reforma, o combate às desigualdades e injustiças sociais, à limitação dos direitos dos trabalhadores e à degradação do regime democrático, a política económica e o combate à recessão, marcaram permanentemente o núcleo central da intervenção e da acção do Grupo Parlamentar do PCP.

Apresentámos iniciativas legislativas com propostas adequadas à solução dos problemas que se colocam ao País e aos cidadãos.

Sujeitámos à ratificação parlamentar os decretos governamentais de efeitos mais negativos e propusemos inquéritos parlamentares sobre actuações mais criticáveis do Governo, nomeadamente no âmbito do escuro processo de privatizações.

Levamos à Assembleia da República as lutas e os protestos da população ofendida e injustiçada por medidas e políticas de direita, promovemos o debate e assumimos a defesa dos direitos dos trabalhadores sujeitos à prepotência e à incúria do patronato, do Governo e do PSD. Como igualmente o fizemos em relação às lutas

dos estudantes, dos agricultores, dos pescadores ou dos utentes da Ponte «25 de Abril».

Em segundo lugar, porque o Grupo Parlamentar do PCP não apenas fez oposição clara ao Governo e ao PSD como, permanentemente e sem reservas, combateu globalmente a política de direita e as suas opções fundamentais, apresentando-se com uma postura e um projecto efectivamente alternativos.

Ao contrário de outros, designadamente do PS e do CDS/PP, que posicionando-se embora como opositores ao Governo não combateram, antes corroboraram, com muitas das suas políticas e orientações. Foi o que sucedeu, por exemplo, com a tentativa de

revisão constitucional visando a subversão do sistema eleitoral e a eliminação da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, com todo o nefasto processo de privatizações; com a atribuição aos latifundiários de 60 milhões de contos por lucros cessantes e com as negociatas do Governo com os ex-monopolistas como nos casos da Lisnave e do BTA. Foi o que sucedeu, ainda, com a opção e o processo de ratificação do Tratado de Maastricht que tão negativas consequências tem tido para a economia e a sociedade portuguesa, e com os xenófobos Acordos de Schengen. Aliás, e a este respeito, só por oportunismo político se pode

entender que o eng. Guterres se declare agora «europreocupado» e que o dr. Manuel Monteiro se manifeste contra os acordos de Schengen quando é verdade que todos os diplomas legais como ele relacionados, entre Abril de 1992 e Fevereiro de 1995, mereceram o voto favorável do CDS/PP.

E é o que se passa ainda com o financiamento dos partidos políticos por empresas, com os limites às despesas eleitorais, com as subvenções vitalícias a titulares de cargos políticos e com a recusa da exclusividade de funções para os deputados, matérias em que PSD, PS e CDS/PP se orientam pela mesma cartilha.

Em suma, ao findar a actual Legislatura, ao apresentarem aos portugueses o Balanço da sua actividade durante os últimos quatro anos, os Deputados Comunistas e o PCP apresentam-se com a consciência tranquila de haverem cumprido e honrado os compromissos assumidos perante os eleitores.

(...)

Será este o caminho que o Grupo Parlamentar do PCP continuará a trilhar, sem quaisquer hesitações. No imediato como no futuro.

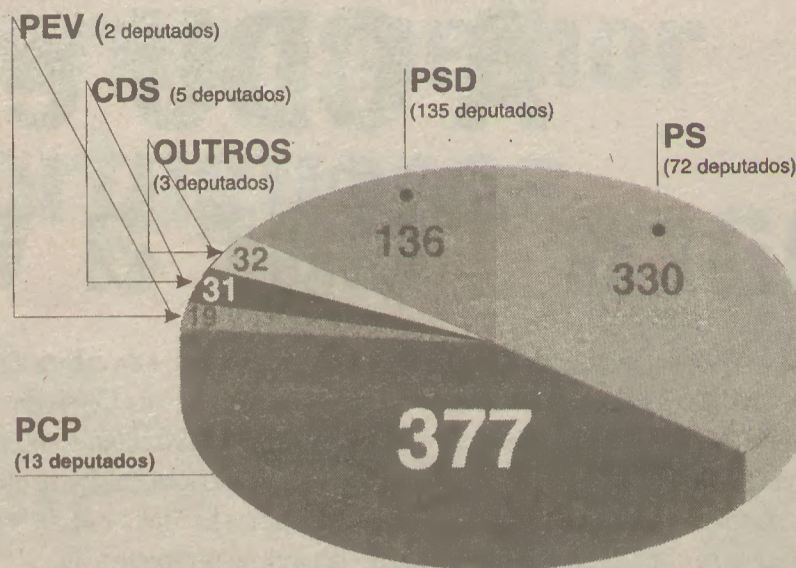
e do País

exclusão social, destruiu grande parte da estrutura produtiva, favoreceu a reconstrução dos grupos monopolistas, alimentou a corrupção e o clientelismo e violou direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos.

Em síntese, para utilizar as palavras com que Octávio Teixeira sumariou a actividade da formação a que preside, "levámos a voz do povo ao Parlamento, combatemos as políticas demonstradamente inadequadas, desmontámos as operações

politiqueiras e as de mera propaganda fraudulenta, apresentámos e defendemos um conjunto articulado de propostas que dão corpo a um projecto político de esquerda, claramente alternativo ao do PSD, que defende a legalidade democrática e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que preserva o ambiente e o património e apoia a cultura, que combate a corrupção e o clientelismo, que promove a recuperação económica, o desenvolvimento e a justiça social".

Iniciativas Parlamentares por partido político



Dados da VI Legislatura, de Novembro de 1991 a 30 de Abril de 1995

Carlos Carvalhas

Derrotar o PSD

Mudar nas palavras e nos actos

Realizamos estas Jornadas Parlamentares numa altura em que as diversas forças políticas já se encontram em pré-campanha eleitoral. Realizamo-las por três razões essenciais:

1º Porque entendemos que, sem deixarmos de prestar a atenção à preparação do acto eleitoral, tudo devemos continuar a fazer nas instituições e fora delas para conter e derrotar a nefasta política do PSD no plano económico e social, bem assim como os seus actos de desespero e as suas medidas de clientelismo e favoritismo que se tenderão a acentuar.

2º Porque pensamos que até ao fim da legislatura devemos continuar a empenhar os nossos esforços no sentido de pressionar o Governo a dar resposta às justas reivindicações e aos problemas mais agudos e urgentes.

3º Porque esta é também uma boa altura para prestarmos contas perante a opinião pública do nosso trabalho na Assembleia da República, de mostrarmos assim com factos, com dados objectivos e com clareza que honramos os nossos compromissos com o eleitorado, que demos voz aos desprotegidos e aos injustiçados e que tudo fizemos contra as posições do poder absoluto do PSD e daqueles que privilegiam a política-espectáculo, para que a Assembleia da República debatesse os reais problemas que afectam o povo e o país.

Nós nada temos a esconder e, enquanto outros tudo farão para que seja esquecido o que votaram, o que defenderam ou apoiaram ao longo dos últimos quatro anos, nós, pelo contrário, temos todas as razões para lembrarmos e para fazermos com que não seja esquecido tudo quanto o Grupo Parlamentar fez em defesa dos interesses populares e nacionais.

Porque é certo e sabido que outros vão agora descobrir os dramas que percorrem o mundo do trabalho e ensaiar uma fingida preocupação e solidariedade com os problemas dos trabalhadores, mas nós na Assembleia da República e fora dela, podemos legitimamente invocar o apoio e a solidariedade de todos os dias prestados à luta dos trabalhadores e à resistência e protesto contra a política de direita.

Porque outros de agora em diante até prometerão o contrário do que sempre fizeram, votaram e defenderam na esperança de passado Outubro, poderem tranquilamente regressar à política de concentração da riqueza, mas o Grupo Parlamentar e o nosso Partido na sua actividade geral, apresentando medidas concretas e propostas inovadoras e correspondentes aos novos desafios, podem legitimamente orgulhar-se do património de coerência e verticalidade da sua acção passada, das suas propostas e intervenção no presente e o seu projecto de futuro.

Assim até ao fim do mandato denunciaremos o clientelismo e o amiguismo, a utilização dos dinheiros públicos e do aparelho de Estado para fins partidários. Ainda agora ralharam as comadres e ficou-se a saber a verdade, quanto à responsabilidade do PSD e do PS na nomeação das respectivas clientelas políticas para lugares da Função Pública e em empresas públicas. Uma vergonha em que se fica a saber que tanto fez Pedro, como faz agora Paulo!

Infelizmente também neste aspecto são mais as semelhanças do que as diferenças.

Continuaremos a insistir em que é preciso apoiar e defender a produção nacional, em apoiar e defender as actividades produtivas e em penalizar as actividades especulativas e parasitárias.

Continuaremos a pressionar o Governo para que se deixe de demagogias e dê resposta à situação aflitiva em que vivem muitos deficientes, reformados, pensionistas e idosos e para que se os agricultores e trabalhadores agrícolas vejam diminuídos os seus prejuízos em consequência das geadas e da seca.

O nosso país não pode continuar a assistir à liquidação das pescas e da agricultura, à desvitalização da sua indústria, à substituição da produção nacional pela produção estrangeira, ao saque do sector empresarial do Estado e à entrega de alavancas fundamentais da economia aos centros de decisão externos.

Por isso vamos continuar a empenhar os nossos esforços até ao fim do mandato na defesa de medidas e de uma política que respeite quem trabalha, que combata o desemprego, as injustiças e desigualdades sociais e que garanta uma vida melhor para os portugueses.

A melhoria do poder de compra das populações é não só um factor de justiça social, mas também um factor de dinamização de toda a actividade económica nacional.

É uma evidência que a crise não é para todos e que a chamada retoma é só para alguns.

Por isso temos que continuar a insistir que é preciso acabar com uma política que olha os direitos sociais como um inimigo a abater e como um encargo insuportável para a sociedade, que se desresponsabiliza das suas funções sociais no campo do ensino, da saúde e da habitação e que procura fazer das carências e sofrimentos da população, um campo cada vez mais extenso para chorudos lucros e negócios privados.

Assim na Assembleia da República e fora dela tudo devemos continuar a fazer para que engrosse cada vez mais a corrente dos que pensam que é tempo de uma nova política, que considere os direitos sociais - à saúde, à educação, à segurança social, como indispensáveis à dignidade dos cidadãos e ao próprio progresso e desenvolvimento de Portugal.

E não podemos deixar que o debate sobre a transparência - que coloca de fora as privatizações, os Fundos Estruturais e a utilização dos sacos azuis ministeriais - sirva de cortina de fumo para que não se debatam os graves problemas do país. A transparência tem que atingir toda a vida pública, desde as negociatas, por exemplo, da privatização da Petrolgal e da Telecom, à custa do património público, passando pelos sacos azuis dos gabinetes ministeriais e pelas nomeações dos compadres e comissários políticos até à total desgovernamentalização do Estado.

Tem de se avançar corajosamente na moralização da vida pública e no aprofundamento da democracia política.

Os direitos e liberdades dos portugueses e das portuguesas têm de ser integralmente respeitados. A democracia não pode ficar à porta das empresas. É necessário fortalecer a democracia política e ampliar as formas de democracia participativa. Portugal precisa de mais democracia e não de menos democracia. Portugal não está condenado à governamentalização do Estado, nem está condenado ao atraso e à dependência.

Também o desemprego e a precariedade, as desigualdades sociais, a corrupção, a insegurança, a droga, a criminalidade crescente, não são uma fatalidade. A acentuada degradação da segurança e tranquilidade das populações constitui, hoje em dia, um dos aspectos mais graves da perda de qualidade de vida das populações.

As milícias antidroga são a mais clara acusação a uma política desestabilizadora e irresponsável e uma clara demonstração de como é errada a política de encerramento das pequenas esquadras, e como foi errado que o PSD com o seu poder absoluto na Assembleia da República tivesse rejeitado as nossas propostas legislativas sobre

esta matéria. É necessário sublinhar que o policiamento preventivo e eficaz, a interligação entre as polícias e as comunidades, o combate à criminalidade, a defesa das populações e dos direitos dos cidadãos, são hoje incontornáveis exigências da sociedade portuguesa.

Nós não aceitamos, nem alinharemos no conformismo, na resignação ou na demagogia.

É neste campo de confrontar o PSD com as suas promessas, com as suas promessas eleitorais feitas em 1991, por Aníbal Cavaco Silva e que se encontram nos folhetos eleitorais tais como: «a criação das regiões administrativas»; «a intensificação do combate à corrupção, à criminalidade económica e ao tráfico de droga»; «o reforço da eficácia e dos meios de intervenção das forças policiais»; «a manutenção de um elevado nível de emprego e a expansão do investimento nacional e estrangeiro»; «a melhoria do nível de vida dos nossos agricultores, modernizando as condições de exploração da terra», etc., etc., e teremos também de confrontar aqueles que agora prometem tudo a todos, mas depois no concreto mal se distinguem da política económica e social levada à prática pelo Governo.

E no tocante a promessas e a medidas pré-eleitorais, não pode passar também sem um comentário o chamado programa de turismo da terceira idade a ter início a partir de Outubro, isto é, após as eleições e agora anunciado.

Em vez de se começar pelo aumento das pensões de reforma e pelo aumento das participações dos medicamentos, o Governo resolveu avançar pela demagogia. O mesmo Primeiro-Ministro que teve a desfaçatez, há seis meses, de proceder à actualização de apenas 30\$00 e 47\$00 por dia nas pensões soci-

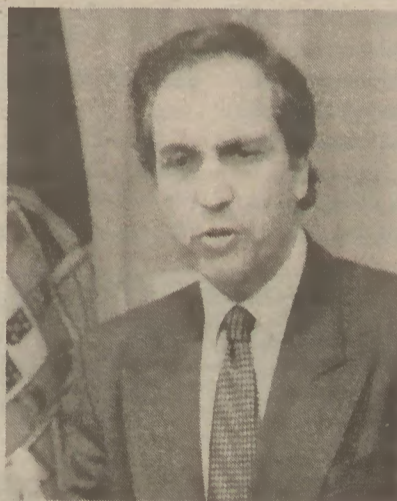
ais e nas pensões mínimas do regime geral, veio agora anunciar com fanfarras um programa que não irá abranger mais de quatro em cada mil reformados na próxima época baixa, o que só por si ilustra o carácter de tal medida e as propostas do Governo do PSD,

É preciso mudar nas palavras e nos actos. É tempo de mudar pela esquerda, assumindo responsabilmente que uma nova política passa pela modernização e desenvolvimento do País, pela mobilização das vontades, recursos e energias nacionais, pelo reconhecimento do valor e dignidade do trabalho como factor essencial de progresso, pelo reconhecimento do Portugal que trabalha, resiste e constrói.

É tempo de acabar com uma política que criou à custa do erário público e de actividades especulativas fortunas meteóricas, mas não assegurou um efectivo desenvolvimento do País. Para que a vida dos portugueses e das portuguesas possa melhorar e para que o País possa vencer as dificuldades, problemas e desafios que tem pela frente, não basta mudar de governo. É preciso ter a coragem e a determinação de mudar de política e de romper com a tutela de Maastricht.

Nós temos essa coragem e essa determinação. Nós assumiremos sem subterfúgios os valores de Abril e os valores de Maio, os valores da esquerda.

E pela concretização desses valores continuaremos a nossa luta, que é a luta por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.



Encontro Distrital de Setúbal

A CDU em força para "dar a volta a isto"!

Com a presença do Secretário-Geral do PCP, *Carlos Carvalhas*, e do cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Setúbal, *Octávio Teixeira*, membro da Comissão Política do CC do PCP e presidente do respectivo Grupo Parlamentar, realizou-se no passado sábado um Encontro Distrital da CDU de Setúbal, iniciativa que fez transbordar o amplo salão dos Bombeiros Voluntários da Moita e abriu caminho a uma vibrante jornada de combate eleitoral, na perspectiva do escrutínio a realizar em 1 de Outubro próximo.

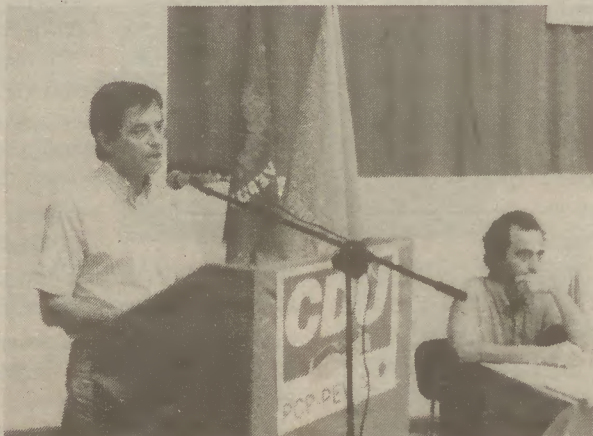
Além dos referidos dirigentes do PCP, usaram da palavra *Francisco Lopes*, membro da Comissão Política do CC do PCP, *Filipa Silva*, pela Juventude CDU, *João Galdes*, em nome da Intervenção Democrática (ID), e *Heloísa Apolónia*, representando o Partido Ecologista Os Verdes.

Na sessão, abriu-se ainda espaço para um período de intervenções da assistência - em geral viradas para a batalha eleitoral do momento -, tendo sido aprovado por unanimidade e entusiasmada aclamação um documento previamente distribuído à assistência, definindo as "Principais Orientações da Campanha Eleitoral da CDU". No final - e extraprograma - houve uma deslocação maciça dos participantes no Encontro ao Pavilhão Municipal de Exposições da Moita.

"Temos uma grande confiança em que é possível avançar, porque a CDU, o PCP e os seus deputados e eleitos autárquicos têm feito um trabalho inigualável na resolução de problemas, na defesa dos interesses do Distrito de Setúbal", afirmou *Francisco Lopes*, membro da Comissão Política do PCP e primeiro orador neste Encontro Distrital. Após assinalar as dificuldades que se vão colocar à CDU nesta campanha eleitoral, dado que "a desproporção de meios financeiros e de acesso à Comunicação Social é enorme", *Francisco Lopes* realçou, igualmente, que "nós, na CDU, também temos pontos fortes a nosso favor: temos o nosso trabalho, as nossas propostas e o nosso projecto, que marcam a diferença e ajudam a decidir o êxito nas próximas eleições". E acrescentou, mais adiante: "Vamos realizar uma campanha baseada nos grandes momentos públicos de apoio à CDU, no esclarecimento e no debate com sessões de esclarecimento locais, uma permanente acção de contacto com as populações", realçando que "a quatro meses das eleições, este Encontro é um marco para uma nova fase da campanha do Distrito de Setúbal, para um arranque mais forte e determinado no esclarecimento, na mobilização do apoio e do voto dos trabalhadores e da população do Distrito."

Seguiu-se a intervenção de *Octávio Teixeira*, cabeça de lista da CDU no Distrito de Setúbal (que condensamos mais adiante), e a de *Filipa Silva*, da Juventude CDU, que afirmou a dado passo: "É fundamental que, na batalha eleitoral que temos pela frente, sejamos claros na atribuição de responsabilidades pela situação que hoje vivem os jovens portugueses." Após identificar a responsabilidade inequívoca do PSD, considerou que "o País precisa de uma nova política, que se exige radicalmente diferente. E é nas propostas da CDU que os jovens se revêem", acrescentou, finalizando: "Temos ainda um grande desafio pela frente, o combate ao apartidarismo e demonstrarmos aos jovens que não somos todos iguais: nós, na CDU, somos diferentes e temo-lo demonstrado nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu!"

João Galdes, em nome da Intervenção Democrática (ID) e após assinalar a confluência do PS com a política seguida pelo PSD, considerou que "a situação em que o nosso país se encontra torna imperioso e inadiável o afastamento do PSD do Governo e a criação de condições para uma alteração radical na política nacional. A CDU afirma que esta alteração é possível e está ao alcance do povo português em Outubro próximo". Mas "não bastará mudar as caras que fazem a política em Portugal", acentuou. "É necessário que a forma de fazer política mude também." E especificou: "Queremos uma maioria nova, que desenvolva uma política nova, de esquerda, que defenda os reais interesses do povo português. Neste quadro, a CDU é a única força política concorrente às próximas eleições em condições de assegurar esta mudança de política."



Octávio Teixeira, cabeça de lista da CDU por Setúbal, apresentou várias propostas para o relançamento socioeconómico deste Distrito

recordando as promessas de mudança prometidas à imprensa pelo "novo" PSD de Fernando Nogueira. Só que a opção de mudança "tem de ser por uma política diferente", afirmou. E é aí "que a CDU faz a diferença, como o fez em toda a legislatura", num combate consequente à desastrosa política do PSD, "uma política fruto de opções tomadas, mas outras políticas são possíveis para o nosso país", asseverou, realçando seguidamente os novos caminhos apontados pelos jovens nas suas lutas, onde "disseram não!" à política cavaquista em questões tão importantes como o emprego, a formação profissional, o ensino ou o associativismo juvenil.

"Vamos rapidamente dar volta a isto!", concluiu, por entre os aplausos da multidão.

Octávio Teixeira: "A aguda consciência de que não se pode perder mais tempo"

Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP, presidente do seu Grupo Parlamentar e cabeça de lista da CDU pelo Distrito de Setúbal, após enumerar as graves dificuldades socioeconómicas que há anos fustigam o Distrito de Setúbal, considerou que "é

necessário, urgente e inadiável dar a volta a isto, para que se possa viver melhor no Distrito de Setúbal, para que os trabalhadores, os jovens e a população do Distrito possam ter mais certezas e menos inquietações perante o seu próprio futuro". E frisou: "É com a aguda consciência de que não se pode perder mais tempo, de que é tempo de mudar, que a CDU e os seus candidatos pelo Distrito de Setúbal se apresentam às próximas eleições legislativas."

Além de ter honrado os seus compromissos com os eleitores na actual legislatura, "a CDU tem projectos e pro-

postas concretas para o desenvolvimento harmonioso e sustentado do Distrito de Setúbal, porque, para a CDU, os objectivos do desenvolvimento são o equilíbrio e coerência sectorial da estrutura produtiva e do crescimento económico" e "fundamentalmente a eliminação do desemprego e a criação de emprego mais qualificado e melhor remunerado, a distribuição dos benefícios do crescimento económico pelas diversas classes e camadas sociais". "Por isso - assinalou mais adiante - a CDU propõe um Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, no âmbito do II Quadro de Apoio Comunitário. Um programa que aposta mais, e fundamentalmente, nos recursos e capacidades endógenas e menos no investimento estrangeiro."

Após desenvolver circunstanciadamente as propostas da CDU para o desenvolvimento integrado da Península de Setúbal com o Litoral Alentejano, *Octávio Teixeira* frisou que "é com a perspectiva de uma profunda alteração da situação actual do Distrito após as próximas eleições, que a CDU, que todos nós nos empenharemos



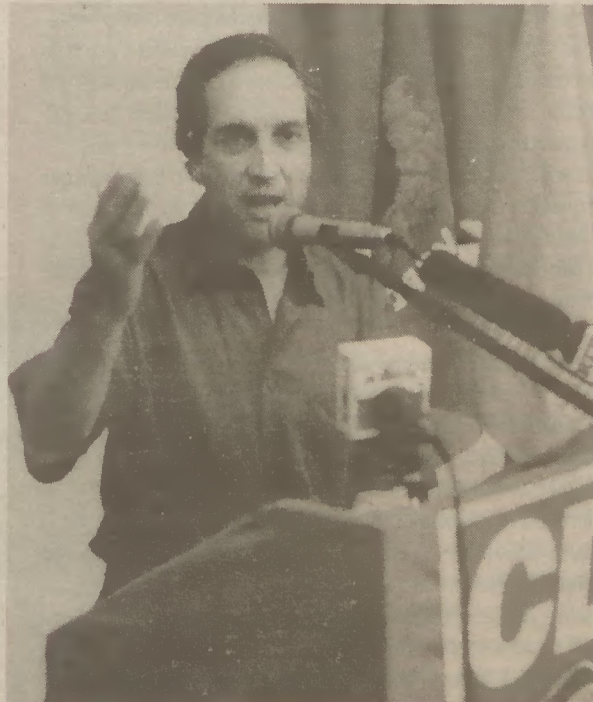
A juventude deu particular animação ao Encontro Distrital de Setúbal

na campanha eleitoral, confiantes na vitória da CDU no Distrito. Para bem do povo do Distrito e de Portugal".

Carlos Carvalhas: "Relançar a economia pelo motor da justiça social"

Afirmou *Carlos Carvalhas*, Secretário-Geral do PCP, a dado passo da intervenção com que encerrou o Encontro Distrital de Setúbal do passado sábado:

"É necessário relançar a economia portuguesa pelo motor da justiça social, o que significa que é necessário acabar com uma política que criou fortunas meteóricas, que engordou os bancos, mas que abandonou e está a destruir o aparelho produtivo do País, que diz querer levar Portugal para o pelotão da frente mas que, na prática, concentra a riqueza, intensifica a exploração dos trabalhadores e esmaga a nossa agricultura, promove o abate da nossa frota de pesca, desvaloriza a indústria e entrega alavancas fundamentais da nossa economia ao estrangeiro."



Carlos Carvalhas produziu um discurso vibrante, que galvanizou a assistência

Mais: "É fundamental relançar a economia portuguesa pelo motor da justiça social, porque o alargamento do mercado interno através do aumento intercalar das pensões e reformas, dos trabalhadores da Função Pública e dos salários em geral, será um factor de dinamização do comércio, do escoamento da produção, do investimento e do emprego."

"É preciso mudar de política - acentuou *Carlos Carvalhas* mais adiante -, uma política de desenvolvimento, que se liberte da tutela das políticas de Maastricht, que se volte para a criação do emprego, para o apoio à produção nacional, que ponha fim ao escandaloso saque do património público que têm sido as privatizações. Escândalo de que agora também são exemplo a Telecom e a Petrogal, o que, só por si, e tendo em conta as nomeações partidárias do sr. ministro das Finanças, poderia levar à reforma urgente e antecipada!"

O Secretário-Geral do PCP apelou ainda à intervenção na campanha eleitoral, ao contacto directo com as populações, ao debate das questões concretas com que as pessoas se defrontam, considerando as próximas eleições como uma batalha de toda a CDU.

Encontro CDU do Distrito de Lisboa

Gente para tornar melhor a vida dos portugueses

O Encontro CDU do Distrito de Lisboa, realizado na passada sexta-feira num hotel da capital, serviu para tornar públicos os nomes que compõem a lista de candidatos da Coligação Democrática Unitária por aquele círculo eleitoral. Na sessão, presidida por Feliciano David, estiveram presentes muitas personalidades que apoiam a CDU, divisando-se muitos nomes conhecidos da cultura, sindicalismo, autarquias, e também universitários, deputados, militares de Abril, etc.

A primeira intervenção coube a Carlos Grilo, do executivo da DORLisboa do PCP, que realçou a importância deste círculo eleitoral para os resultados da CDU nas próximas eleições e fez um apelo à mobilização para que os bons resultados que todos os que ali estavam presentes desejam se concretizem. O mandatário da lista, Jorge Cordeiro, falou da composição daquela. 13 dirigentes sindicais, 12 autarcas e uma elevada qualidade entre os intelectuais e jovens que a compõem foram alguns dos destaques feitos.

Bernardino Soares, da JCP, lembrou o recente Festival da Juventude CDU para dizer que existem boas condições para a mobilização dos jovens em torno da Coligação na próxima campanha eleitoral.

Blasco Hugo Fernandes, presidente da Intervenção Democrática, falou sobre o projecto de sociedade da Coligação, nomeadamente no plano económico, defendendo que o crescimento económico, ao contrário do que tem sido feito, tem de estar profundamente ligado a uma maior justiça social.

Isabel Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», defendeu que a defesa do ambiente e da ecologia não é adversa ao progresso e à história, é antes a única alternativa para se efectuar um real progresso.

Finalmente, Carlos Carvalhas interveio para destacar os cinco grandes

objectivos do programa da CDU: travar os processos destrutivos dos sectores produtivos, aumentar o poder de compra da população, dar maior capacidade ao investimento na ciência e educação, desgovernamentalizar o Estado e colocar Portugal a intervir de outra forma na construção europeia.

Carlos Carvalhas concluiria dizendo que os homens e mulheres da CDU tentam, apenas, dar resposta à seguinte questão: «Como tornar melhor a vida dos portugueses?»



Os candidatos da CDU pelo círculo de Lisboa foram apresentados na sexta-feira

Candidatos CDU ao círculo de Lisboa

— **Carlos Carvalhas** — 54 anos. Economista. Deputado Secretário-Geral do PCP.

— **Luís Sá** — 43 anos. Licenciado em Direito e Mestrado em Ciência Política. Deputado. Membro da Comissão Política do CC do PCP.

— **António Filipe** — 32 anos. Licenciado em Direito. Deputado. Membro do CC do PCP e da Direcção Nacional da JCP.

— **Isabel Castro** — 40 anos. Bancária. Deputada. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

— **Bernardino Soares** — 23 anos. Licenciado em Direito. Da Direcção Nacional da JCP e da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

— **João Corredor da Fonseca** — 56 anos. Jornalista. Membro do Conselho Geral da Intervenção Democrática. Deputado.

— **Alexandrino Saldanha** — 46 anos. Advogado. Bancário. Dirigente Sindical dos Bancários do Sul e Ilhas. Membro do PCP. Deputado.

— **Domingos Lopes** — 45 anos. Advogado. Membro do CC do PCP.

— **Adelaide Alves** — 39 anos. Empregada. Membro da DORL do PCP.

— **António Abreu** — 47 anos. Engenheiro. Membro da DORL e da Comissão Central de Controlo do CC do PCP. Vereador da Câmara de Lisboa.

— **Florival Lança** — 49 anos. Operário metalúrgico. Membro da DORL do PCP. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

— **Daniel Branco** — 50 anos. Engenheiro Técnico. Membro do CC e da DORL do PCP. Presidente da CM de V. F. Xira.

— **Rosa Rabiais** — 42 anos. Empregada. Membro do CC e da DORL do PCP.

— **Demétrio Alves** — 45 anos. Engenheiro Químico. Membro da DORL e da Comissão Concelhia de Loures do PCP. Presidente da Câmara Municipal de Loures.

— **Orlando Almeida** — 51 anos. Engenheiro Agrónomo. Membro da DORL e da Comissão Concelhia da Amadora do PCP. Presidente da Câmara Municipal da Amadora.

— **José Saramago** — 72 anos. Escritor. Membro do PCP.

— **Manuel Garcia Correia** — 42 anos. Electricista. Membro do CC e da DORL do PCP. Dirigente Sindical do SIESI.

— **Helena Seródio** — 46 anos. Professora Universitária. Membro do PCP.

— **João Gerales** — 37 anos. Licenciado em Comunicação

Social. Funcionário Público. Membro da Comissão Directiva da Intervenção Democrática.

— **José Luís Teixeira Ferreira** — 32 anos. Licenciado em Direito. Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

— **António Bogalho** — 37 anos. Operário. Membro da DORL, e da Comissão Concelhia do Sobral. Presidente da Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço.

— **Mário Jorge** — 40 anos. Médico. Presidente do Sindicato Médicos do Sul. Membro do PCP.

— **Arménio Carlos** — 39 anos. Operário. Membro do CC e da DORL do PCP. Da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Lisboa.

— **Inês Fontinha** — 52 anos. Socióloga. Independente.

— **Feliciano David** — 61 anos. Engenheiro. Presidente da Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio. Independente.

— **Manuel Gusmão** — 49 anos. Professor Universitário. Membro do CC, da DORL e da Direcção do Sector Intelectual do PCP.

— **Paulo Sucena** — 49 anos. Professor. Membro do CC e da DORL do PCP. Do Secretariado Nacional da FENPROF. Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

— **José Manuel Mendes** — 54 anos. Escritor. Presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Membro do PCP.

— **Lino Paulo** — 547 anos. Sociólogo. Membro da DORL e da Comissão Concelhia de Sintra do PCP. Presidente da Direcção da «Veredas» — Cooperativa Cultural de Sintra. Vereador da Câmara Municipal de Sintra.

— **António Tremeço** — 48 anos. Operário metalúrgico. Membro da DORL e da Comissão Concelhia da Amadora do PCP. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

— **Célia Portela** — 23 anos. Empregada de Comércio. Membro da JCP. Membro da Comissão Concelhia de Cascais. Dirigente Sindical do CESL. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Secretariado Nacional da Inter-Jovem.

— **Madalena Santos** — 37 anos. Jurista. Da Direcção do Sector Intelectual do PCP.

— **António Sérgio Manso Pinheiro** — 26 anos. Trabalhador/Estudante. Jornalista. Membro do Partido Ecologista «Os Verdes». Eleito na Assembleia Municipal de Lisboa.

— **José António Tavares Cruz** — 58 anos. Economista. Director Bancário. Membro da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP. Vereador da Câmara Municipal de Oeiras.

— **Luís Azevedo** — 70 anos. Advogado. Presidente da Assembleia Geral da Intervenção Democrática.

— **Francisco Agostinho Jesus da Silva** — 50 anos. Engenheiro de Telecomunicações nas Comunicações Nacionais. Da Comissão Nacional do PCP para as Questões da Ciência e Tecnologia e da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP.

— **Manuel Fernandes** — 45 anos. Professor. Membro da DORL e da Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP. Vereador na Câmara Municipal de Torres Vedras.

— **Paulo Jorge Agostinho Trindade** — 41 anos. Jurista. Dirigente Sindical da F. Pública. Membro do PCP.

— **Alice Vieira** — 52 anos. Escritora. Membro do PCP.

— **Álvaro Augusto Diniz** — 41 anos. Economista. Membro da DORL e da Comissão Concelhia de Alenquer. Vereador na Câmara Municipal de Alenquer.

— **Olga Maria Pires** — 41 anos. Professora. Membro da Comissão Concelhia de Mafra do PCP.

— **Fernanda Dias** — 544 anos. Enfermeira. Dirigente Sindical dos Enfermeiros. Membro do PCP.

— **Felicidade Montoito** — 64 anos. Operária reformada. Dirigente do MURPI. Membro do PCP.

— **Artur Malheiro** — 53 anos. Técnico de Informática. Membro do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa do PCP. Membro da Coordenadora das CT's da EDP e da CIL.

— **Rosa Saúde Coelho** — 42 anos. Operária Metalúrgica. Membro da Comissão Concelhia de V. F. Xira do PCP. Dirigente Sindical dos Metalúrgicos de Lisboa.

— **Miguel Santinho** — 25 anos. Estudante. Membro da DORL do PCP e do Executivo da Direcção Nacional da JCP; eleito na Assembleia Municipal de Sintra.

— **Albertino Flores Santana (Sá Flores)** — 55 anos. Escritor. Membro da Assembleia de Representantes das Associações de Cegos e Amblíopes Portugueses. Membro do PCP.

— **Maria Jacinta Vital** — 34 anos. Professora. Membro da Comissão Concelhia de Cascais do PCP.

— **João Chambel** — 24 anos. Estudante. Membro da Comissão Central do Ensino Superior da JCP e Presidente da Mesa da Reunião Geral de Alunos do ISEG.

— **Cid Simões** — 64 anos. Técnico de Comunicações. Membro da Comissão Concelhia da Azambuja do PCP. Vereador na Câmara Municipal de Azambuja.

— **Beatriz Nogueira Matias** — 56 anos. Psicóloga. Membro do Conselho Geral da Intervenção Democrática.

— **Abel Ribeiro** — 38 anos. Sociólogo. Membro da Comissão Concelhia de Arruda do PCP. Vereador na Câmara Municipal de Arruda.

O leitor

Não é de norma publicarmos uma carta tão extensa, como a que nos enviou o nosso camarada Manuel Lima, de Lisboa, datada de 25 de Abril último. O interesse da mesma, porém, levou-nos a preencher esta secção com esse texto que a seguir transcrevemos

Os valores comunistas e uma política para o emprego

Ao que parece, há cada vez mais pessoas que se vêm convencendo de que o capitalismo não encontra resposta duradoura para essa magna questão que dá pelo nome de direito ao emprego — designadamente na dupla acepção que considera o emprego como ausência de desemprego e ocupação algo gratificante das capacidades humanas no trabalho produtivo em favor do próprio e da sociedade.

Anos atrás, ainda muito tinham esperança de que esse problema, à parte os pontos baixos dos ciclos económicos, se havia de circunscrever aos países ditos não desenvolvidos. A evolução verificada nas últimas duas décadas, porém, veio dramaticamente desmentir tal crença. A ponto de se poder afirmar que o desemprego/emprego representa hoje uma questão central do ponto de vista político. Qualificados porta-vozes do sistema — a Comissão da CEE, agora UE, é só um exemplo —, já o entenderam, tendo passado nos últimos anos a dar-lhe crescente atenção, obviamente ao nível do discurso. (...)

A discussão, nos dias de hoje, do problema do emprego não pode repetir os contornos da análise que se fez em épocas passadas, visto que entretanto emergiram profundas mudanças tecnológicas e organizacionais na economia capitalista, sem prejuízo de esta ter mantido a sua natureza exploradora.

Esta convicção levará compreensivelmente muitos de nós a preocuparem-se com a obtenção de informação caracterizadora da situação actual, seja respeitante a Portugal seja em relação ao conjunto da economia europeia e mundial.

Nada tenho a opor a tal preocupação, antes pelo contrário sou dos que afirmam que essa informação actualizada é indispensável à formulação de novas propostas políticas. Para todos, incluindo também os comunistas.

Salvo atitudes demagógicas ou voluntaristas que pretendam reduzir o problema do emprego a mera ocupação de um «posto de trabalho», sem real atenção ao conteúdo desse trabalho, talvez não seja errado conceber que a complexidade do problema aumentou, ou pelo menos os termos em que se coloca a sua análise. Partilho deste ponto de vista, entendendo que não é por o problema ser mais complexo que nos devemos afastar da sua abordagem. Se a análise se tomou mais complexa, o que parece recomendável é colocarmos em cima da mesa de discussão muitas, senão todas, as verdades a que eventualmente julgávamos ter chegado sobre a questão.

A adopção de tal método de abordagem pelos comunistas, que preconizo, conduzir-nos-á inevitavelmente aos valores que em última análise defendemos, nos quais se fundamentam os nossos ideais ou que se confundem mesmo com estes.

Ora a respeito de valores, será adequado lembrar que não partiremos do zero.

Neste contexto, ganha enorme oportunidade chamar a atenção para uma palestra de Óscar Lopes, intitulada *As Mãos e o Espírito*, incluída na obra do autor *Uma Arte de Música e Outros Ensaios*, editada em 1986 pela Oficina Musical — Porto.

Não vou aqui comentar aprofundadamente o texto da palestra, apesar do prazer que isso daria. Respiço somente duas sentenças como que para servirem de aperitivo.

«A história do homem na Terra pode dizer-se que principia com um diálogo entre a mão e

o cérebro» é como Óscar Lopes abre a palestra, em que mais à frente considera: «A ciência e a técnica estão em constante conversa, e só existem graças a essa conversa. Ou, empregando o estribilho desta palestra: o espírito e as mãos dependem vitalmente um do outro.»

Cabe esclarecer que, com tal palestra, Óscar Lopes pretendeu intervir no Movimento dos Partidários da Paz contra o armamento nuclear, facto que poderá suscitar dúvidas acerca do meu critério de trazer o texto à discussão do problema do desemprego/emprego. Não se trata de um capricho, antes o faço em virtude de estarmos em presença de um texto pleno de reflexões e ensinamentos para o objectivo explicitado pelo autor, mas, penso eu, igualmente muito rico para a abordagem de outros problemas da Humanidade, particularmente por parte de quem perfolha os ideais comunistas.

Por exemplo, como essa redutora (e afinal falsa) dicotomia do trabalho manual versus trabalho intelectual pode passar a ser revista em função da leitura deste texto de Óscar Lopes! (...)

Insisto em que o problema do desemprego/emprego é crucial nos dias de hoje e a sua discussão aprofundada bem pode evidenciar a urgência de se considerar a necessidade de se transformar radicalmente a organização económica vigente no sentido do socialismo, já que o mesmo não é redutível a mera questão técnica que esteja ao alcance dos técnicos economistas resolverem. Por isso falo de abordagem ampla, que vá mesmo até aos valores primeiros que perfolhamos.

Esta sugestão faz-me reflectir em outro problema que atravessará o nosso colectivo. Oigo frequentemente a opinião de que há escassa produção teórica no PCP, e não serei eu a negá-lo. Mas também não pode deixar de nos preocupar a fraca difusão do que existe. Ainda por cima, como é notoriamente o caso, quando se trata de um exemplo de como mesmo as questões muito complexas podem ser tratadas em linguagem acessível.

A começar pelo autor, que bem pode vir a considerar excessiva esta minha sugestão de se ler *As Mãos e o Espírito* (já agora, a propósito, não seria possível ao «Avante!» editar o texto em separata?) por causa de uma discussão alargada do problema do emprego, outros poderão achá-la pouco feliz por menos adequada.

A essa eventual reacção deixem-me contrapor: terá sido só o facto de tal palestra se inscrever no Movimento dos Partidários da Paz contra o armamento nuclear que, após publicação do texto pela Livraria-Editorial Divulgação, levou a PIDE a prender Óscar Lopes e a incriminá-lo em julgamento levado a efeito em 1956-57?

São conhecidas muitas estórias de decisões disparatadas da PIDE no campo da cultura e não disponho de qualquer elemento que me indicie não ter havido no caso a ocorrência de qualquer equívoco. Reconheça-se, porém, que neste caso assistiam à PIDE razões para estar preocupada: Óscar Lopes não se limitava a perfilhar ideias progressistas, antes lhes dava corpo por exemplo em palestras como *As Mãos e o Espírito* que realizou em 1954 no Sindicato dos Empregados de Seguros do Porto. A prisão e as perseguições posteriores não foram todavia suficientes para impedirem a realização de uma tão notável obra como a que o autor vem realizando.

Ponto, a começar pelos comunistas, é que dela saibamos tirar proveito.

O PCP e as mulheres trabalhadoras

No dia 1 de Abril, mais de uma centena de quadros reuniram-se na Soeiro Pereira Gomes para debater quais as formas de acção e organização que permitam ao Partido o reforço da sua ligação às mulheres trabalhadoras. Tendo participado no debate, considero que é indispensável continuá-lo em todo o Partido e também através das páginas do «Avante!», pelo que aqui deixo um pequeno contributo, ciente de que as dificuldades são muitas. Mas os comunistas estão habituados a enfrentá-las e ultrapassá-las.

Em relação aos problemas que se colocam à participação da mulher e ao reforço da sua ligação ao Partido, é evidente que temos uma caracterização clara da situação presente, das suas causas e dos seus efeitos.

Sabemos que a maioria dos problemas deriva em grande parte da política de direita conduzida pelo Governo do PSD: aumentou as discriminações de todo o tipo; aumentou o desemprego (140 000 mulheres), a precariedade e a insegurança atacam a família através de uma desastrosa política social; não tem uma política correcta de ordenamento do território; não assegura uma rede de jardins de infância e de ensino pré-escolar que facilite a vida às mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, a maior capacidade de organização partidária e unitária situa-se em sectores industriais, da administração pública e dos serviços bancários/seguros que têm vindo, entretanto, a diminuir o número de trabalhadores efectivos.

Os sectores com maior incidência de emprego feminino são, para além da Administração Pública, os seguintes:

* Limpeza	89,7%
* Serviços Sociais	76,1%
* Têxteis	69,1%
* Hotelaria	54,6%
* Comércio Retailista	48,3%

São sectores muito disseminados por milhares de locais de trabalho e onde a organização do Partido e do movimento sindical são mais frágeis.

Outro aspecto a ter em conta é que cerca de 40% das mulheres trabalhadoras têm até 35 anos. Significa isto que, quando do 25 de Abril, tinham menos de 15 anos, vindo pois ao mercado de trabalho no período de recessão revolucionária com o capital na defensiva e com a precariedade como regra no emprego. Este é o escalão etário onde o Partido e o movimento sindical têm mais dificuldades de penetração. No movimento sindical, por exemplo, verifica-se este dado: de 185 dirigentes sindicais mulheres apenas 37 têm menos de 35 anos.

Face a este quadro, a questão que se coloca é: como intervir para minorar as dificuldades e reforçarmos a nossa influência política?

Em primeiro lugar, é essencial que consigamos transmitir às trabalhadoras tudo o que

têm a ganhar com uma mudança de política, e mostrar que a solução dos seus problemas está à esquerda.

Em segundo lugar, é necessário afirmar o PCP como o Partido que ao longo da sua história sempre se bateu pela igualdade e pela emancipação da mulher, que luta no presente pela concretização do seu projecto emancipador para a sociedade portuguesa e que acompanha esta acção com a apresentação de leis que a Assembleia da República aprovou e de que se destacam: o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego; protecção e defesa da maternidade/paternidade; a que garante à criança hospitalizada o direito de ser acompanhada pelos pais; à mulher grávida o direito ao acompanhamento pelo futuro pai, durante o trabalho de parto; o direito ao planeamento familiar; a exclusão de ilicitude à intervenção voluntária da gravidez; protecção às mulheres vítimas de violência.

Continua a ser necessária divulgar às mulheres trabalhadoras as leis que consagram importantes direitos seus. Mas é necessário também informá-las sobre qual o partido que tomou a iniciativa para a elaboração e aprovação dessas leis: o PCP.

As células do Partido terão que reflectir sobre as medidas mais adequadas para o aumento da participação das camaradas mulheres a todos os níveis da sua estrutura. Os comunistas que intervêm no movimento sindical deverão dar particular atenção à sindicalização das mulheres trabalhadoras que integram o escalão etário até aos 35 anos e à promoção e formação dos quadros jovens. E como medida fundamental para chegarmos à maioria das mulheres, é necessário uma linha de acção geral do Partido que se traduza em todas as áreas do nosso trabalho: nas células do Partido; no trabalho sindical; no trabalho autárquico; na informação partidária, particularmente no «Avante!» e no «Militante», nos boletins de sector, de célula e de freguesia; na informação sindical e autárquica, etc.; na Assembleia da República.

Se o fizermos penso, que, a prazo, teremos o coração de cada vez mais mulheres a «bater à esquerda», com a importância decisiva que isso terá no reforço do Partido, no avanço da luta e da democracia no nosso país.

■ Carlos Chaparro



A caravana do «António»

■ Carlos Gonçalves

Os vinte e poucos dias da caravana de Guterres pelo país estão a aproximar-se do fim e são agora mais claros os elementos e objectivos que enformam esta grande encenação do aparelho do PS.

Um aspecto que chama a atenção é a antecipação que assume esta digressão, relativamente à campanha eleitoral propriamente dita.

As explicações para esse facto aparecem difusas em declarações dispersas de responsáveis do PS, mas tudo somado e ponderado ressalta que foi decisiva a preocupação de, a quatro meses da batalha das campanhas, «corrigir a imagem» do «candidato a primeiro-ministro», fazê-lo aparecer mais «credível» e menos superficial, mais «governamentalizável» e menos oposicionista, mais «afirmativo» e menos negativista, mais «dialogante» e menos sabichão, mais «António» e menos Guterres.

Das razões desta opção dos «engenheiros de imagem» e estrategos da campanha eleitoral do PS, adivinha-se, antes de mais e obviamente, que a imagem do produto Guterres não se afigura capaz de alcançar a quota de mercado pretendida, o que significa que, na assumida tentativa de ganhar as «áreas de eleitorado» que têm derivado entre PS e PSD, não se trata de alterar políticas, mas sobretudo de conseguir embrulhar as mesmas políticas na imagem melhor produzida do «primoministeriável» do PS.

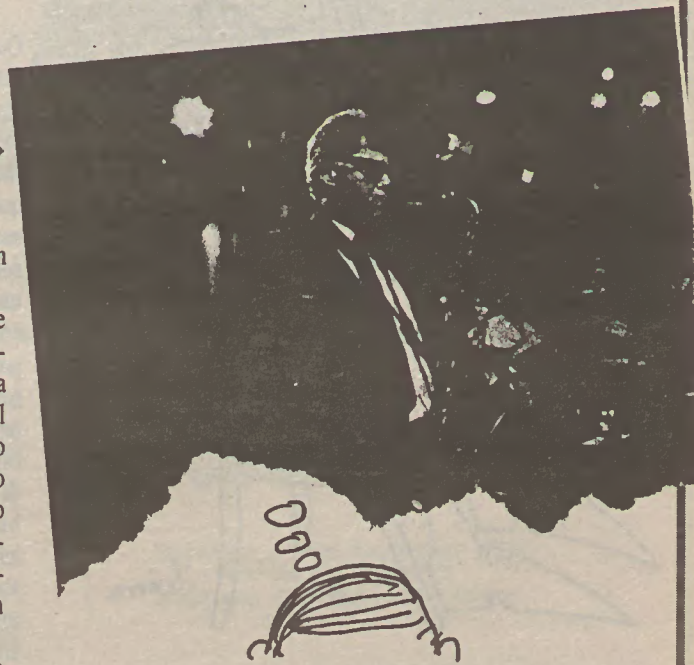
Neste caso, trata-se de «popularizar» o Guterres em «António» e de ir buscar aspectos da imagem laboriosamente inventada para Cavaco ao longo de dez anos - «competência», «pragmatismo», «autoridade» e «postura de Estado» - e de os colar com

cola de cartaz ao dito «António», num faz-de-conta que já tem um pé no palácio de S. Bento.

Uma outra razão relevante da antecipação da tournée de «António» parece ser a tentativa de aproveitar algumas dificuldades que as afinações de imagem e tática eleitoral e a rotação de «nomenclatura» estão a motivar no PSD para, tal e qual diz a primeira das leis do Marketing («mais vale ser o primeiro do que ser o melhor»), se afirmar como o primeiro dos «candidatos a Primeiro-Ministro», procurando por outro lado que não se discuta o real valor das propostas das diversas forças políticas nas eleições para a Assembleia da República que, é útil recordá-lo, é o que efectivamente está em causa.

A caravana do «António», com recurso a todo o tipo de meios sofisticados e espectaculares de propaganda, de transporte e comunicações, de arregimentação de apoiantes e de elaborada e absoluta mediatização e espectacularização do seu desenvolvimento, segue de perto esquemas utilizados na campanha de Clinton, tal e qual os «estados gerais» tinham imitado as convenções dos partidos do elefante e do burro dos «States».

Desta forma, o PS visa fixar a imagem do «António» na opinião pública, procura impor a «bipolarização» artificial da vida política, busca impingir uma despudorada fulanização da campanha eleitoral, que começa no próprio PS, onde das três centenas de candidatos que hão-de compor as respectivas listas só se conhece o «António», e tenta a sujeição da vida política e dos «media» ao critério do «facto político» fortuito e marginal, mesmo que seja a utilização do dialecto mirandês ou de um qualquer traje regional.



A caravana do grande Circo Americano do «António» percorre o país num circuito guiado pelos apoios dos autarcas do PS - bom seria que todos estritamente legais. Com meios poderosíssimos e recurso a todas as técnicas da política-espectáculo, que custam bem mais que os assumidos 15 000 contos, como se infirma dos assumidos «acordos mutuamente vantajosos» com empresas financiadoras, procura condicionar antecipadamente o quadro de opções dos portugueses, para que escolham entre o sim e o sim senhor, entre o verso e anverso da mesma política, entre o PS e o PSD.

Mas muita água vai ainda correr debaixo das pontes até às eleições e o circo do «António» não impedirá, para grande parte do nosso povo, uma atenta ponderação. Ao PS falta o fundamental, falta-lhe uma nova política efectivamente alternativa ao PSD e não haverá encenação, caravana ou circo americano que altere esta realidade.

O Episcopado angustia-se...

■ Jorge André

O discurso impossível

A hierarquia católica vai revelando estar seriamente preocupada com as dificuldades que experimente ao tentar fazer passar a mensagem da igreja institucional. Isto, embora o episcopado domine indirectamente o núcleo principal dos órgãos da comunicação social. Os bispos concluem, agora, que é o seu próprio discurso que se encontra deslocado face a uma humanidade à qual a igreja declara querer dirigir-se.

Longe vão os tempos em que ao clero bastava recordar as fórmulas penosamente decoradas nas aulas de Retórica dos velhos seminários. O povo escutava submissamente e, se é verdade que nem tudo os pregadores diziam poderia entender, levava as suas dúvidas à conta da sobrenatural densidade dos Mistérios Divinos, área onde apenas os padres tinham acesso.

Esta situação já não existe. Despidos da antiga dignidade patriarcal que os transformava em árbitros de todas as questões, os sacerdotes católicos proferem, agora, as suas homilias perante assembleias atentas que registam e analisam cada uma das suas declarações e procuram distinguir a mensagem que estimula a fé e o diálogo, do texto sectário e repetitivo que a consciência social recusa e põe à margem.

Estes aspectos particulares dos grandes problemas da igreja institucional deixam a hierarquia seriamente embara-

çada. Como avançar com um certo tipo de comunicação, aparentemente conciliar, entre a «igreja-fortaleza» e o mundo, sem que com isso se altere uma polegada da tradicional política de sigilo eclesial? Como falar na instituição da igreja e nos escândalos que nela surgem a cada passo, sem comprometer estruturas que são a chave da poderosa organização eclesial?

Os dilemas com que os bispos deparam não parece admitirem respostas satisfatórias. Mas, acontecimentos recentes, bastantes numerosos, revelam que a hierarquia está atenta à gravidade do problema. Escolhamos alguns.

A Conferência Episcopal Portuguesa alertou o povo católico para o alarmante crescimento dos problemas sociais no país real, do desemprego à falta de segurança pública, ao abandono das terras ou à progressiva destruição do tecido familiar. Tratou-se de uma denúncia de certo modo inesperada que é justo receber-se com sérias reservas. É que esta situação corrosiva a que a hierarquia, finalmente, se refere, levou anos e anos a instalar-se entre nós, sempre sob as vistas complacentes da igreja institucional. Agora, quando várias forças políticas e sociais procuram, à pressa, forjar novos discursos, o episcopado católico não se furta a essa tendência. Mas quando julga estar a dizer coisas novas, apenas

fala em termos de recuperação de imagem e continua a usar uma linguagem epidérmica e socialmente não empenhada.

Também em Leiria, dirigindo-se aos padres locais, o bispo diocesano recordou-lhes, um tanto desabridamente, que «as nossas homilias não são entendidas por cerca de 90% dos nossos fiéis» o que deveria urgentemente conduzir, na opinião de D. Serafim, a uma reformulação da linguagem eclesial. O bispo, dando voz a uma forte corrente do episcopado, reclamou a mudança formal do discurso eclesial mas nada mais. O que este grupo de opinião pretende é que os sacerdotes continuem a dizer, de forma mais acessível ao povo, o que até aqui disseram.

Simultaneamente, no Vaticano, João Paulo II divulgou uma mensagem pastoral sobre a guerra, nomeadamente sobre a II Guerra Mundial. Na linguagem ambígua deste papa, a agressão nazi transformou-se em «catástrofe» e, esta, em «amarga impressão» para a igreja. As culpas do Vaticano na cobertura da ascensão do fascismo foram rigorosamente omitidas. Foi um discurso escapista que falseou a história.

Outros acontecimentos menores, ocorridos durante breves dias, poderiam ser citados como exemplos da forma anárquica como o episcopado católico tenta encontrar um discurso actualizado: os padres de Lisboa que colocam segurança nos templos à frente do direito colectivo das populações à segurança pública; a insensatez com que os bispos se permitem criticar a comunicação social por não ter prestado grande atenção à encíclica «Evangelium Vitae», carta pastoral que nada veio acrescentar ao que já se conhecia; e o recente comportamento demagógico de bispos destacados, como os dos Açores ou de Setúbal — um, «descobrimo», subitamente, que afinal, no Arquipélago, há verdadeira miséria; o outro, lamentando-se que «o PSD não gosta de mim...», facto que o não impediu de confraternizar, dias depois, com Fernando Nogueira, na zona socialmente crítica do Vale do Ave.

Para a hierarquia portuguesa, todas as alternativas para um novo discurso parecem inaceitáveis. Com uma única excepção: a de, eventualmente, a igreja regressar ao discurso evangélico e conciliar, despojado, humilde, dialogante e incondicionalmente de opção pelos mais pobres.



PONTOS CARDEAIS



Os sossegados I

“Ainda não é este ano que podemos ignorar o Partido Comunista Português”, lamenta o “analista” Pedro Rolo Duarte, na “Visão”. Apesar de reconhecer que “a CDU está arredada dos grandes debates” e

de a sua importância ser “menosprezada pelos analistas”, Duarte avisa Guterres de que irá ficar com a “espinha de Carvalhas na garganta”. Crítica à política de direita? Críticas ao PSD? Propostas dos comunistas? Duarte passa sobre tudo isso como gato sobre brasas.

Ou será que passa sistematicamente pelas brasas quando são os comunistas que tomam a palavra? Mas Duarte não terá que se queixar, uma vez que, fazendo suas as palavras de um outro comentador, o PCP “não tem nada de novo para dizer”, e os comunistas têm “a cassette pronta, com todos os chavões, palavras de ordem, ideias feitas e lugares-comuns”. Lamenta que o PCP “não mudará de nome, nem de tática, nem de discurso”. Mas sossega-se e sossega os seus leitores - os que ainda não se aborreceram com a sua própria cassette anticomunista - afirmando que assim “a nação não correrá perigo”. E confessa que adormece quando ouve as palavras do PCP. O mal dele é sono.

Os sossegados 2

Quem procura também “descansar” os seus leitores quanto à eventual

perigosidade dos comunistas e do seu Partido, é o jornalista Fernando Madrinha. Escrevendo no “Expresso”, vai buscar um argumento de peso - a visita, tão pesada que ainda se fala nela após algumas semanas, da embaixadora dos Estados Unidos ao PCP, onde foi recebida por Carlos Carvalhas. A inquietação foi grande, nas colunas da imprensa e nos canais da outra informação, fazendo esquecer a alguns profissionais outras visitas de representantes de países capitalistas. Porventura por não estarem habituados a ouvir a “voz da América” a dirigir-se a outrem que não a si próprios, segredando-lhes as conveniências da informação. Porventura desagradados com a novidade. O jornalista foi ao ponto de sugerir que o PCP “só à senhora Bagley fez a distinção de surpreender com a presença de câmaras de televisão à

saída da Soeiro Pereira Gomes”. Claro que Madrinha não é frequentador habitual da Soeiro, e se calhar só lhe presta atenção quando a “América” também o faz. Porque avaliar o que “passa” na TV pelas imagens recolhidas pelas equipas de reportagem é uma injustiça que se faz aos jornalistas que cobrem os acontecimentos ligados à actividade dos comunistas e cujas reportagens muitas vezes não chegam a atravessar o pequeno ecrã... Mas depois de mostrar o seu desagrado, Madrinha “sossega” os leitores, com o veneno de um aviso: “Se até a Embaixada dos EUA reconhece o PCP como um partido ‘normal’ e fiável, com que argumentos pode António Guterres recusar uma coligação, se ela se revelar a forma mais expedita de formar Governo em Outubro?” Ficamos a saber que há quem pense pedir autorização lá fora para fazer mudanças cá dentro...

FRASES da SEMANA

“Ainda agora ralharam as comadres e ficaram a saber-se as verdades quanto à responsabilidade do PSD e do PS na nomeação das respectivas clientelas políticas para lugares da Função Pública e em empresas públicas. (...) Tanto fez Pedro como agora faz Paulo.”

☞ (Carlos Carvalhas, nas Jornadas Parlamentares do PCP - «Público», 30.05.95)

“Há dois princípios que uma administração moderna se obriga a respeitar: o da igualdade e o da boa-fé. E esta administração - leia-se Ministro da Justiça - parece-nos que se encontra fora da lei.”

☞ (Manuel de Carvalho, da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária - «Expresso», 27.05.95)

“(Nogueira tem) um mérito: seguir o seu próprio caminho. Um grande defeito: escolher o caminho errado...”

☞ (Santana Lopes - «O Diabo», 30.05.95)

“As declarações de Dias Loureiro, vagas e inócuas (sobre as “milícias populares”), mais pareciam as de um ovni recém-chegado que não percebeu o que está a passar-se à sua volta.”

☞ (José Manuel Fernandes - «Público», 25.05.95)

“Um partido pode ter hoje 130 deputados e, na legislatura seguinte, não ultrapassar os 80. O que vão fazer os 50 deputados que ficaram de fora?”

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 27.05.95)

“O que vão fazer homens e mulheres que, nos últimos quatro anos - pelo menos -, estiveram inteiramente desligados das suas profissões? Para onde irão?”

☞ (idem)

“Desta dúvida resulta que nenhuma pessoa normal, com qualidades profissionais aceitáveis e ocupação estável, querará candidatar-se ao Parlamento.”

☞ (idem)

“Se há tradição arregaçada na minha família é a de que não morremos nem de medo nem de parto.”

☞ (Carlos Candal, deputado do PS, em debate na Assembleia da República)

“O PIB são três milhões de contos...”

☞ (António Guterres, «Último Jornal» - SIC, 30.05.95)

PONTOS NATURAIS

Palavras ouvistas

Guerra

Os americanos declararam guerra económica ao Japão.

(Financial Times, TV2)

Para que se saiba

Na Itália, em quatro bancos, três são do Estado.

(Idem)

Que droga!

O Primeiro-Ministro anunciou em Outubro, na Segunda Semana Europeia, que até ao ano de 94 todos os distritos do país teriam um Centro de atendimento de toxicodependentes e daí para cá não abriu nenhum.

(Dr. Nuno Miguel, Jornal da SIC)

Claro

A Izquierda Unida, controlada pelos comunistas, apoia-se em Júlio Anguita, o Califa Vermelho de Córdoba, uma cidade onde a Esquerda sempre dominou e é apresentada como exemplo e como modelo da gestão municipal.

(Vasco Lourinho, Telejornal)

É já ali

O tratamento da roupa do hospital de Faro é feito em Leiria.

(Novo Jornal, TVI)

Sensibilidade

(Em 1974) verifiquei que o doutor Freitas do Amaral tinha sensibilidade democrática.

(Mário Soares, na SIC)

Frei Tomás

A obrigação dos políticos é servir o povo, antes de servir os seus amigos; servir o povo, antes de servir o seu partido.

(Cavaco Silva, Telejornal, TVI)

Estão a matar o Alentejo

A actividade agrícola em Pias está bastante reduzida. Por isso, também ali o desemprego se faz sentir, o que leva alguns habitantes desta zona a procurar uma alternativa. E emigração temporária é uma das soluções. A Suíça, o destino. Vão todos os anos em Maio para a colheita do morango e do feijão. Ficam lá dois meses, regressam e iniciam nova campanha em Setembro para trabalhar nos pomares.

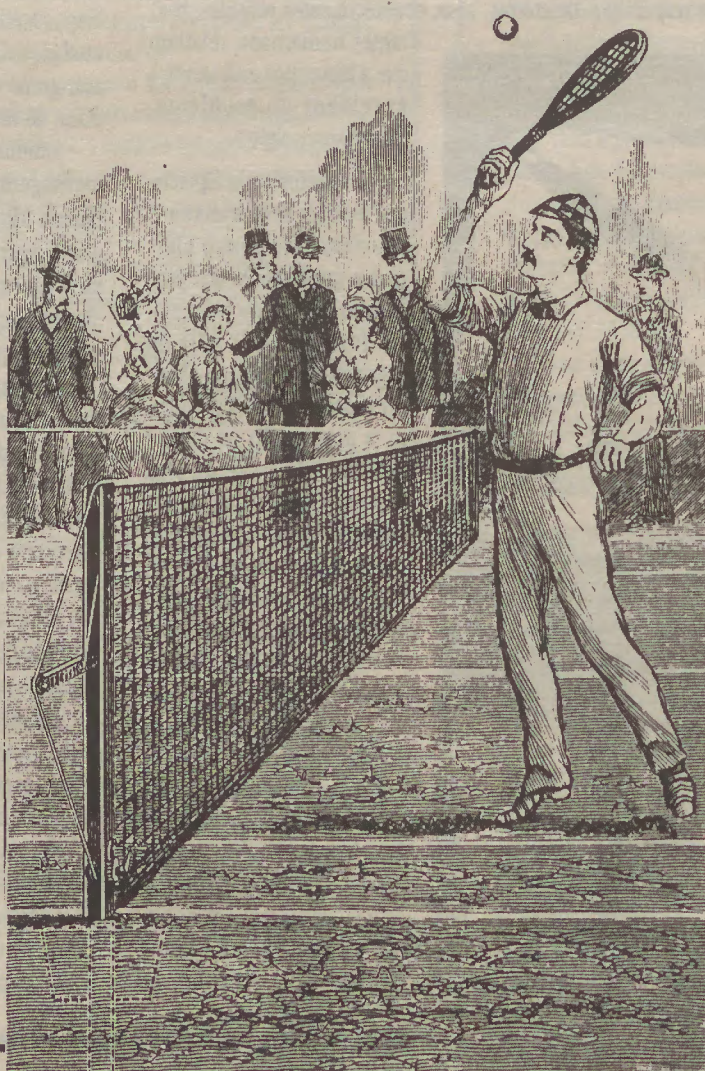
Muitas vezes, o dinheiro recebido já está cativado para pagar as dívidas deixadas na terra.

(...) Hoje, às seis da manhã, cerca de cinquenta pessoas embarcaram com destino a Sion. Muitos sacos e geleiras portáteis, porque até se leva a comida para evitar gastos exagerados.

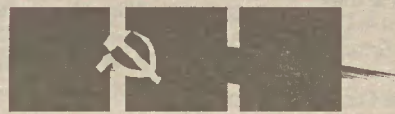
(...) Ficam os filhos, seguem as mães, algumas vezes com os maridos. Separam-se famílias, num ritual que já quase não provoca lágrimas. Noite escura, bagagem guardada, lugares tomados, e lá vão passar 27 horas neste autocarro, estrada fora, para trabalhar num ambiente que não lhes é familiar, ganhar algum, e afinal a vida é isto mesmo. Nas suas caras não há sinais de emoção. Como bons alentejanos, nunca deixarão ninguém entender o que lhes vai lá dentro.

(António Luiz Rafael, Telejornal)

Mário Castro



II^a Assembleia do sector intelectual de Lisboa do PCP



Faculdade de Belas-Artes (ex-ESBAL)

Sábado, dia 3

- Das 10 às 13h e das 15 às 19h30

Domingo, dia 4

- Sessão de encerramento às 12h
com a participação do camarada
CARLOS CARVALHAS

MONTIJO

Sábado e domingo na Montigri

CONVÍVIO ALENTEJANO

Sábado

Torneio de chinquilho; Jantar-convívio e Fados

Domingo

Manhã Infantil; Futebol de Salão; Folclore; Baile

Almoço-convívio

Comício às 18h
com a participação de
Octávio Teixeira

Álvaro Cunhal em Sines e Santiago

O camarada Álvaro Cunhal participa no próximo sábado em várias iniciativas em Sines, onde está previsto chegar cerca das 16h30, iniciando na Av. Vasco da Gama uma pequena visita. Às 17h, terá um encontro no Ginásio Clube de Sines com jovens da JCP e do PCP e jovens activistas da CDU. Às 18h30, visita a exposição de homenagem a José Pacheco, patente no Centro Cultural e pouco depois encontra-se com Reformados na sede da CDU.

A sua estada em Sines terminará com um jantar-convívio, a ter início cerca das 20h no Salão do Povo.

Entretanto, ao fim da manhã (às 13h) estará também presente no almoço-convívio que a organização de Santiago do Cacém promove no Pavilhão Estrela, em Santo André.

CARLOS CARVALHAS

O Secretário-geral do PCP visita hoje, DIA MUNDIAL DA CRIANÇA, as crianças do Bairro das Patameiras, na freguesia de Odivelas, e será recebido na Associação de Moradores do Bairro, cerca das 15h30.

No domingo, dia 4, e a propósito do Dia Mundial do Ambiente, visita, no concelho do Seixal, o Parque Natural das Paivas e participa numa caminhada a bordo da Falua, na Baía do Seixal, que a Câmara Municipal tem em curso de recuperação.

CDU

A Esquerda necessária
para uma nova política

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



• CASTELO BRANCO

Colóquio com Carvalho da Silva, coordenador nacional da CGTP-IN, sobre «Emprego e Desenvolvimento», promovido pela CDU/Castelo Branco: sexta-feira, 2, às 21h, no salão da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

• COVILHÃ

Colóquio com Carvalho da Silva sobre «Emprego e Desenvolvimento», promovido pela CDU: sábado, 3, às 21h30, na Sala da Assembleia Municipal.

• ÉVORA

Plenários de Reformados - em Arraiolos, sempre às 21h00: dia 5 às na JF de Arraiolos, dia 6 nas JFs de Sabugueiro e S. Pedro, dia 7 na JF de S. Gregório; - em Évora: dia 5 na JF de Guadalupe e dia 6 na JF de S. Sebastião da Giesteira, ambas às 21h, dia 7 na JF de Boa Fé, às 17h; - em Portel: na JF de Santana, dia 6 às 17h; - em Montemor-o-Novo: dia 7, às 15h, na JF de S. Cristóvão e na Casa do Povo de Cíborro.

• GUIMARÃES

Visita CDU à freguesia de Guardizela, sábado, dia 3, com a participação de Cândido Capela, Adão Martins e outros eleitos na CM e AM de Guimarães e ainda de António Lopes, do CC do PCP. No final, às 20h, jantar-convívio no Restaurante Soutinho.

• LISBOA

Convívio nos Olivais: sábado, 3, às 13h, no CT do PCP dos Olivais. Sessão de esclarecimento com Reformados e Pensionistas no Salão da Junta de Freguesia de S. João de Brito, com a participação de Areosa Feio: sábado, 3, às 15h.

• LOURES

Encontro CDU de Sacavém, com a participação de Domingos Lopes: hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT do PCP.

Debate em Odivelas: «Os Cidadãos e o Desporto». No Grupo Recreativo dos Pombais, segunda-feira, 5, às 21h30, com a participação do vereador da CDU Paulo Pitira.



PCP-PEV



DOMINGO - 4 DE JUNHO DE 1995
QUINTA DA PIEDADE
PÓVOA DE SANTA IRIA

11:00 - Animação Musical
Jogos Populares

17:00 - COMÍCIO

Com a participação de:

Rosa Saúde

(Membro do Executivo da Comissão Concelhia de V. F. Xira do P.C.P.)

João Corredor da Fonseca

(Membro da Associação ID)

Isabel Castro

(Membro da Comissão Executiva Nacional do PEV)

Álvaro Cunhal

(Presidente do Concelho Nacional do PCP)

Debate com trabalhadores da Junta de Freguesia de Odivelas, com a participação de Fernanda Mateus: terça-feira, 6, às 17h45.

Sessões CDU com Reformados: terça-feira, 6, às 15h, em S. João da Talha, Vale Figueira, Apelação, Bucelas, nos respectivos Centros de Dia; no dia 7, às 16h, em Bucelas, também no Centro de Dia.

• VISEU

Encontro Regional da CDU para discussão das linhas de intervenção na campanha eleitoral e apresentação da lista de candidatos do distrito: domingo, 4, às 15h, no Salão da Ass. Municipal de Viseu (Solar dos Peixotos), com a participação de João Amaral.

TEMPO DE ANTENA



2 Junho

RTP-1

A seguir ao Telejornal

RDP

Após o Jornal das 13 h.

MUNICÍPIOS PELA PAZ,
AMBIENTE E COOPERAÇÃO
MOVIMENTO ZLAN
7º ENCONTRO NACIONAL
LISBOA
HOTEL EMBAIXADOR
2 e 3 de Junho • 1995



Porto

50.º ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA
SOBRE O NAZI-FASCISMO

Exposição no CT da Boavista
Quinta-feira, 1, às 21h30
Inauguração-Debate com
Aurélio Santos, Costa Feijão,
João Fonseca

JCP / Vendas Novas

Festa da Juventude
Rock ao vivo - Baile - Quermesse - Bar
Sábado à noite - No Centro Sociocultural

Assembleias e reuniões de organizações do PCP

AMADORA

III ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE FREGUESIA DA FALAGUEIRA/VENDA NOVA - no Salão da Junta de Freguesia, sábado, 3, a partir das 15h, com a participação do camarada Luís Sá.

- Reunião alargada da Comissão Concelhia da Amadora - terça-feira, 6, às 21h, no Refeitório do Auditório da Câmara Municipal, com a participação do camarada Vitor Dias.

- Debate com Reformados e Idosos da Amadora - quinta-feira, 8, às 15h, no Auditório da CM, com a participação de Maria do Carmo Tavares

CARCAVELOS

Plenário de militantes da organização da freguesia de Carcaveiros para discussão da situação política, tarefas do Partido e trabalho eleitoral: domingo, dia 4, às 15h, no CT de Sasseiros, com a participação do camarada Manuel Correia.

CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia para discussão das eleições legislativas: sábado, 3, às 15h, no CT de Cascais.

FIGUEIRA DA FOZ

Reunião plenária da Comissão Concelhia, alargada a quadros do Partido e activistas da CDU para discussão da situação política e eleições para a AR: hoje, dia 1, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

LISBOA

REUNIÃO DISTRITAL DE QUADROS MULHERES sobre a intervenção das mulheres comunistas na batalha eleitoral - CT Vitória, dia 8, das 18h30 às 21h, com a participação de José Casanova; Plenário de militantes da Organização dos Bancários de Lisboa: terça-feira, 6, às 17h30, no CT Vitória, com a participação de Domingos Abrantes; Reunião de Quadros das freguesias de Encarnação, Mercês e Sta. Catarina: quarta-feira, 7, às 19h, no CT Vitória.

OEIRAS

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE FREGUESIA DE ALGÉS: sábado às 15h no CT de Algés.

Almoço-convívio da organização da freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo: sábado às 13h no CT de Algés; Plenário da organização da freguesia de Oeiras: terça-feira, 6, às 21h, no CT de Algés.

PORTO

«PARA UMA NOVA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO» - encontro promovido pela DORP, com intervenção de encerramento de João Amaral: sexta-feira, 2, às 21h30, no Hotel Tuela.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Reunião de Autarquias, promovida pela Com. Concelhia do PCP, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: sexta-feira, 2, às 21h30, no CT do PCP.

Excursões

Alpiarça

Promovida pela Com. de Freguesia de Cascais: domingo, 4 de Junho

Amadora

Visita organizada ao Museu da Resistência de Peniche com a participação do camarada Dias Lourenço: domingo, 4 (Inscrições no CT da Amadora)

Pateira de Fermentelos

Promovida pela Com. Dinamizadora do CT de Arroios/Lisboa:

Dias 17 e 18 de Junho, com dormida na Estalagem da Pateira (Inscrições: cam. Ivone, tel. 8138119)

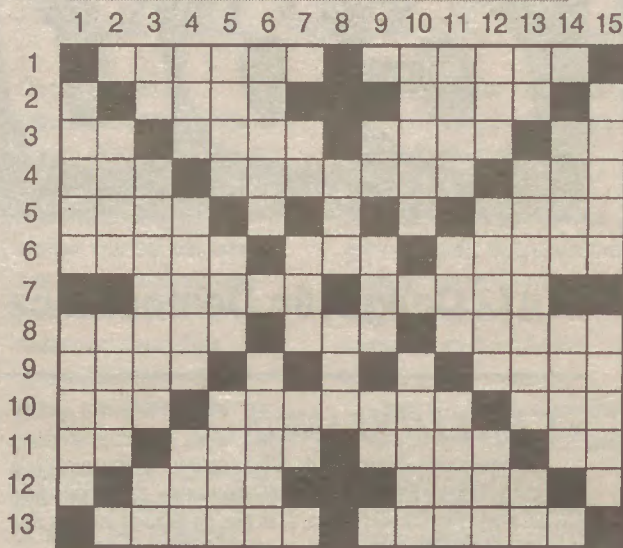
Iniciativas da Associação de Amizade Portugal-Cuba

• Sessão «Martí e a Revolução Cubana», com José Saragamo, Miguel Urbano Rodrigues e Embaixador de Cuba
Dia 8 de Junho às 21h

• Teatro «Espanha. Lorca. Cumplicidades», pelo Intervalo - Grupo de Teatro
Dia 2 de Junho às 21h30 no Palácio Ribamar - Algés

• Viagens a Cuba
Havana-Pinar-Trinidad-Cienfuegos-Guaná; Varadero-Holguim-Guardalavaca-Santiago
Partidas a 21 e 27 de Julho
Inscrições e informações na Associação de Amizade
- Tel. 3857305

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Adicionara; mulher que ama outra pessoa ou é por ela estimada (pl.). 2 - Compartimento principal de uma casa; épocas memoráveis. 3 - Antes de Cristo (abrev.); conjunto dos ramos e das folhas da planta; dás nó em; sexta nota de escala musical. 4 - Nome vulgar do óxido de cálcio; reuniras, num só, dois ou mais números; número divisível por dois. 5 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (pl.); instrumento cortante. 6 - Apanhas pancada; substância doce fabricada pelas abelhas; manifestar riso. 7 - Chama em socorro; foge a. 8 - Preço elevado (pl.); casa de habitação; fluxo e refluxo periódico das águas do mar (pl.). 9 - Lavras com arado ou charrua; salva ou bandeja de metal. 10 - Laços apertados; tornar novo; passa de dentro para fora. 11 - Aquelas; tubo para condução de líquidos; nome de letra «L» (pl.); abrev. de senhor. 12 - Calçado de couro que cobre o pé e a parte da perna; gostei de. 13 - Manobrada os remos; frutos da amoreira.

VERTICAIS: 1 - Simples; passagem natural ou artificial de águas. 2 - Pavimento de uma casa, a nível inferior ao da rua; pequenos círculos. 3 - Décima quarta letra do alfabeto (pl.); tiraras as impurezas com um líquido; nome da letra «B». 4 - Grande extensão de água salgada; batráquios semelhantes à rá; exprime a ideia de comparação. 5 - Fileiras; igreja episcopal ou patriarcal (pl.); fêmea do rato. 6 - Ramalhetes; sofrer uma pena. 7 - Mestre de artes (abrev.); tudo o que prejudica, fere ou incomoda; dificuldade. 8 - Animal vertebrado, com o corpo revestido de penas; espaço de 365 dias ou de 12 meses. 9 - Aquilo que respiramos; compreender a linguagem escrita; observa. 10 - Limites; ocultam. 11 - Raiças; órgão exterior que forma a urina; vara comprida de madeira para impelir na água pequenas embarcações. 12 - Substância que existe no estado gasoso; olhas para; estar. 13 - Pron. pess. equivalente a elas; deixaras de andar; caminhava para lá. 14 - Verniz da china; representa a terceira pessoa gramatical (pl.). 15 - Curas; empreendera viagem.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Bisegre; amêndoa. 2 - Ai; Er. 3 - Fé; almofadas; si. 4 - Amo; Aar; ris; mel. 5 - Caco; razão; mara. 6 - Ara; aos. 7 - Arados; valeta. 8 - Ida; ali. 9 - Pena; falas; agás. 10 - Ita; cor; dás; ais. 11 - Na; colidiram; aa. 12 - Ai; Ac. 13 - Maçaram; amorosa.

VERTICAIS: 1 - Biface; opinam. 2 - Ema; eta. 3 - Só; ocarina; a.C. 4 - Orada. 5 - Gala; Ada; coar. 6 - Rimar; folia. 7 - Ora; Ari. 8 - Cf; Zé; cl; dó. 9 - Ara; adi. 10 - Médio; saram. 11 - Eras, ala, saco. 12 - Moela. 13 - Dó; mastiga; pó. 14 - Ser; aia. 15 - Asilar; assada.

XADREZ

DXIV - 1 DE JUNHO DE 1995

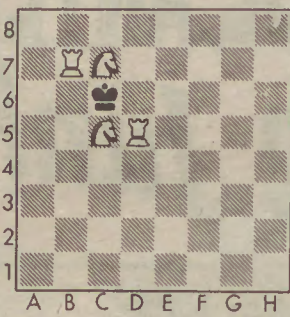
PROPOSIÇÃO N.º 1995X041

Por: BONUS SOCIUS

Manuscrito, Século XIII

Biblioteca Nacional de Florença [N.º 72]

Pr: Rex Solus: Rç6
Br: [4]: Cs. ç5, ç7 - Ts. b7, d5



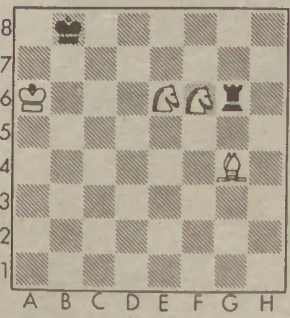
Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X042

Por: HENRI RINCK

L'Alfiere di Re, 1921

Pr: [2]: Tg6 - Rb8
Br: [4]: Cs. e6, f6 - Bg4 - Ra6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXIV

N.º 1995X041 [B.S.]: 1. Tf5 (g5/h5), -, 2. Ca8; 3. Tb6 #

N.º 1995X042 [H.R.]: 1. Cd7+, Rç8; 2. Ra7, R:d7; 3. Cf8+, Rç7; 4. C:g6+, Rf6; Cf8 e g.

A. de M. M.

DAMAS

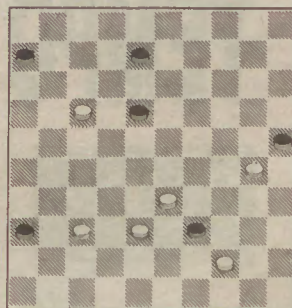
DXIV - 1 DE JUNHO DE 1995

PROPOSIÇÃO N.º 1995D041

Por: G. L. GORTMANS

Londres, 1936

Pr: [6]: 6-8-18-25-36-39
Br: [6]: 17-30-33-37-38-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D042

GOLPE N.º 122

Por: ALBERTO BORGHETTI

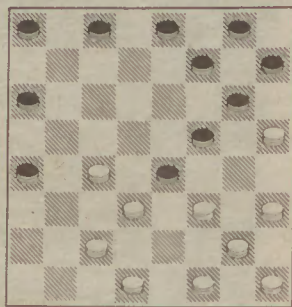
[contra Sandro Maccagni]

[Damasport N.º 6-7-8 Junho/Julho/Agosto, 1961]

1. 11-14, 24-20; 2. 7-11, 20-16; 3. 4-11, 22-18; 4. 10-13, 27-22; 5. 13-17, 22-19; 6. 12-15, 19-12; 7. 8-15, 28-24; 8. 14-19, 23-14; 9. 6-10.

DIAGRAMA

{Pr: [11]: 14-16-18-21-24-25-26-29-30-31-32; Br: [10]: 1-2-3-5-7-9-10-11-15-17 Pr. +}



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXIV

N.º 1995D041 [G.L.G.]: 1. 38-32, (39x50-D)*; 2. 32-28, (25x34); 3. 37-31, (36x27); 4. 28-22, (50x28); 5. 22x2-D, 50x11; 6. 2x25 + N.º 1995D042 [A.B.]: 9. ..., 32-28; 10. 10-19, 24-20; 11. 15-24, 16-12; 12. 7-16, 18-13; 13. 9-18, 21-7; 14. 3-12, 26-21; 15. 17-26, 29-8 +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 1

Jet, O Cavalo Negro

«Dark Horse» (EUA/1992). Real.: David Hemmings. Int.: Ed Begley, Jr., Mimi Rogers, Samantha Eggar, Ari Meyers, Tab Hunter. Cor, 94 min. Drama. (00.55, Canal 1)

SEXTA, 2

O Último a Sair

«The Last to Go» (EUA/1991). Real.: John Erman. Int.: Tyne Daly, Terry O'Quinn, Annabette Gish, Tim Ransom. Cor, 100 min. Telefilme Dramático. (14.30, SIC)

O Império Contra-Ataca

«The Empire Strikes Back» (EUA/1980). Real.: Irvin Kershner. Int.: Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Billy Dee Williams. Cor, 124 min. Ver Destaque. (21.35, Quatro)

Uma Rapariga em Hollywood

«The Extra Girl» (EUA/1923). Real.: Mack Sennett. Int.: Mabel Normand, George Nichols, Anna Hernandez, Ralph Graves. P/B, 69 min. Comédia Dramática. (00.10, TV 2)

Terror Fora de Horas

«Intruder» (EUA/1992). Real.: Scott Spiegel. Int.: Elizabeth Cox, Danny Hicks, David Byrnes, Renee Estevez, Sam Raimi. Cor, 85 min. Ver Destaque. (00.55, Canal 1)

SÁBADO, 3

Tragédia em Três Actos

«Murder in Three Acts» (EUA/1986). Real.: Gary Nelson. Int.: Peter Ustinov, Tony Curtis, Emma Samms, Jonathan Cecil. Cor, 90 min. Policial. (18.20, Canal 1)

O Senhor das Moscas

«Lord of the Flies» (EUA/1990). Real.: Harry Hook. Int.: Paul Balthazar Getty, Chris Furrh, Daniel Pipoly, Gary Rule. Cor, 99 min. Acção / Aventuras. (23.40, TV 2)

Drama

na Primeira Página

«The Story on Page One» (EUA/1959). Real.: Clifford Odets. Int.: Rita Hayworth, Anthony Franciosa, Gig Young. P/B, 118 min. Ver Destaque. (00.30, Quatro)

Complicações Amorosas

«Love at Large» (EUA/1990). Real.: Alan Rudolph. Int.: Tom Berenger, Anne Archer, Elizabeth Perkins, Kate Capshaw. Cor, 94 min. Comédia Romântica. (00.45, SIC)

Galaxina, A Mulher do Ano 3000

«Galaxina» (EUA/1980). Real.: William Sachs. Int.: Stephen Macht, Dorothy Stratten, James David Hinton, Avery Schreiber. Cor, 92 min. Comédia / Ficção Científica. (01.05, Canal 1)

DOMINGO, 4

Perry Mason e o Caso do Vigarista Escandaloso

«Perry Mason: The Case of the Scandalous Scoundrel» (EUA/1987). Real.: Christian Nyby II. Int.: Raymond Burr, Barbara Hale. Cor, 97 min. Telefilme Policial. (16.50, SIC)

O Caminho das Estrelas

«Star Trek - The Motion Picture» (EUA/1979). Real.: Robert Wise. Int.: William Shatner, Leonard Nimoy, DeForrest Kelley, Stephen Collins. Cor, 127 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

Os Olhos Azuis de Yonta

«Udju Azul di Yonta» (Port./Fr./Guiné-Bissau). Real.: Flora Gomes. Int.: Maysa Marta, António Simão Mendes, Pedro Dias, Dina Vaz. Cor, 96 min. Ver Destaque. (a partir das 22.35, TV 2)

SEGUNDA, 5

Crimes do Coração

«Crimes of the Heart» (EUA/1986). Real.: Bruce Beresford. Int.: Diane Keaton, Jessica Lange, Sissy Spacek, Sam Shepard. Cor, 105 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Rosa de Alfama

(Port./1953). Real.: Henrique Campos. Int.: Albert Ribeiro, Mariana Vilar, Alves da Cunha, Henrique Campos, Alves da Costa, Costinha. P/B, 86 min. Melodrama. (21.25, Quatro)

Desafio Total

«Total Recall» (EUA/1990). Real.: Paul Verhoeven. Int.: Arnold Schwarzenegger, Sharon Stone, Rachel Ticotin, Ronny Cox, Michael Ironside. Cor, 105 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

O Exército da Morte

«Puppet Master III - Toulon's Revenge» (EUA/1991). Real.: David DeCoteau. Int.: Guy Rolfe, Richard Lynch, Aaron Eisenberg. Cor, 90 min. «Thriller». (01.15, Canal 1)

TERÇA, 6

Encanto Fatal

«Lethal Charm» (EUA/1990). Real.: Richard Michaels. Int.: Barbara Eden, Heather Loklear. Cor, 90 min. Drama. (14.30, SIC)

A Dor da Verdade

«To Save a Child» (EUA/1991). Real.: Robert Lieberman. Int.: Marita Geraghty, Shirley Knight, Pete Kowanko, Anthony Zerbe. Cor, 97 min. Drama. (21.40, Quatro)

As Diabólicas

«Les Diaboliques» (Fr./1955). Real.: Henri-Georges Cluzot. Int.: Simone Signoret, Vera Clouzot, Paul Meurisse, Charles Vanel. P/B, 112 min. Ver Destaque. (22.45, TV 2)

Inimigos Íntimos

«Ennemis Intimes» (Fr./1987). Real.: Denis Amar. Int.: Michel Serrault, Wanceck Stanczak, Ingrid Held. Cor, 92 min. Drama. (00.40, Canal 1)

Até que a Morte nos Separe

«Now and Forever» (EUA/1983). Real.: Adrian Carr. Int.: Cheryl Ladd, Robert Coleby, Carmen Duncan, Christine Amor, Aileen Britton. Cor, 93 min. Drama. (00.40, SIC)

QUARTA, 7

O Meu Primo Americano

«My American Cousin» (Can./1985). Real.: Sandy Wilson. Int.: Margaret Langrick, John Wildman, Richard Donat, Jane Mortifee. Cor, 92 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

48 Horas

«48 HRS.» (EUA/1982). Real.: Walter Hill. Int.: Nick Nolte, Eddie Murphy, Annette O'Toole, James Remar, Frank McRae. Cor, 96 min. Ver Destaque. (21.30, Canal 1)

O Meu Primo Vinny

«My Cousin Vinny» (EUA/1992). Real.: Jonathan Lynn. Int.: Joe Pesci, Ralph Macchio, Marisa Tomei, Mitchell Whitfield, Fred Gwynne. Cor, 114 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

Absolvição

«Absolution» (Gr.Br./1978). Real.: Anthony Page. Int.: Richard Burton, Dominic Guard, Andrew Keir, Day Bradley, Billy Connolly. Cor, 91 min. Drama. (00.00, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 1

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.40 A Família Trapp
16.05 A Minha Amiga Lúcia
16.30 Série Juvenil
16.55 A Lei das Ruas
17.40 Com a Verdade M' Enganas
18.20 Paixões
19.05 Lotaria Nacional
19.10 Corpo Santo
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.20 Isto Só Vídeo
22.00 Selecção de Esperanças
23.00 Coisas da Vida
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 Jet, o Cavalo Negro
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.00 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 Timewatch
21.00 Magazine - «Ver Artes»
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Enriquecer
23.35 Musical: «Brits Awards 1995»
00.30 Ciclismo - Volta à Itália
01.45 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Buérré Especial Dia Mundial da Criança
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite

Sexta, 2

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.45 A Família Trapp
16.10 A Minha Amiga Lúcia
16.35 Série Juvenil
17.00 A Lei das Ruas
17.45 Com a Verdade M' Enganas
18.25 Paixões
19.10 Corpo Santo
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Concurso 1, 2, 3
23.25 Contos Assombrosos
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 Terror Fora de Horas
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

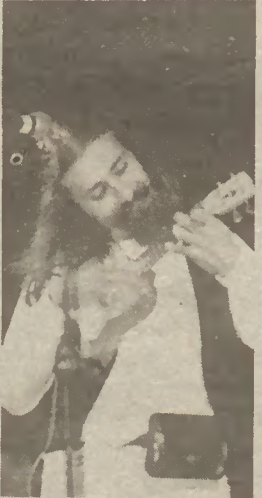
17.05 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 O Mundo em Guerra
21.00 A Roda do Mundo
21.20 Ver Para Ler
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.15 Campeonato de Dança
00.10 Uma Rapariga em Hollywood
(ver «Filmes na TV»)
02.35 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Último a Sair
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide



«Alta Frequência»



Júlio Perelra, sábado, na «Música dos Outros»

Sábado, 3

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Praça de Touros
13.00 Notícias
13.15 Sonhos de Mulher
14.00 Made in Portugal
14.35 Clube Disney
16.05 Eternos Novatos
16.30 As Aventuras de Brisco County Jr.
17.15 Arca de Noé
18.20 Tragédia em Três Actos
(ver «Filmes na TV»)
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-Letónia
22.55 Parabéns
00.45 24 Horas
01.05 Galaxina, a Mulher do Ano 2000
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 Jogo Falado
15.00 TV2 Desporto
19.35 Forum Musical
20.30 Praia da China
21.30 Música dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 O Senhor das Moscas
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buérré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lúcio
18.00 Uma Mulher de Honra
19.00 A Escrava Isaura
20.00 Uma Noite de Sonho
21.00 Jornal da Noite + A Semana
22.15 Big Show SIC
00.20 Último Jornal
00.45 Complicações Amorosas
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Caixa de Perguntas
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.10 Caixa Alta
13.40 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.40 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
18.45 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.20 África Aqui
22.30 Ficheiros Secretos
23.35 Por Trás do Crime
00.05 Últimas Notícias
00.30 Drama na Primeira Página
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 4

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Automobilismo
14.45 Top +
15.50 86-60-86
14.40 A Lei de Burke
16.35 A Grande Pirâmide
17.10 A Lei de Burke
18.00 Polícia à Paisana
(ver «Filmes na TV»)
19.55 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.45 Domingo Desportivo
00.15 24 Horas
00.35 No Calor da Noite

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 Um País de Floresta
14.45 Blanche
15.20 Para Além do Ano 2000
16.00 TV2 Desporto
20.00 Música ao Domingo
21.00 Uma Ponte Sobre Dois Povos
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo - Sob o tema «África» e com inclusão do filme «Os Olhos Azuis de Yonta»

SIC

11.00 Buérré
13.00 Vida Selvagem
14.00 Olho de Falcão
14.50 Norte e Sul
16.50 Perry Mason e o Caso do Vigarista Escandaloso
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Médicos sem Fronteiras
20.00 Assuntos de Família
21.00 Jornal da Noite
22.20 O Caminho das Estrelas
(ver «Filmes na TV»)
00.45 O Senhor que se Segue
01.50 Último Jornal
02.05 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
10.45 O 8º Dia
11.30 Missa
13.35 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.45 Mini Gladiadores
16.30 Babylon 5
17.30 Adultos à Força
18.30 O Poder da Lei
19.25 Telejornal
20.00 Bang-Bang
20.35 Detectives na Onda
21.45 Não te Enerves
22.15 Cluedo
23.15 Últimas Notícias
24.00 Jornal do Mundo

«O Mundo em Guerra»: à sexta na TV2



Segunda, 5

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.45 A Família Trapp
16.10 A Minha Amiga Lúcia
16.35 Hammer, Defensor do Ambiente
17.00 Com a Verdade M' Enganas
17.40 Paixões
18.25 Corpo Santo
19.15 Os Andrades
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 Nico d' Obra
22.00 Zona+ Carlos Cruz
23.30 Caminhada sem Tréguas
00.30 24 Horas
01.00 Remate
01.15 O Exército da Morte
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

13.00 Televendas
14.00 Ténis (Torneio de Roland Garros)
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 Que Família
20.40 Magazine - «Saúde»
21.15 Segunda Parte
21.40 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Teatro - «Inês de Castro»
23.50 Sonho de Comando
00.55 Golo Europa
01.40 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Crimes no Coração
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Desafio Total
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal
00.45 Flash Back

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Marchas de Lisboa
21.40 Rosa de Alfama
(ver «Filmes na TV»)
23.40 TVI Jornal
00.15 Prolongamento
00.45 Dar que Falar
01.40 Novos Ventos

Terça, 6

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.45 A Família Trapp
16.10 A Minha Amiga Lúcia
16.35 Hammer, Defensor do Ambiente
17.00 Com a Verdade M' Enganas
17.40 Paixões
18.25 Corpo Santo
19.10 Os Andrades
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.05 Eferreá
23.00 Prova Oral
00.15 24 Horas
01.30 Remate
00.40 Inimigos Íntimos
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

13.00 Televendas
14.00 Ténis
17.05 Immenhof
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Rotações
20.55 Magazine - «Cinema»
21.30 RTP/Financial Times



Juca Chaves, que dantes fazia rir... com Carlos Cruz esta semana

21.40 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 As Diabólicas
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Alta Frequência
00.55 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Encanto Fatal
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.40 Até Que a Morte nos Separe
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Marchas de Lisboa
21.40 A Dor da Verdade
(ver «Filmes na TV»)
23.40 TVI Jornal
00.10 Jornal de Negócios
00.40 Dar que Falar
02.10 Encontro

Quarta, 7

CANAL 1

08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.35 A Família Trapp
16.00 A Minha Amiga Lúcia
16.25 Acrobatas Detectives
16.50 A Lei das Ruas
17.00 Com a Verdade M' Enganas
17.40 Paixões
18.25 Corpo Santo
19.10 Os Andrades
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 Desencontros
21.30 48 Horas
(ver «Filmes na TV»)
23.20 24 Horas
23.50 Remate
24.00 Absolvição
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

13.00 Televendas
14.00 Ténis
17.05 Visões
18.00 Os Amigos de Gaspar
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 O Fogo e a Terra
21.00 América Selvagem

21.45 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 Pecados
00.40 Longe de Liverpool
01.30 Desporto
02.45 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Meu Primo Americano
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buérré
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 A Escrava Isaura
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento
22.20 Agora É a sua Vez
23.20 Só para Inteligentes
00.55 Último Jornal
01.10 Tostões e Milhões

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Marchas de Lisboa 95
13.40 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Marchas de Lisboa
21.40 O Meu Primo Vinny
(ver «Filmes na TV»)
23.40 TVI Jornal
00.20 Indochina
00.50 Dar que Falar



«Sonho de Comando», nova série policial britânica

20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Trapalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Mã-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Internacional SIC

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.40 Pelo Contrário
23.30 TVI Jornal
24.00 Protagonistas
00.30 Dar que Falar
01.25 O 8º Dia

QUATRO

11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.35 O Império Contra-ataca
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.20 Dar que Falar

Por isto e por aquilo...

O Império Contra-Ataca (Sexta, 21.35, Quatro)

Transmitida pela enésima vez entre nós, esta segunda jornada de *A Guerra das Estrelas* não apresenta grandes diferenças quanto às óbvias virtudes e às notórias carências da primeira, embora nesta segunda parte talvez se destaque uma preocupação mais reforçada em aprofundar o «estudo psicológico» das personagens. Mas, menos inventivo do ponto de vista da plasticidade do que as fantasias inicialmente achadas por George Lucas, o espectador pouco mais encontra que o surpreendente, habituado que está, hoje, aos estereótipos do «cinema industrial» de grande espectáculo. Um filme cuja previsibilidade, tornada inevitável pelas suas sucessivas reposições, nada de particularmente fresco suscita em termos de verdadeira descoberta.

Terror Fora de Horas (Sexta, 00.55, Canal 1)

Ausente este filme de qualquer fonte de «referências» e realizado por um fulano em relação ao qual as mesmas fontes nem uma palavra adiantam, leia-se, entretanto, o que sobre o mesmo escreve o *Boletim de Programas da RTP* enviado à Imprensa (!): «Escrito e realizado por Scott Spiegel, «Terror Fora de Horas» é um thriller impressionante, sanguinário e violento sobre as horas de terror vividas dentro de um supermercado dominado por um assassino misterioso. Um filme construído com grande eficácia que acaba por se transformar num autêntico exercício de nervos, tensão e morte.» Nem mais! E se vos dissermos que esta semana, mais uma vez quanto ao Canal 1, apenas o mais que visto *48 Horas* (com Eddie Murphy e Nick Nolte) é objecto de destaque nesta recensão, que poderá pensar-se dos responsáveis pelo nosso «serviço público» de televisão ao degradar por completo um domínio da programação em que já foi exemplar e ao deixar todo o terreno livre à concorrência? Será isto apenas incompetência?

Drama na Primeira Página (Sábado, 00.30, Quatro)

Iniciando um ciclo dedicado às «divas» do cinema americano, a Quatro mostra-nos hoje um filme em que Rita Hayworth incarna o papel de uma mulher que, com o seu amante, engendra o assassino do marido. Um filme negro, a preto e branco como convém, e realizado com a eficácia e competência que o tema exige, embora seja provável que o *cinemascope* do original venha a sofrer as habituais tropelias.

O Caminho das Estrelas

(Domingo, 22.20, SIC)

Partindo do êxito avassalador que constituiu a interminável série televisiva que esteve na sua origem, a versão para o cinema de *O Caminho das Estrelas* teve como realizador um cineasta à altura - Robert Wise - que soube rodear-se do necessário aparato técnico (e deu largas ao seu talento, eficaz e prático) para transformar este grande «episódio» num prolongado momento de entretenimento. Claro que o argumento tem os clichés habituais da série e já se sabe, à partida, que os nossos companheiros terráqueos (a que vem juntar-se o companheiro de jornada *Dr. Spock*) se saem inevitavelmente bem na luta contra os «estranhos» de outras galáxias - mas o filme não pretende ser mais do que fiel a isso mesmo. E é assim que, de repente, todos os canais se viram esta semana, de novo, para a repetição dos filmes de aventuras espaciais! Que imaginação!

Os Olhos Azuis de Yonta (Domingo, a partir das 22.35, TV 2)

Partindo de um mundo audiovisual próximo do cinema «documental», *Os Olhos Azuis de Yonta* é a segunda longa-metragem realizada por Flora Gomes, o realizador guineense, que aqui aborda as contradições de uma sociedade em busca da construção da sua identidade, enquanto novo país independente e soberano. O filme representou a Guiné-Bissau na secção *Un Certain Regard* no Festival de Cannes de 1992 e foi, então, muito apreciado pela crítica.

Crimes do Coração (Segunda, 14.30, SIC)

Com argumento extraído pela própria autora, Beth Henley, da sua peça homónima (Prémio Pulitzer), *Crimes do Coração* é um melodrama que foca o trágico reencontro (e as recordações e recriminações do passado) de três irmãs, durante a comemoração do aniversário da mais velha. Poderosamente representado por três intérpretes de excepção - Diane Keaton, Jessica Lange e Sissy Spacek, todas elas galardoadas com um Oscar - o filme, que foi encenado pelo mesmo realizador de *Miss Daisy*, o australiano Bruce Beresford, fica apenas a meio caminho do muito que prometia. E, a exemplo de outros, já passou várias vezes pelas televisões...

Desafio Total (Segunda, 22.20, SIC)

Construído com o fito de render os muitos milhões de dólares que serviram para cobrir os 73 milhões (!) investidos na sua produção - e servindo-se de todos-os-ingredientes-e-mais-um-proporcionados pela eficaz e tentacular indústria do «entretenimento» - *Desafio Total*, apenas porque é impressionado em película que corre à velocidade de 24 fotogramas por segundo (ou mesmo 25, como acontece na televisão!) é que pode confundir-se com «cinema». E se a sua «encenação» foi entregue a um especialista nas sequências de acção e manipulação visual, como é Paul Verhoeven, é porque se apostava na mais do que garantida venda do «produto». É assim que *Desafio Total*, começando embora numa atmosfera em que a própria ironia faz lembrar *Robocop*, do mesmo realizador, acaba por resultar numa colecção de incongruências narrativas e de absurdos «fantásticos», totalmente desligados entre si, e que pouco têm a ver com a melhor «ficção científica». De facto, aqui, tudo está envolto pela idiotice e violência mais extremas e repelentes e (como é habitual em Verhoeven) por uma misoginia reaccionária sem limites. O que não impede o filme (pudera!) de se reivindicar como um dos espectáculos visuais mais intensos dos últimos anos - chegou a ser nomeado para o Oscar da melhor montagem de som e efeitos especiais! -, sendo que, na realidade, a sua única «curiosidade» (e originalidade) é vermos Schwarzenegger, ao pé das sinistras criaturas que povoam todo o filme, comportar-se como uma verdadeira «pomba». Chegados aqui, são de recordar as avisadas palavras há pouco proferidas por Woody Allen em entrevista transcrita no jornal «Público» (10.05.95): «Os filmes estão a tornar-se cada vez mais mecânicos. Podem fazer-se coisas fantásticas com a tecnologia, mas as novas tecnologias tornaram-se a razão de ser dos filmes, em vez de os servirem. Os efeitos especiais substituem a história.»

As Diabólicas

(Terça, 22.45, TV 2)

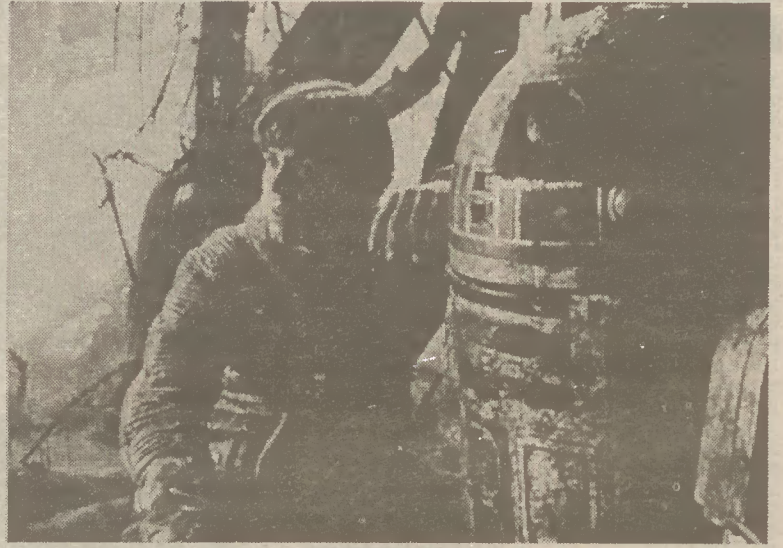
Ajudado pela mulher e pela amante, um homem odioso e despótico (Michel Delassalle) dirige um pensionato de rapazes. Mas eis que as duas mulheres unem os seus esforços para o assassinar, ministrando-lhe droga e afogando-o numa banheira até que o atiram para uma piscina. Entretanto, o cadáver desaparece e um inspector entra em acção. E é então que, depois de o corpo de Michel ter emergido de novo da banheira - provo-



Vera Clouzot, Simone Signoret e Charles Vanel, em «As Diabólicas», de Henri-Georges Clouzot



Joe Pesci e Marisa Tomei, numa cena de «O Meu Primo Vinny», de Jonathan Lynn



Um fotograma de «O Império Contra-Ataca», de Irwin Kershner



A tripulação de «Star Trek», de Robert Wise

-nos a história, situada em finais dos anos 50, de uma rapariga a entrar na adolescência que se apaixona por um seu jovem primo americano que um belo dia chega ao seu rancho da Colúmbia Britânica, vindo da Califórnia num Cadillac descapotável com um inequívoco ar de James Dean... Uma comédia agradável e com alguns momentos de ironia, excelentemente fotografada por Richard Leiterman, mas marcada por algum convencionalismo da realização.

48 Horas (Quarta, 21.30, Canal 1)

Realizado com a desenvoltura a que nos habituou o cineasta Walter Hill, *48 Horas* não seria muito mais do que um filme policial-cartoon, somando muita pancada e perseguição sobre perseguição, se não contasse com uma história que, de certo modo, lhe confere alguma originalidade: o facto de o principal polícia - Nick Nolte - necessitar do auxílio de um outro criminoso - Eddie Murphy - para levar a cabo a sua missão. Este foi o filme que lançou o talentoso actor negro, pouco dado na sua posterior carreira a escolher da forma mais inteligente filmes que verdadeiramente o tornassem singular. De qualquer modo, a evasão do criminoso que ambos perseguem é um dos tais momentos em que Walter Hill mostra o cinema de que é capaz.

O Meu Primo

Vinny (Quarta, 21.40, Quatro)

Um advogado de defesa de Nova Iorque defende, em tribunal, um par de jovens estudantes acusados de ter assassinado o dono de uma loja. Tudo parece indicar que os nossos «heróis» jamais conseguirão escapar à condenação - as próprias provas parecem acumular-se desesperadamente em seu desfavor - mas o seu principal «inimigo» acaba por ser o próprio advogado, primo de um deles, que se revela completamente desastrado e desconhecedor dos mais insignificantes pormenores da actuação em tribunal. Com tais ingredientes, não poderíamos deixar de estar perante uma comédia simpática que faz rir em vários momentos e que, não sendo absolutamente exemplar, ajuda a entreter o tempo. Nos principais papéis, destaque para Joe Pesci e Marisa Tomei, para além de um Fred Gwynne insuperável no papel de juiz.

■ Francisco Costa

No reino da «golpada»

Um dos aspectos mais nefastos do actual panorama televisivo nacional é aquele que se prende com as manobras de contra-programação em que a RTP e a SIC são férteis, tendo como pano de fundo a chamada «guerra de audiências». Uma guerra travada cada vez mais sem quartel e que - adormecendo, pela amplitude que vem tomando, a própria capacidade de intervenção crítica do espectador em nome do qual alegadamente é travada - chega a assumir contornos de inqualificáveis abusos e de uma baixez de princípios tal, que se esperaria viesse, mais tarde ou mais cedo, a fazer corar de vergonha ou a refrear os ânimos de quem a decide e nela é recalcitrante.

Tal não é o caso. Exemplar da completa desregulação que o sector vem conhecendo, também aqui se vive em situação de intolerável arbítrio, autoritarismo e desprezo pela opinião pública. Inúmeros são os exemplos em que, para se combaterem minuto a minuto ou hora a hora (assim como quem espreita o que se vai passando na televisão do vizinho), quer a SIC quer a RTP enveredam pelo artificial prolongamento de alguns programas - ditos de audiência garantida - muitas vezes com isso provocando o total desprezo pelos horários previamente publicados e jamais cumpridos, quando não avançando com a total reformulação, semana após semana, das respectivas grelhas de programas, mais parecendo que os programadores as estabelecem como se tratasse de puros caprichos, palpites ou apostas (a ver se pegam as estratégias de programação), sempre sujeitas que estão a todas as alterações. O que costuma provocar, regra geral, incontroláveis atrasos das emissões, com programas a começar e a terminar muito para além do anunciado, e o não negligenciável esbanjamento de milhares e milhares de contos em rubricas ou programas puramente desperdiçados, porque é impensável que alguém que trabalha ou minimamente é capaz de decidir em relação à ocupação consciente do seu tempo esteja disponível para os ver, tantas vezes às duas, três horas da manhã!

Mas como esta gente só é capaz de raciocinar em ter-

para poder fazer coincidir o seu final com o momento em que, no estádio de Viena, o árbitro punha fim ao encontro entre o Milão e o Ajax.

Eram 22.20! Ou seja, tendo durado quase duas horas o episódio da telenovela dessa noite, isso significaria aparentemente que a SIC terá acrescentado, no todo ou em parte, mais um episódio à sua duração original numa remontagem feita previamente ou, perante a possibilidade de empate no tempo regulamentar do desafio e consequente prolongamento, numa emenda feita no próprio acto da sua transmissão - o que implicaria quiçá a prévia disponibilidade de uma bobina com o genérico final pronto a meter «no ar», quando

pós-produção do produto final como verdadeira alcunha - encaçada que é como mero e primaríssimo expediente para colar ou intercalar (tantas vezes de forma canhestra) cenas ou sequências que, podendo até nem ter sido anteriormente concebidas como tal, são sempre passíveis de rearranjos impostos pelo feed-back do público espectador e, ao mesmo tempo, se destinam a suscitar rédea livre a todas as possíveis evoluções da história, deter-



julgado necessário ou oportuno.

Não sendo a primeira vez que semelhantes tropelias acontecem de parte a parte, isto levanta uma interessante questão relativa à consistência artística ou à dignidade formal de alguns produtos televisivos correntes, como é o caso das telenovelas.



O progressivo esbatimento de alguns mitos

Podendo ser - esta ou outras práticas - quotidianamente seguidas pelos principais

operadores televisivos, sem dúvida que caem por terra alguns mitos relacionados com a alegada e praticamente intocável excelência de um formato que, logo na sua génese, indicia as suas limitações. Um «produto televisivo» que assim se deixa manipular a posteriori, é, na sua concepção, algo que à partida muito deixa a desejar em termos de arquitectura narrativa ou coerência estética.

Desde já, pela própria temática das várias telenovelas que nos visitam diariamente: se excepções notáveis foram, entre outras, «Gabriela», «Casarão» ou «Pantanal» (isto para falarmos de alguns poucos pontos altos do género, espaçados no tempo), os argumentos que as telenovelas habitualmente nos propõem partem, todos eles, no fundo de uma mesma história - que, na melhor das hipóteses, nos apresentará a evolução paralela de três ou quatro situações ou conflitos, mas que, em geral, deverá tocar transversalmente todas as classes e camadas sociais, para que mais facilmente possa agradar a múltiplos públicos ao apresentar constantes e repetitivos sinais tipológicos e ideológicos.

Depois, pelo tipo de rodagem industrial, em cadeia, que na maioria dos casos é praticada: guiões ou planificações estandardizadas, cuja praticabilidade inicial e, mesmo, aparente rigor logo susceptíveis se tornam de redundar em algo assumidamente despachado «em cima do joelho», sempre que necessário; e gravação em extensão de inúmeros blocos de sequências, arrumados por personagens, por locais (estúdio ou exterior) e com guarda-roupa mínima e facilmente alterável para um melhor «empacotamento» e «distribuição» ao longo dos episódios.

E, aqui, a noção de tempo e duração é totalmente diversa da economia de escrita praticada para uma série de frequência semanal, por exemplo: obrigando as contingências da vida quotidiana a uma dispersão de interesses que dificilmente se coadunam com a presença diária diante do televisor (estamos a falar de espectadores normais), haveria que artificialmente fazer estender a duração desses conflitos, dessas histórias entrecruzadas, por um prolongadíssimo número de episódios cuja visão, mesmo intervalada de dias, não prejudicaria o seu entendimento.

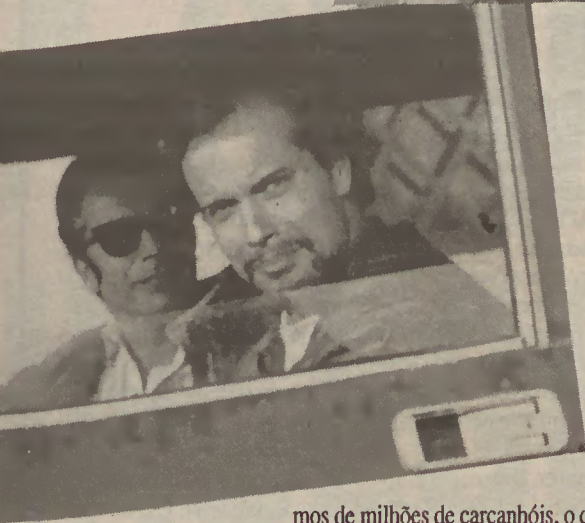
O que nos leva directamente a esse dispositivo narrativo por excelência, à montagem - neste contexto assumida na fase de

minadas, quase em exclusivo, pelo ponto de vista da recepção e da audiência.

Um último mito que esta reflexão nos leva a desmontar é, por fim, a da tão exaltada qualidade musical destes produtos televisivos de origem brasileira. Da mesma forma que, da parte do crítico, não custa reconhecer (ressalvados os desvios «industriais» que o seu próprio modo de produção engendra) serem as telenovelas inteiramente eficazes em termos de público e, mesmo, em muitos casos brilhantes e notáveis exemplares do desenvolvimento de uma indústria, e palco por excelência para a arte de representar de tantos e talentosos actores e atrizes - permita-se-lhe que discorde frontalmente de um dos lugares-comuns mais desajustados na matéria. Sem dúvida que, isoladamente consideradas, muitas das canções incluídas nas telenovelas se inserem com naturalidade na imensa riqueza melódica, harmónica e rítmica da música popular brasileira. Mas, porque na maioria dos casos compostas e escritas com finalidades outras, a sua inclusão como elemento verdadeiramente dramático, é quase sempre tocada ou subvertida por primarismos indesejáveis (inflação, cortes e fade out súbitos) mesmo quando lhes é reservada a função de Leitmotiv identificadores de tal ou tal personagem.

É de inteira justiça dizer-se, a propósito, que as melhores telenovelas portuguesas estão longe de (no género) envergonhar quem de tempos a tempos lhes tem dado corpo e, embora claramente prejudicadas pela ausência de uma máquina industrial tão bem oleada, por isso mesmo e paradoxalmente aguentam, em domínios particulares, um original cotejo com os modelos importados. Para apenas referir este último aspecto - e não esquecendo alguns dos mais recentes exemplos - a música de José Luís Tinoco para a primeira experiência nacional que foi «Chuva na Areia» constitui, ainda, um exemplo modelar do que acabámos de dizer.

Mas esta justa referência à produção portuguesa não significa que não sejam de recuar liminarmente os contornos xenófebos com que a RTP mais uma vez demonstra a levandade com que é dirigida, ao avançar agora com uma despropositada campanha de autopromoção de «Desencontros» - inaceitável e hipócrita nos seus precisos termos, além do mais porque, partindo de uma empresa durante décadas enfeudada à mesma TV Globo que de súbito lhe desperta tantos ciúmes, sempre desatenta se tem mostrado à produção nacional de ficção.



mos de milhões de carcanhóis, o que se espera é que os chamados «agentes económicos» - deve ser, também neste caso, o que se chama aos anunciantes, às agências de publicidade... - um dia digam BASTA! e passem a exigir aos operadores de televisão fortíssimas indemnizações pelo incumprimento dos horários contratados para a passagem dos seus ecrãs de publicidade. A menos que a saloioice da «periferia» também os tenha atacado de vez!

Corta e cola

O que se passou na quarta-feira da semana passada, enquanto desesperada manobra de contra-programação à transmissão que o Canal 1 efectuou da Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus de futebol, não pode aliás deixar de ser referido como exemplo paradigmático deste arbítrio. É que a SIC, convencida da bondade de proporcionar aos espectadores a fruição desse indispensável e interactivo monumento de estupidez, embrutecimento e alienação colectiva que é o concurso da «Escova de Dentes» (previsto para transmissão na véspera e então substituído pela «Miss Universo-95») não só o passou para essa noite como resolveu ir prolongando a transmissão da telenovela «Irmãos Coragem» muito para além da duração normal do episódio,

AVANTE! de FOICE Bonifrates (IV)

[Bonifrates (fig.): pessoas ridículas, que se não levam a sério, frívolas/ pessoas que outras fazem manobrar a seu talante, que são joguete nas suas mãos/ pessoas que pecam contra a gravidade e decoro do seu estado e sexo]

Noticiavam ontem os jornais que o ministro Marques Mendes utilizara um helicóptero Puma da Força Aérea em deslocação partidária a Montalegre, ao que o visado terá respondido que o fizera no quadro duma prerrogativa que lhe permite tal usufruto dos recursos do Estado, desde que pague a despesa correspondente.

Neste caso, pelo menos 600 contos a esportular pelo PSD, só pelas duas horas em que aeronave ficou à espera do ministro às portas do comício.

Impõe-se aqui, embora marginalmente, uma interrogação e uma espantação.

A interrogação é sobre a opulência financeira dum partido - neste caso o PSD - que lhe permite gastar 600 contos na simples deslocação de um ministro.

A espantação é sobre a necessidade de um engenho tão gigantesco para deslocar uma pessoa tão transportável como o dr. Marques Mendes.

Para quem não saiba, o helicóptero Puma é a maior aeronave do seu tipo ao serviço das Forças Armadas portuguesas - tão grande que foi concebido para transporte de tropas - pelo que o ministro Marques Mendes, das duas uma: ou tem o peso de um pelotão, ou vale um desembarque de ministros.

Vá lá a gente fiar-se nas aparências.

Mas outras questões se colocam, com este adejante acto eleitoral do ministro Marques Mendes.

Mesmo dando de barato o que faria (ou o que pagaria - se é que vai pagar...) o PSD, caso o ministro não fosse apanhado com as pás do Puma a zunir à volta da sua enérgica figura de sempre-empé, ficam algumas dúvidas no ar, por assim dizer. Por exemplo, a dívida sobre a legitimidade de um membro do Governo, só porque o é, utilizar as Forças Armadas em seu proveito.

Assim sendo, nada impede que um dia destes o ministro Mira Amaral requisite um tanque para uma viagem ao campo, o ministro da Agricultura solicite um helicóptero para a caça ao javali numa coutada alentejana, o ministro Dias Loureiro entenda instalar um morteiro nos jardins da sua residência por questões de segurança ou o Alberto João Jardim exija uma corveta para o levar a banhos ao Porto Santo.

Ou ainda a dívida decorrente desta descarada utilização do helicóptero e que consiste na legítima suposição do que não vai por aí, nos meandros do poder cavaquista, em utilização de viaturas oficiais, pessoal da administração, serviços, estruturas, meios, competências e recursos próprios do Estado, em benefício clandestino, abusivo, corrupto e impune, tanto do partido que há 10 anos hegemoniza o poder em Portugal, como da multidão de locatários que se instalaram à mesa do Orçamento de Estado. Inesperadamente, este desastrado apetite do ministro Marques Mendes em andar de rabo no ar lançou melhor luz sobre a desorientação que grassa no PSD na questão da transparência dos políticos.

De facto, como é que gente desta, tão afeita à utilização do poder em benefício pessoal, pode ver com bons olhos a vigilância pública dos seus actos? O resultado está à vista: andam tão de cabeça no ar, que já fazem subir helicópteros.

■ HC

Cabeças de lista da CDU nos distritos de Aveiro e Portalegre

No seguimento do anúncio que tem vindo a ser feito dos nomes dos candidatos para as listas da CDU - Coligação Democrática Unitária - às eleições legislativas do corrente ano, o Gabinete de Imprensa do PCP informou que Manuela Silva é o primeiro candidato a figurar na lista pelo distrito de Aveiro, e que Luís Pargana é cabeça de lista pelo distrito de Portalegre.

PSD quer vender Estaleiros de Viana

O Governo prepara-se para vender os Estaleiros Navais de Viana do Castelo a um industrial alemão, estando a desenvolver todos os esforços para que a passagem da empresa ao sector privado se concretize ainda antes das eleições. A informação foi confirmada pela Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP, junto da administração dos Estaleiros.

Em nota à imprensa divulgada antontem, a DORVIC informa que a administração dos Estaleiros confirma a intenção de privatização, embora diga desconhecer as condições de venda. Este processo, a quatro meses das eleições - refere o comunicado - é bem revelador da pressa do PSD em se "desfazer" daquela unidade industrial, imprescindível à região, "com receio de que as eleições possam comprometer a liquidação desta importante conquista dos trabalhadores". Um processo a que de resto não é alheio o facto de a actual administração dos ENVC ter vindo a demonstrar, ao longo dos últimos meses, "uma total incapacidade", contribuindo objectivamente para criar as "condições" para a alienação da empresa ao capital privado.

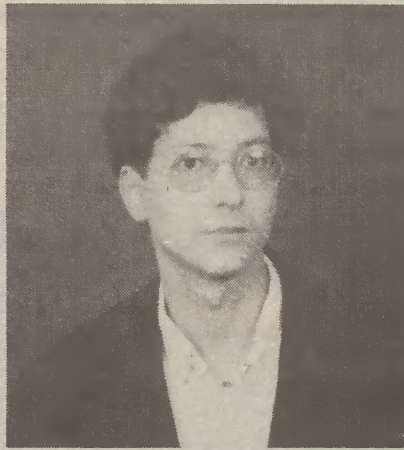
A DORVIC, alertando os trabalhadores dos ENVC e a população de Viana do Castelo para os graves problemas e consequências que pode ter a privatização da empresa, considera essencial que a maioria de capitais permaneça estatal, "como garantia para a manutenção dos postos de trabalho e de defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores que se empenharam ao longo de anos em garantir o futuro da empresa".

A DORVIC exige "à direcção do Partido Socialista e ao engº Guterres em particular uma posição pública que esclareça a notícia inserta no Jornal de Notícias de dia 29, em que questionado pelo jornalista sobre a privatização dos ENVC, terá dito que 'é um processo correcto', acrescentando 'a urgência de se encontrar um parceiro estratégico que lhe garanta a sobrevivência'".

A não ser feito nenhum desmentido, sublinha-se, forçoso se torna concluir que o PS e o seu secretário-geral "estão sintonizados na mesma política do PSD e de Cavaco Silva".

O que os Estaleiros de Viana precisam, faz notar a DORVIC, não é de "um parceiro estratégico", mas sim de "gestores competentes e de uma política para o sector que mantenha a actual carteira de encomendas, tornando-a rentável como foi até à passagem a sociedade anónima e à nomeação de gestores incompetentes".

PORTALEGRE



Luís Manuel Madeira Pargana

Professor

27 anos de idade

Enquanto estudante, foi Presidente da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Mouzinho da Silveira em Portalegre, no ano lectivo 84/85, e foi representante dos alunos no Conselho Pedagógico daquela escola.

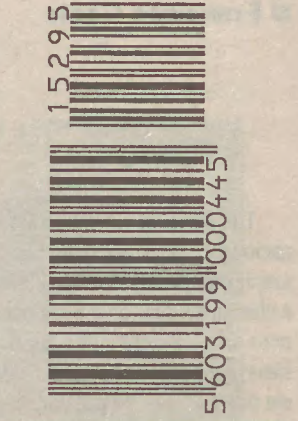
Foi membro da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa e responsável pela comissão Distrital da JCP entre 1982 e 1985.

É vice-presidente da Alliance Française de Portalegre.

É membro da Assembleia Municipal de Portalegre.

Exerce as funções de Coordenador Distrital (Portalegre) do Sindicato dos Professores da Zona Sul e integra o Conselho Nacional da Fenprof.

É membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP.



AVEIRO



Maria Manuela Antunes da Silva

Professora

47 anos de idade

Licenciada em História e pós-graduada em Ciências da Educação.

Foi membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira entre 1976 e 1989.

Integrou a lista de candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, nas eleições de 1994.

É membro da Direcção e do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Exerce as funções de Coordenadora Distrital (Aveiro/Norte) do Sindicato dos Professores do Norte e integra o Conselho Nacional da Fenprof.

É membro do Comité Central do PCP.

Timor Carvalhas recebe Ramos Horta

Ramos Horta, representante para o exterior do Conselho Nacional da Resistência Maubere, foi recebido antontem pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sede da Soeiro Pereira Gomes. O encontro, de uma hora, permitiu analisar a situação que se vive em Timor-Leste e na Indonésia, bem como as iniciativas em curso na busca de uma solução que garanta os legítimos interesses do povo timorense.

Em declarações à imprensa, Ramos Horta informou ter tido oportunidade de esclarecer o secretário-geral do PCP da natureza da resistência em Timor-Leste neste momento, sublinhando que a guerrilha continua activa em todo o território, desenvolvendo não só uma acção militar, mas comandando também toda a luta política no país, ao mesmo tempo que na Indonésia cresce a contestação interna à política do regime de Shuarto. As duas situações, segundo Ramos Horta, estão muito interligadas, mas a questão de Timor-

-Leste está a impulsionar cada vez mais o movimento pró-democracia na Indonésia.

O responsável maubere informou ainda ter solicitado a continuação da intervenção do PCP na sensibilização da opinião pública, a nível interno e internacional, com particular destaque para a Festa do "Avante!", em que participarão dezenas de delegações estrangeiras.

Carlos Carvalhas, por seu turno, reafirmou o apoio do PCP à luta do povo maubere, esclarecendo que no encontro foram vistas diferentes formas de prosseguir essa solidariedade, não apenas no âmbito da Festa do "Avante!" mas também noutros fóruns, como é o caso do Parlamento Europeu, em que com o apoio dos comunistas a delegação de Timor-Leste vai passar a ter uma representação permanente (em Bruxelas). Neste âmbito estão a ser estudadas ainda iniciativas a nível da Assembleia da República, do Conselho da Europa, das autarquias, sindicatos, bem como em toda a actividade internacional de PCP.

